690/83.

Fortaleza, 24 de maio de 1 983.

Of.

Senhor Delegado,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Sa. para encarecer a gentileza de suas providências no sentido de que sejam enviadas a esta Assembléia Legislativa, as informações à seguir:

a) Se o Distrito de Cruz do Município de Acaraú conta com população superior a dez mil (10.000) habitantes, ou não inferior a cinco milésimos (0,005) da população do Estado do Ceará; e,

b) Se o Certro Urbano do mesmo Distrito e futura sede municipal conta com o número de casas superiores à 200 (duzentos).

Agradecendo, reitero-lhe no ensejo, protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Aquiles Peres Mota
PRESIDENTE

Ilmo. Sr.
Dr. Francisco Sales de Carvalho

Continua

689/83

Fortaleza, 24 de maio de 1 983.

Of.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. para encarecer a gentileza de suas providências no sentido de que sejam enviadas a esta Assembléia Legislativa as informações a seguir:

a) O número de eleitores inscritos no atual Distrito de Itarema, ora pertencente ao Município de Acaraú; e,

b) Se o número de eleitores inscritos não é inferior a dez por cento (10%) da população do referido Município.

Agradecendo, reitero a V. Exa. no ensejo, protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Aquiles Peres Mota

PRESIDENTE

Exmo. Sr.

Desembargador Joaquim Jorge de Sousa Filho

DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

N E S T A

Fortaleza, 01 de Junho de 1983

OF.Nº

Senhor Secretario,

Em aditamento aos termos do Ofício nº 684/83 de 24 de maio de 1983, solicito a V. Exa. providências no sentido de que sejam enviadas a esta Assembléia Legislativa, as seguintes informações:

a) Qual o total da arrecadação verificada nos Distritos de Cruz, Jericoacoara e Aranau, atualmente pertencentes aos Municípios de Acaraú, no exercício financeiro do ano de 1982; e,

b) Se a arrecadação mencionada no ítem anterior correspondente a cinco milésimos (0,005) da receita global arrecadada pelo Estado do Ceará.

Agradecendo, reitero a V. Exa. no ensejo, protestos de apreço e consideração.

Deputado Aquiles Peres Mota
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Dr. Firmo Fernandes de Castro
DD. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Ceará
Nesta

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IBGE
DELEGACIA DO IBGE NO CEARÁ

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO, em atendimento à solicitação formulada pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ através do ofício nº 734/83, de 1º.6.83 (Protocolo DEGE-CE/002244, de 03.06.83), para fins de instruir processo administrativo de criação de Município, que a população dos distritos de Cruz, Aranaú e Jericoacoara, todos do Município de Acaraú, bem como o número de domicílios ocupados nesses distritos é a seguinte, de acordo com os resultados definitivos do IX Recenseamento Geral do Brasil- 1980, publicados no volume 1 - Tomo 3 - número 7 - "CENSO DEMOGRÁFICO - DADOS DISTRITAIS", publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE:

DISTRITOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			DOMICÍLIOS OCUPADOS		
	TOTAL	NA SEDE DO DISTRITO	NA ZONA RURAL	TOTAL	NA SEDE DO DISTRITO	NA ZONA RURAL
Cruz	8.743	2.250	6.493	1.516	407	1.109
Aranaú	6.609	569	6.040	1.204	115	1.089
Jericoacoara ...	9.585	708	8.877	1.673	122	1.551
TOTAL	24.937	3.527	21.410	4.393	644	3.749

DEGE-CE, Fortaleza, em 03 de junho de 1983.

Francisco Sales Carvalho
DELEGADO DO IBGE

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
23 JUN 1983
Nº 926/83

Nº 171/83
r.s.s.

Fortaleza, 23 de junho de 1983.

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação constante do ofício nº 732/83, endereçado a esta Secretaria, tenho a honra de informar a Vossa Excelência o valor referente à arrecadação realizada nos distritos municipais abaixo relacionados, bem como os respectivos percentuais de participação na Receita Tributária do Estado, tudo de conformidade com os anexos dados em xerox, fornecidos pela Delegacia Regional da Fazenda Estadual em Itapipoca, referentes ao exercício de 1982.

DISTRITOS	ARRECADAÇÃO 1982 [CR$]	PERCENTUAIS S/ A RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO EM 1982. [%]
CRUZ	15.322.082,51	0,0423
JERICOACOÁRA	704.023,00	0,0019
ARANAU	165.152,00	0,0005

Na oportunidade, reitero os meus protestos de estima e apreço.

FIRMO FERNANDES DE CASTRO
Secretário da Fazenda

Ao Ilmo. Sr
DEP. AQUILES PERES MOTA
D.D. Presidente da Assembléia Legislativa
N E S T A.

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 12 de agosto de 1983

Aprovada a emancipação do distrito de Itarema

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa aprovou ontem a emancipação do distrito de Itarema. Todo o processo será agora encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral, TRE, que deverá marcar o plebiscito para que a população eleitoral se pronuncie informando se deseja ou não emancipar-se do Município de Acaraú.

O deputado Domingos Fontes, depois de informar que dois processos corriam na Assembléia com o mesmo objetivo, revelou que o Ceará tem 594 quilômetros de litoral e somente o Município de Acaraú detém 150 quilômetros.

Os dois processos da solicitação para emancipar Itarema foram providenciados pelas duas correntes do PDS naquela cidade. Uma comandada pelo deputado Domingos Fontes, ala adautista e outra pelo padre Aristides Sales, do esquema virgilista. Como a Comissão de Constituição e Justiça deverá enviar toda a documentação para a Justiça Eleitoral a fim de que a examine e marcar a consulta plebiscitária não poderia fazê-lo em duplicata pois segundo Castelo de Castro "seria um atestado de burrice", ficou o do Fontes.

O distrito de Itarema já dispõe de condições para emancipar-se. Tem população de 37 mil habitantes, com o distrito de Cruz, e há 10.670 eleitores. A renda — arrecadação tributária — é superior aos 0,5 milésimo da renda do Estado, tal como exige a lei. E há 427 domicílios ocupados quando a lei exige apenas 200. □

Emancipação de outro distrito leva deputado a novo discurso

Requerimento de autoria do deputado Domingos Fontes, solicitando a realização de plebiscito em Itarema, distrito de Acaraú, para efeito de emancipação, foi aprovado ontem na Assembléia Legislativa. Itarema já foi elevado à categoria de município e cassada sua autonomia em 1964, juntamente com vários outros municípios cearenses.

Após a aprovação do requerimento, o deputado Domingos Fontes proferiu um discurso, no qual justificou as condições do distrito e o anseio da população em se emancipar. Na ocasião o parlamentar fez a abertura do decreto legislativo oriundo da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Tribunal Regional Eleitoral fazer a consulta plebiscitária.

Em aparte o deputado Manoel Aguiar Arruda parabenizou Domingos Fontes pela iniciativa, pois esta era uma maneira de se corrigir um erro do passado, quando muitos municípios foram cassados aqui no Ceará, enquanto que em outros Estados permaneceram. O deputado Orzete Philomeno Gomes do PDS, mas adversário político de Domingos, em Acaraú, em aparte agradeceu o empenho do autor da proposição, informando que anteriormente ele e o padre Aristides Ribeiro tiveram a mesma iniciativa. Ao retomar a palavra Domingos Fontes agradeceu a Orzete o apoio dado por ele e sua corrente política em Acaraú por terem apoiado o movimento de emancipação de Itarema. O distrito conta com uma população de aproximadamente 27.500 habitantes, dos quais cerca de 10.400 são eleitores.

OUTROS

O grande número de projetos de emancipação de distritos cearenses já está preocupando alguns setores da política cearense, tendo em vista a possibilidade de isso vir a se tornar lugar comum, prejudicando, inclusive, a emancipação de distritos com reais condições de emancipação, como é o caso de Maracanaú, cujo processo já foi concluído há algum tempo e o novo município aguarda somente a realização de eleições para eleger o seu prefeito e a Câmara Municipal. □

DIÁRIO 17 - apr - 83

21 Agosto

O Vigário convoca as principais lideranças locais para uma reunião onde se debaterá todos os aspectos relacionados com a criação do município de CRUZ, cujo projeto de criação já se encontra na Assembléia Legislativa. Foi a primeira reunião visando a unir todo o povo em prol da emancipação. No final, ficou constituída uma Comissão pró-município ficando na coordenação o Vigário e quatro pessoas da comunidade: João Meirir Freitas e João Muniz Sobrinho (Jonas), João Silveira Muniz e Antônio Raimundo de Araujo Neto, sendo os dois primeiros de uma facção política e os dois últimos de outra facção.

2070
1441

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Of. 1103

Fortaleza, 22 de agosto de 1983

Senhor Presidente,

Tenho a honra de atender à solicitação de Vossa Excelência em ofício datado de junho p.passado, sobre o número de eleitores existentes nos distritos de Cruz, Jericoacoara e Aranaú, transcrevendo, a seguir, a resposta do MM Juiz Eleitoral da 30ª Zona - Acaraú, informando os dados solicitados:

"Excelentíssimo Desembargador, reporto-me ao ofício nº 701/83, dessa Presidência, para informar a V.Exª que os eleitores inscritos nos distritos de Cruz, Jericoacoara e Aranaú, deste município são os seguintes: CRUZ - 4.149 (quatro mil cento e quarenta e nove eleitores). JERICOACOARA - 3.980 (três mil novecentos e oitenta eleitores). ARANAÚ - 2.303 (dois mil e trezentos e três eleitores). Por oportuno, esclareço que os distritos acima especificados têm população residente no total de 24.937 habitantes (dados do IBGE), o que leva a conclusão de ser o eleitorado da referida área territorial superior a 10% da citada população. Aproveito o ensejo para externar a V.Exª protestos de estima e consideração. FRANCISCO SUE-

ATOS DA MESA DIRETORA

DECRETO LEGISLATIVO N.o 155, de 1o. de setembro de 1983.

Determina a realização de Consulta Plebiscitária, nos Distritos que indica.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, faz saber que o Plenário decretou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1o. — Fica determinada a realização de Consulta Plebiscitária, nos Distritos de Cruz e Jericoacoara, Município de Acaraú neste Estado, em cumprimento ao disposto no art. 3o. da Lei Complementar n.o 01, de 09.11.67, para instruir o Processo n.o 679/83, que tramita nesta Assembléia Legislativa, com o objetivo de elevá-los à categoria de município com sede em Cruz.

Art. 2o. — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, em 1o. de setembro de 1983.

AQUILES PERES MOTA — PRESIDENTE
JOÃO VIANA DE ARAÚJO — 1o. VICE-PRESIDENTE
CARLOS BENEVIDES — 2o. VICE-PRESIDENTE
FONSECA COELHO — 1o. SECRETÁRIO
MURILO AGUIAR — 2o. SECRETÁRIO
RAIMUNDO MOURÃO — 3o. SECRETÁRIO
ORZETE F. GOMES — 4o. SECRETÁRIO

*** *** ***

DECRETO LEGISLATIVO N.o 156, de 1o. de setembro de 1983.

Determina a realização de Consulta Plebiscitária, nos Distritos que indica.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, faz saber que o Plenário decretou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

7 de Setembro

Manifestações cívicas em homenagem ao dia da Pátria. Como coordenador da Campanha pró-Município, o Vigário convoca todos os eleitores da sede para uma pesquisa de opinião sobre a vontade do povo com relação à questão levantada por políticos de Acaraú que se opõem a que o Município de Cruz, a ser criado, abranja, com sua área, os distritos de Cruz e Jericoacoara. Na pesquisa, foram admitidos à votação, como num plebiscito, todos os que, residindo no distrito sede, tinham título eleitoral. Davam sua opinião em três opções, começando pela frase: "Vamos lutar por: A) um município grande (distritos de Cruz, Acaraú e Jijoca, na prática, o território da Paróquia de Cruz); B) um município médio (distritos de Cruz e Jijoca); C) um município pequeno (só o distrito de Cruz). Só com a proposta C não haveria talvez oposição de Acaraú; na proposta A talvez fosse difícil nossa vitória no plebiscito oficial. Resultado: alguns votos para a proposta A; um pouco mais para a proposta C; a imensa maioria optou pela proposta B, a aquela que, de fato valeu oficialmente.

ACARAU -

Desfile do

7 de SETEMBRO - 83

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 09 de setembro de 1983

Parte dos políticos de Acaraú se diz contra a emancipação

Em Acaraú, no litoral Norte do Estado, começam a surgir as primeiras manifestações contrárias a emancipação dos distritos de Itarema e Cruz. Com a decisão do prefeito contrária a emancipação, os vereadores dos dois distritos resolveram se organizar em defesa da elevação dos distritos a município, contra o executivo, procurando, inclusive dificultar o trabalho do prefeito, no que depender da Câmara. Dos 17 vereadores que compõem o legislativo, 11 estão ligados eleitoralmente a Itarema e Cruz.

Os movimentos pró-emancipação contam com o apoio dos dois representantes do município na Assembléia, Domingos Fontes e Orzete Philomeno Gomes, bem como da Igreja, através dos padres Aristides em Itarema e Valderi em Cruz. A população das duas localidades estão confiantes na emancipação e tudo estão fazendo para que seus objetivos sejam atingidos. Na cidade de Acaraú, embora existam algumas reações entre os populares, tais manifestações são consideradas como movimentos isolados que não representam muita coisa no resultado final.

NA CÂMARA

Mas a maioria das reações foram geradas pela falta de informações sobre o que acontecerá com Acaraú, com a emancipação de Cruz e Itarema. Para que alguns pontos fossem esclarecidos, atendendo requerimento do vereador Gutemberg Rocha, a Câmara convidou os deputados Orzete Gomes e Domingos Fontes para prestar alguns esclarecimentos sobre as vantagens e desvantagens para Acaraú, com o desmembramento do município.

Durante a reunião os parlamentares mostraram a dificuldade que tem um prefeito em administrar um município com tão grande extensão territorial, com a pequena cota do Fundo de Participação dos Municípios, que recebe. Além disso, o município só teria a ganhar, pois as condições de desenvolvimento seriam ampliadas com os recursos que deveriam ser aplicados nestes distritos. Como se isso não bastasse, a população dos dois distritos têm o direito de reivindicar a emancipação, já que atendem as condições exigidas por lei.

Ainda no desenrolar da reunião Domingos Fontes e Orzete Gomes se comprometeram em trabalhar pelo desenvolvimento de Acaraú, procurando carrear recursos para o município que se transformará num pólo de desenvolvimento integrado do baixo Acaraú. Diante dos esclarecimentos as reações diminuiram e, até mesmo alguns vereadores que estavam contra a emancipação, mudaram de opinião. É claro que, outros continuam defendendo as posições do prefeito João Jaime Filho.

Na verdade, muita coisa ainda está faltando para que Itarema e Cruz sejam desmembrados de Acaraú e elevados à categoria de município, pois os processos ainda estão em fase inicial. No caso de Itarema, a primeira etapa já foi cumprida. Quanto ao processo de Cruz esta fase deverá ser alcançada na próxima semana. Mas, não obstante, a demora do processo, já se comenta sobre nomes que, possivelmente disputarão a prefeitura de Itarema. O mais forte de todos, até o momento, é o do padre Aristides Sales, que há vários anos mora no distrito.□

Nota Oficial

Prefeitura Municipal de Acaraú, *Câmara Municipal de Acaraú, ex-Prefeitos de Acaraú e Comissão Diretora Municipal do PDS de Acaraú.*

Os infra-assinados, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, na sua maioria absoluta, ex-Prefeitos, Presidente e Secretário Geral do PDS de Acaraú, vêm de público manifestar o seu repúdio como foi processado o ato de criação dos municípios de Itarema e São Francisco da Cruz a serem desmembrados do Município de Acaraú.

A nossa repulsa e inconformação prende-se ao fato de que a Augusta Assembléia Legislativa não se dignou consultar mesmo que informalmente a comunidade acarauense, por tão aviltante ato que, praticamente extinguiu a comunidade política, econômica e administrativa da terra do Acaraú, reduzindo, assim, o nosso território em menos de um terço, ferindo frontalmente, o próprio espírito da lei que anuncia: "O Município de origem, não pode sofrer prejuízos com a criação de Municípios, desmembrados do seu Território".

Não somos contra a emancipação política dos municípios de Itarema e Cruz, de acordo com a legislação que os criou no ano de 1963, somos contra como atualmente foi proposto, por maus acarauenses interessados em se promoverem pessoalmente e por pessoas desvinculadas das raízes culturais, políticas e sentimentais da nossa terra centenária.

Protestamos veementemente contra o ato arrasador da Assembléia, apelando para o bom senso, o espírito público e a sensibilidade política dos Nobres Deputados, no sentido de que seja revogado o ato espúrio que eliminou a comunidade política da Terra do Príncipe Antônio Tomás, na esperança de que voltem os processos à ordem e os distritos de Cruz e Itarema sejam emancipados de acordo com os limites da legislação de 1963.

Conclamamos, ainda, a comunidade acarauense e de modo particular a Colônia Acarauense residente em Fortaleza, sem distinção de cor, política-partidária, religiosa, econômica e social, para que firmemos fileiras no objetivo de que, a nossa terra não seja criminosamente retalhada, pela incúria de espíritos gananciosos e desprovidos dos sentimentos de amizade à nossa terra comum.

Acaraú, 13 de Setembro de 1983

João Jaime Ferreira Gomes
Prefeito Municipal

José Augusto Vasconcelos
Vice-Prefeito

Dr. Raimundo Nonato Fonteles
Presidente da Câmara

José Mauro Rios
Vice-Presidente

João Jaime Gomes Marinho de Andrade
Secretário da Câmara

Manoel Edgar da Silveira
Djalma Paulino Alves
Raimundo Silveira Bastos
Florenço de Souza Araújo
Francisco das Chagas Vasconcelos

Otávio Ferreira Gomes
Francisco Araújo Silveira
Jairo Ferreira Passo
Vereadores

José de Paulo Ribeiro Pessoa Neto
João Jaime Ferreira Gomes
Geraldo Benoni Gomes Silveira
Joaquim Rocha Vasconcelos
Ex-Prefeitos

Francisco Ferreira Gomes
Ex-Deputado Estadual e Presidente do PDS em Acaraú

José Batista Capistrano
Secretário Geral do PDS em Acaraú

Segunda-feira, 03 de outubro de 1983

Criação de mais municípios pode prejudicar Ceará

Depois da criação do município de Maracanaú, mais de uma dezena de processos de emancipação de outros distritos foram apresentados na Assembléia Legislativa do Ceará. Até agora, alguns deles já foram aprovados e aguardam a realização de plebiscito, enquanto outros estão tendo tramitação no Poder Legislativo. A criação de novos municípios altera substancialmente a situação do Estado e isso já está sendo motivo de preocupação por parte de municipalistas, tendo em vista que até o momento os políticos não atentaram para o problema, que, como entendem alguns, poderá ser deveras prejudicial ao Estado do Ceará (Página 3).

Em discussão a criação de municípios no Ceará

Municipalistas defendem a criação de novos municípios no Ceará, mas advertem que, mantidos os atuais critérios de distribuição de renda, a criação desenfreada de municípios poderá ser prejudicial ao Estado. Para o presidente do Conselho de Contas dos Municípios (CCM), José Batista de Oliveira, com a criação de novos municípios o Estado do Ceará sairá ganhando.

No momento, tramitam na Assembléia 13 processos de emancipação de distritos. No entendimento do advogado Américo Barreira, cada caso deve ser analisado separadamente. Em alguns casos ele acha realmente válida a emancipação, mas considera prejudicial, quando ela vem atender aos interesses de políticos, em prejuízo ao município mãe, mesmo que o distrito que pleiteia emancipação atenda as exigências da lei.

Já o advogado José Guedes de Campos Barros, que pensa de maneira semelhante ao seu colega Américo Barreira, considera que, em tese, a criação de municípios é válida porque propicia a descentralização administrativa e a fixação do homem a sua comunidade. A criação desenfreada, no entanto, para ele, não vai melhorar muito a situação do Estado, pelo contrário, porque para instalar os novos municípios, surgirão novas despesas, enquanto a receita continuará praticamente a mesma.

O presidente do CCM, José Batista de Oliveira, embora reconhecendo a existência de pontos positivos e negativos na criação de novos municípios, acha que o Estado sairá ganhando porque, com um número de municípios, será maior o recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e acrescida a quota do Fundo de Participação dos Municípios. Afirmou ainda que o CCM tem todas as condições para atender mais 15 ou 20 municípios que sejam criados.

EXIGÊNCIAS

De acordo com a legislação atual, para que uma determinada área seja desmembrada, dando origem a um novo município será necessário o atendimento de quatro exigências básicas: população do distrito ou distritos que desejam se fundir para formar o novo município seja superior a 10 mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população do Estado; eleitorado da área a ser desmembrada superior a 10% do eleitorado do município; mais de 200 prédios (casas) e arrecadação não inferior a cinco milésimos da receita estadual de impostos no último exercício. Além disso, em consulta plebiscitária, mais de 50% da população terá que se manifestar favorável a emancipação.

Segundo o presidente da Assembléia, Aquiles Peres Mota, a validade ou não da emancipação não é analisada por aquela Casa, cuja obrigação é de verificar se as condições exigidas são atendidas. Quando o distrito preenche os requisitos básicos, o processo terá sua tramitação normal. Destes critérios, em parte, discordam os municipalistas Américo Barreira e José Guedes. Américo coloca como exemplo o município de Altamira no Pará, que é quase do tamanho do Estado do Ceará, obrigando uma pessoa a andar, às vezes, cerca de 600 quilômetros para tirar um simples alvará de funcionamento de uma bodega, por exemplo. Ele acha que numa região como a Amazônica os atuais critérios poderiam, até serem desprezados, devendo se levar em consideração outros fatores.

José Guedes analisa o problema por outro ângulo. Baseado nos critérios exigidos pelos grandes países municipalistas do mundo, ele acha que a legislação brasileira pertinente ao assunto deveria ser modificada porque enquanto exigimos população, renda etc., outros países exigem dos postulantes a emancipação às condições básicas de infra-estrutura como saneamento, habitação, escolas etc. Levando em consideração que nos Estados Unidos existem mais de 90 mil municípios e na Alemanha mais de 20 mil, Guedes considera pequeno o número de municípios existentes no Brasil, pouco mais de 4 mil.

A nível estadual, o Ceará com 141 pode ser considerado um número pequeno, se compararmos com Minas Gerais que tem cerca de 700 municípios. Diante desse quadro, José Guedes diz que não é contra a criação de novos municípios, mas lhe preocupa o "espírito de emulação". Ele coloca ainda como ponto fundamental, uma nova lei de divisão territorial e administrativa, que deve ser revista de quatro em quatro anos e a última do Estado do Ceará foi sancionada pelo governador Raul Barbosa, em 1951.

Tanto José Guedes como Américo Barreira vêem na criação de novos municípios, algo de muito bom, se forem aprovadas e postas em prática as propostas de reforma tributária, que através de emenda tramitam no Congresso Nacional. Permanecendo o atual quadro de distribuição de rendas, se houver melhora, a curto e médio prazo, será para o Estado muito pequena, porque serão elevadas também as despesas com uma série de serviços que terão que ser colocados à disposição da comunidade.

Tramitam na Assembléia, processos de emancipação dos distritos de Forquilha em Sobral, Milhan em Solonópole, Itarema e Cruz em Acaraú, Paraipaba em Paracuru, Amontada em Itapipoca, Quixelô em Iguatu, Umirim em Uruburetama, Salitre em Campos Sales, Senador Catunda em Santa Quitéria, Varjota em Reriutaba, Icapui em Aracati e Inhuçu. Destes, já foram aprovados os decretos legislativos de Forquilha, Milhan, Itarema, Cruz, Paraipaba e Amontada.

DIARIO do NORDESTE - 13.10.83

Acaraú protesta a presença de Mota no distrito de Itarema

Dois protestos foram manifestados ontem, em Acaraú, em função do projeto de emancipação dos distritos de Itarema e Cruz. O primeiro protesto foi quanto ao movimento pela emancipação em si, visto na sede como encaminhado erradamente. O segundo protesto foi em relação ao governador, que esteve na festa de Nossa Senhora de Fátima, em Itarema, deixando os acarauenses da sede municipal esperando sua visita que não aconteceu.

Uma manifestação de recepção ao governador Gonzaga Mota foi preparada, com mais de duas mil pessoas postando-se à sua espera na praça principal da cidade. Contudo, o governador desceu no campo de pouso de Acaraú e seguiu de carro, imediatamente, para Itarema. Lá, a festa da padroeira desenrolava-se em pleno clima político, mas parecendo campanha pela emancipação.

Para os acarauenses da sede, a atitude do governador representava uma traição à cidade e um apoio ao projeto que beneficia ao distrito de Itarema. Como também no caso de Cruz, o projeto é do deputado Domingos Fonte, que ontem integrou uma comitiva de vários deputados. Entre outros, estavam na festa-comício os parlamentares: Castelo de Castro, Bianou de Andrade, Barros Pinho, Teófilo Girão e Almino Menezes. As manifestações de protesto, na sede do município contaram com o prefeito João Jaime Filho, seis vereadores e outras autoridades municipais.

As críticas à postura do governador, no entanto, foram brandas, em função do prefeito e os vereadores serem também do PDS. Já a presença dos deputados em Itarema funcionou como apoio político ao projeto de Domingos Fonte. À exceção do próprio Fonte e de Teófilo Girão, os demais parlamentares eram todos da legenda do PMDB, procurando dessa forma colocar o projeto acima dos partidos. □

DIÁRIO
DO NORDESTE

TRE marca data para realização de plebiscito nos distritos

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por todo o mês de novembro vindouro deverá realizar plebiscito, para efeito de emancipação, em dez distritos de diferentes municípios cearenses. Embora a data ainda não esteja definida, o mais provável é que a consulta seja realizada no dia 15 de novembro.

No caso de emancipação de distrito, o pedido de realização de plebiscito é feito pela Assembléia Legislativa, que deverá arcar com as despesas de confecção das cédulas de votação. Como desta vez foram formulados vários pedidos, atendendo sugestão do Procurador Regional Eleitoral, o presidente do TRE, desembargador Francisco Sales, para formalizar os processos, solicitou a Assembléia, cópias dos ofícios enviados pelo IBGE, TRE e Secretaria da Fazenda para verificar se todos os distritos preechem as condições exigidas por lei.

Até o momento o TRE recebeu pedidos para realização de plebiscito nos distritos de Quixelô em Iguatu, Amontada em Itapipoca, Forquilha em Sobral, Itarema e Cruz em Acaraú, Paraipaba em Paracuru, Catunda em Santa Quitéria, Mucambo em Solonópole, Varjota em Reriutaba e Icapui em Aracati. Se a solicitação do TRE for atendida logo, no dia 15 de novembro poderá haver plebiscito em todos estes distritos e mais nas localidades que farão parte dos novos municípios.

Enquanto isso, tramita na Assembléia, processos de vários outros distritos que desejam ser elevados à categoria de município. Alguns destes processos ainda estão na fase inicial de coleta de dados. Até que seja aprovado o decreto legislativo, alguns meses passarão a estes distritos terão que esperar que o TRE marque nova data para consultar a população se deseja ou não que o distrito seja elevado a município.

RESPOSTA

Na última semana a Assembléia atendeu a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral e encaminhou o ofício com a resposta a todas as indagações do Tribunal, sendo portador o Pe. Aristides Sales, de Acaraú, um dos interessados na emancipação do distrito de Itarema, no município de Acaraú. Embora tenha atendido a solicitação do Tribunal, disse o presidente da Assembléia, deputado Aquiles Peres Mota que a competência do Tribunal é de apenas marcar a data do plebiscito, uma vez que à Assembléia compete examinar os documentos que comprovam se o distrito tem condições de se emancipar. □

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

O Deputado infra-assinado, na forma regimental, após ouvido o Plenário, requer a V. Exª., que se digne a solicitar ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, garantias constitucionais à população dos Distritos de CRUZ e JERICOCOARA, para que aquele povo possa manisfestar-se livremente por ocasião do pleito que se realizará naquelas localidades, quando aquela egrégia Corte determinar. Tal solicitação, torna-se plenamente justificada, em função das desordens que vêm sendo praticadas no Município de Acaraú, notadamente nos citados Distritos, sob a orientação do Chefe do Executivo Municipal, que tenta por todos os meios, inclusive através de ameaças a mão armada, coagir a população ao não comparecimento às urnas, quando da próxima consulta plebiscitária para a emancipação política daqueles Distritos, o que vem causando grande revolta e pânico nas populações de CRUZ e JERICOCOARA.

SALA DAS SESSÕES, 03 de Novembro de 1983

DEPUTADO DOMINGOS FONTES

Domingos Fontes

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 04 de novembro de 1983

DIÁRIO DO NORDESTE

Fontes pede garantias para o povo de Acaraú

Garantias constitucionais à população dos distritos de Cruz e Jericoacoara, no município de Acaraú, 235 km de Fortaleza, foram solicitadas pelo deputado Domingos Fontes (PDS), durante a sessão de ontem da Assembléia Legislativa, ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Segundo o parlamentar, tais garantias são necessárias para que os moradores desses dois distritos se possam manifestar livremente durante o plebiscito, cuja data será marcada pelo TRE, através do qual se saberá se eles aceitam ou não a sua emancipação do município de Acaraú.

Domingos Fontes explicou que devido a realização da consulta plebiscitária nesses dois distritos, se estabeleceu em Acaraú um clima de desordem e insegurança, "sob o comando do prefeito daquele município, João Jaime Filho". Segundo o parlamentar, o prefeito de Acaraú "está tentando por todos os meios, inclusive através de ameaças a mão armada, coagir a população para não comparecer às urnas, por ocasião da consulta plebiscitária para a emancipação política daqueles distritos, o que vem causando grande revolta e pânico às populações de Cruz e Jericoacoara". Ele ameaça pedir intervenção ao governador, se os fatos se repetirem.

COAÇÃO.

Além do prefeito João Jaime Filho, o deputado Domingos Fontes acusou o destacamento policial de Acaraú, comandado pelo subtenente Arimatéia, por ter investido "contra uma reunião de caráter social (festa dançante), que se realizava em propriedade particular, na localidade de Gijoca, em Acaraú". De acordo com as declarações do parlamentar do PDS, "os policiais, armados, coagiram o proprietário do balneário, sr. Carlos Alberto Guilherme Cavalcante, a evacuar, imediatamente, o recinto, sendo obrigado a obedecer, para evitar tiroteios e, conseqüentemente, salvaguardar a segurança de cerca de 800 pessoas que se encontravam no local".

Domingos Fontes acrescentou que os presentes à festa, sem que manifestassem violências, ficaram revoltados com a ação dos policiais". Entretanto, ele fez um advertência: "Se fatos dessa natureza ou outros abusos vierem a acontecer, as conseqüências poderão ser diversas. Posso examinar até a possibilidade de pedir intervenção no município ao governador Gonzaga Mota".

PERSEGUIÇÃO

Por causa desses acontecimentos o deputado Domingos Fontes fez um apelo ao governador Gonzaga Mota para que este determine a instalação, em caráter definitivo, de uma Companhia da Policia Militar do Ceará, no Município de Acaraú, pois o destacamento policial existente, atualmente, naquela cidade, é de apenas 15 homens, insuficiente, na opinião do parlamentar, para dar as devidas segurança e tranqüilidade a sua população de 80 mil habitantes.

Quanto ao clima de inquietação reinante nos distritos de Cruz e Jericoacoara, o deputado pedessista declarou que o prefeito João Jaime Filho está usando o programa Bolsões da Seca para pressionar os moradores desses dois distritos. "Através de seus cabos eleitorais e dos dois únicos vereadores que ainda o seguem, o prefeito só alista nos Bolsões da Seca aqueles que se comprometerem a votar contra a emancipação dos dois distritos; e ameaça de corte os outros já inscritos, caso compareçam às urnas, por ocasião do plebiscito", concluiu o parlamentar.

VISITA DE ADAUTO

O governador em exercício, o vice-governador Adauto Bezerra, faz uma visita, esta manhã, ao distrito de Cruz, onde será homenageado em ato público, marcado para às 9 horas, na praça principal, oportunidade em que lideranças locais agradecerão o apoio que ele deu e possa dar a emancipação de Cruz. Estarão presentes prefeitos da região, vereadores, líderes políticos, deputados e outras autoridades.□

20 de NOVEMBRO

DN INTERIOR
Fortaleza, Ceará — Quinta-feira, 10 de novembro de 1983

VOTE SIM

Tribunal Eleitoral marca os plebiscitos de Itarema e Cruz

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em sua reunião de ontem decidiu marcar para o próximo dia 20 do corrente o plebiscito dos distritos de Cruz e Itarema que desejam ser elevados à categoria de município. Cerca de mais 10 processos tramitam no TRE, que pretende realizar também no dia 20 a consulta plebiscitária em todos eles.

Os processos de emancipação de distritos, geralmente são apresentados por deputados que estão empenhados no sentido de que até o dia 20 seja realizado o plebiscito, para que a Assembléia possa decretar a criação do município até cinco de dezembro, data esta marcada para o término do atual período legislativo. A pressa para a criação desses municípios ainda este ano reside no fato de podermos ser beneficiados com a realização de eleições para a escolha de prefeito e vereadores no próximo ano, se for aprovada a emenda constitucional do deputado Evandro Ayres de Moura, que trata da matéria. Caso contrário os novos municípios somente serão instalados em 1989. □

DADOS REAIS DA VOTAÇÃO NOS DISTRITOS DE CRUZ E JERICOACOARA
NAS ELEIÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO DE 88.

	ELEITORES INSCRITOS	VOTARAM	NO JOÃOZINHO	NO ADENOR	NÃO VOTARAM	Média da abstenção
TOTAL.....	7.894	6.167	3.277	2.417	1.734	22%
DIST.de CRUZ...	4.394	3.518	1.938	1.361	876	20%
DIST. de JERICOAC.	3.500	2.649	1.339	1.056	858	25%

VOTAÇÃO POR LUGARES

C R U Z	2.935	2.334	1.196	988	591	20 %
LAGOA SALGADA...	281	249	178	68	32	15 %
CAJUEIRINHO.....	649	522	349	172	130	20 %
MONTEIROS.....	529	413	216	133	116	21 %
PARAGUAI-GIJOCA.	1.423	1.100	648	345	321	22 %
COR.da FORQUILHA.	494	420	256	132	74	15 %
COR.do URUBU.....	286	231	140	82	55	11 %
BAIXIO.....	251	162	81	70	87	33 %
CAIÇARA.....	811	634	164	380	177	22 %
SERROTE.....	235	102	50	47	133	57 %

VOTAÇÃO PARA O PLEBISCITO

INSCRITOS - TOTAL = 8.228 ELEITORES

NECESSÁRIO PARA CRUZ SER MUNICÍPIO = 4.115 SIM (quatro mil cento e quinze votos)

PREVISÃO sobre os que dirão SIM no dia 6 de Janeiro:

CRUZ ..... 2.334 da votação de 88

LAGOA SALGADA. 240 da votação de 88

CRUZ..... 320 eleitores novos e transferidos

DOS OUTROS LUGARES..... 1.361 que votam em Adenor

4.254

??? que votaram em Joãozinho nos Monteiros, Cajueirinho, Gijoca, Caiçara, Paraguai, Baixio, Corrego da Forquilha, Corrego do Urubu, Serrote.

TOTAL..... ???

COLABORAÇÃO DO GRUPO JOVEM DE CRUZ PARA O PLEBISCITO.

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 18 de novembro de 1983 DIÁRIO DO NORDESTE

Tribunal marca realização de plebiscito em quatro distritos

O Tibunal Regional Eleitoral (TRE) em sua reunião de ontem decidiu marcar para o dia oito de janeiro do próximo ano, plebiscito para efeito de emancipação, nos distritos de Cruz e Jarema no município de Acaraú, Forquilha em Sobral e Amontada em Itapipoca. Vários outros processos com a mesma finalidade tramitam no TRE e, a medida que forem sendo aprovados serão marcadas as datas para a realização da consulta plebiscitária.

Com a decião do TRE, desaparecem as esperanças de milhares de pessoas que, acreditando na aprovação de uma emenda constitucional do deputado Evandro Ayres de Moura, confiavam na possibilidade de verem os distritos onde moram emancipados ainda este ano e efetivados após a escolha de prefeito e vereadores, logo em 1984. Isto porque, com a aprovação da emenda de autoria do parlamentar cearense, seriam beneficiados todos os municípios criados até o final deste ano.

Agora, se a emenda for aprovada, no Estado do Ceará, somente um município será beneficiado. Trata-se de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, que está com toda a sua situação regularizada, faltando apenas ser efetivado, o que somente será possível com a realização de eleições para a escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Mas, nem por isso, deixam de chegar a Assembléia Legislativa, novos processos de emancipação. Somente aprovados e encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral já foram mais de dez. Parte destes ainda se encontram na Procuradoria Regional Eleitoral, aguardando parecer do Procurador, para que tais processos tenham prosseguimento. Mesmo sabendo que, criados em 1984 os novos municípios somente serão instalados em 1989, com prefeito e vereadores eleitos no pleito de 1988, os defensores da emancipação dos distritos em que residem lutam pela emancipação o quanto antes, pelo menos para assegurar legalmente a condição de município. □

DN INTERIOR
Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 02 de dezembro de 1983

Politicagem não vai interferir nas vagas dos 'Bolsões' em Acaraú

O programa Bolsões da Seca coordenado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas encerrou o mês de novembro com 226 mil trabalhadores inscritos. Entre estes cerca de 15 por cento do total representam as mulheres, que chegam a quase 30 mil nos 39 municípios assistidos pelo órgão federal. Segundo informação do diretor da 2ª DR do Dnocs, Almir Távora, o programa tem previsão de aumentar o número de vagas neste mês de dezembro. Para isso, já foi preparado um documento a ser encaminhado à Sudene.

Serão aumentadas as vagas das cidades que entraram por último no programa como as cidades da área metropolitana de Fortaleza, Caucaia e Pacatuba, da região litorânea, como Acaraú e municípios da serra de Guaramiranga. Espera Almir Távora fechar o ano de 83 com um aumento considerável de inscritos, vez que ainda é grande a carência no interior.

Uma denúncia vinda de Acaraú dá conta que as novas vagas que o Dnocs levará àquele município serão distribuídas com políticos. Esta afirmativa foi negada pelo diretor do Dnocs, Almir Távora, que disse que procurou todas as lideranças políticas da cidade e mostrou-lhes a finalidade do programa, que não é fazer politicagem.

Explicou que o alistamento será feito pelo pessoal do órgão sem interferência de ninguém do município.

15.12.83

DIÁRIO DO NORDESTE

Tribunal Eleitoral já preparou os plebiscitos de 8 de janeiro

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará já começou a adotar as medidas necessárias a realização de plebiscito para efeito de emancipação, em vários distritos cearenses. Embora as consultas plebiscitárias só venham a acontecer em janeiro, já foram confeccionadas 70 mil chapas. Alguns juízes já foram designados para presidir as consultas e parte do material já começou a ser embalado.

Dos pedidos de realização de plebiscito, formulados pela Assembléia Legislativa, 10 já foram deferidos pelo TRE, sendo que em cinco deles a consulta será no dia oito de janeiro. O restante será no dia 22 do mesmo mês. Outros processos continuam em fase de instrução, ou seja coleta de dados sobre eleitorado, número de prédios na futura sede, renda e população da área a ser desmembrada. Este trabalho é feito pela Assembléia Legislativa, mas o TRE, cônscio da responsabilidade na criação de uma nova unidade administrativa está solicitando cópias dos ofícios endereçados a Assembléia, para verificar se as condições estão sendo realmente preenchidas.

As únicas reações surgidas, até o momento, contra a criação de novos municípios, dizem respeito ao Município de Acaraú, que será dividido em três, caso os plebiscitos sejam homologados. Ali, lutam pela emancipação, de um lado o distrito de Itarema e do outro Cruz e Jericuacuara, devendo a sede do futuro Município ser no atual distrito de Cruz. O plebiscito nestas localidades será no dia oito de janeiro, mas desde que os processos foram abertos na Assembléia que o prefeito João Jaime Filho tem-se posicionado contra, principalmente porque com a criação dos dois municípios, a atual área de Acaraú, será reduzida a pouco mais de um terço. As manifestações pró e contra a emancipação de Cruz e Itarema têm feito com que a população dos dois distritos tenha vivido momentos de intensa movimentação política.

Ainda no dia oito de janeiro, o Tribunal Regional Eleitoral realizará plebiscito nos distritos de Forquilha, em Sobral, Aracatiara, Icaraí e Amontada, com a futura sede em Amontada, atualmente pertencente ao município de Itapipoca e, no município de Paracuru em Camboas, Boa Vista, Alagoinha e Paraipaba, devendo a sede ficar em Paraipaba. Até o momento não foi registrado nenhum movimento contrário a emancipação destes distritos, bem como naqueles em que a consulta plebiscitária está marcada para 22 de janeiro. Para esta data estão marcados os plebiscitos de Carnaubinha e Milhã, com sede no último, no município de Solonópole; Raimundo Martins e Senador Catunda, que será a futura sede, em Santa Quitéria; São Raimundo e Umirim, com sede neste, em Uruburetama; Quixelô em Iguatu e em Icapui, Ibicuitaba e Cuipiranga, com a sede do futuro município em Icapuí, atualmente pertencente ao município de Aracati. □

DN INTERIOR
Fortaleza, Ceará — Sábado
31 de dezembro de 1983

Maternidade de Jericoacoara se propõe a diminuir a mortalidade

A luta pela preservação da Praia de Jericoacoara (Acaraú) não se restringe às belezas físicas da região. Volta-se também para o bem-estar da dos pescadores e das crianças que vivem num verdadeiro retiro da civilização. Um dos grandes problemas dos moradores de Jericoacoara é o índice de mortalidade, de mães e filhos, por ocasião do parto.

Quando um parto complica, as mulheres fazem uma viagem em trabalho de parto, de 40 minutos, dentro de uma canoa, até Camocim. Muitas já morreram no caminho.

Para por fim a este pesadelo, acaba de ser fundada em Jericoacoara a Sociedade Materno-Infantil (Jesami), com o objetivo de prestar assistência médico social às crianças e mães de Jericoacoara.

Um pouco de felicidade às crianças pobres do municipio de Acaraú

A FUNDAÇÃO

A Jesami foi fundada para dar apoio ao posto de saúde que será instalado no povoado de Jericoacoara, numa continuação do programa de assistência ginecológica e obstétrica desenvolvida pelo médico Galba Araújo, tendo como hospital base a Maternidade Escola Assis Chateaubriand. São postos de saúde espalhados por muitos municípios do norte do Estado, que contam com um ponto de apoio, geralmente um hospital com melhores condições de atendimento. O posto de saúde está sendo instalado, com o apoio do povo de Acaraú, todo à base de doações, já que a principal filosofia do programa é dar assistência médica com os meios já encontrados na região, sem grandes

A maternidade de Jericoacoara receberá o nome de Maria Alcides da Silva, uma mãe que faleceu de um parto complicado. A Jericoacoara Sociedade de Assistência Materno-Infantil (Jesami) tem seu quadro de sócios representado por pessoas da comunidade e amigos empenhados em ajudar aos moradores do lugar. O presidente é o vereador João Jaime Gomes Marinho de Andrade, autor do projeto de transformação de Jericoacoara numa área de proteção ambiental. O vice-presidente é Edvar Esmerino da Silva, um líder da comunidade. A tesoureira, é Magda Maria Nascimento Gomes, primeira Dama do Municipio.

A festa de Natal para as crianças foi a primeira promoção do Movimento de Promoção Social de Acaraú e do Lions Clube de Acaraú. Cerca de 2 mil crianças estiveram presentes à festa, na praça principal da cidade. Foram distribuídos bombons, pipocas e feito um sorteio de 15 prêmios. O ponto alto foi a chegada de Papai Noel, vestido a caráter. As doações foram feitas, além da Prefeitura, pelo deputado federal César Cais Neto, pela primeira dama de Fortaleza Inês Cais e pelo deputado federal Aécio de Borba.

PENSANDO BEM

O vóto é uma arma. Toda arma é feita para dar força e segurança ao homem. Se você estiver armado, você é forte.

O voto é a arma da democracia, isto é, a arma que faz a força do povo. Você já observou como o povo é forte em tempo de eleição? E como os grandes ficam entrançando no meio do povo? Fazendo só o que o povo quer? Falando com um aqui, abrançando outro ali, batendo nas costas de outro acolá, sorrindo para o Zé e cuidando da saude da Maria?... Mas, isto é só em tempo de eleição. E é só porque o povo está armado. E com a arma do voto bota Governo e tira Governo.

O **PLEBISCITO** é parecido com uma eleição. O povo vai votar. Vai mostrar a sua força. Desta vez, para construir mais uma cidade no Ceará. Vai fazer mais um município. Para trazer mais progresso para a Região. A cidade é o lugar onde o Governo vai colocando as coisas de que o povo mais precisa: Escolas, Hospitais, Bancos, FUNRURAL, Cartórios etc. O município é para a cidade ficar mais perto do povo. É para facilitar a vida da gente.

Tem direito de usar a arma do voto todos os homens e todas as mulheres que já receberam na vida o seu TITULO DE ELEITOR. São pessoas de maior e que merecem respeito. Já podem dar também opinião nas coisas. Dizer o que pensam.

O voto é como as outras armas: não pode ser usado por criança. Nem por quem perdeu o juizo. É PERIGOSO.

Você ainda é criança? Perdeu seu juizo? Certamente não.

E como tem gente querendo que você não vote no PLEBISCITO?

Essa gente tá querendo lhe enganar...

Não faça essa maldade! Vote! A CIDADE é coisa boa. O MUNICÍPIO vem para ajudar. Você já ouviu o padre explicando estas coisas? Pensando bem, vote e diga **SIM**

CAMPANHA PELA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO, UNINDO CRUZ E JERICOACOARA COM TODAS AS LOCALIDADES DA REGIÃO / CAMPANHA PELA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO, UNINDO CRUZ E JERICOACOARA COM TODAS AS LOCALIDADES DA REGIÃO / CAMPANHA PELA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO

Digam sim à CRUZ

Nota de Esclarecimento

Nós, que somos aqueles cujas aspirações não se confundem com as poucas e obscuras pessoas que não desejam o bem do Povo.

Nós que temos como ideal perene a vontade de ver triunfar o bem, de ver a felicidade geral de nossa gente.

Não somos obstruidores do progresso, e sabemos todos respeitar a vontade daqueles que aspiram suas liberdades políticas.

Todos nós somos favoráveis a emanicipação de CRUZ.

Somos todos nós os Bons Acarauenses.

Somos lutadores árduos pela defesa dos direitos e viemos apresentar solidariedade total a este distrito, dizer SIM..., SIM... SIM... nós formamos um ideal maior que se configura numa sigla portavoz de todos os brasileiros respeitosos e conscientes,

Nós somos o P M D B

AO POVO DE CRUZ E JERICOACOARA

Há muitos anos sonhas com a liberdade que está próxima de ser alcançada.

Esperamos contar com o teu comparecimento maciço às urnas no próximo dia **08 DE JANEIRO** domingo, para confirmar através do teu voto, a **EMANCIPAÇÃO** da tua nova cidade.

Os que comparecerem a este ato cívico, farão a História e sem dúvida alguma, marcarão o início de uma nova etapa para o desenvolvimento do Baixo Acaraú.

Povo de CRUZ e JERICOACOARA.

Liberta-te das agressões, das injustiças, dos insultos, das coações, das calúnias e das humilhações, com a participação mais ativa da juventude.

Vote SIM no PLEBISCITO:

NO DIA 8 de JANEIRO NÃO FIQUE SOZINHO EM CASA . Vá TAMBÉM UNIR-SE A GRANDE MULTIDÃO DOS QUE VÃO LUTAR EM DEFESA DA SUA TERRA. SEJA PATRIOTA. AME O SEU POVO. E VOTE SIM PARA A CRIAÇÃO DO NOVO MUNICIPIO. VOCE TAMBÉM É PARTE ATIVA NO PROGRESSO DESTA REGIÃO. PRA QUE DIZER NÃO SE TUDO VEM PARA O SEU BENEFICIO. TODAS AS AJUDAS DO GOVERNO FICARÃO MAIS PERTO DE VOCE. VOCE , SEUS FILHOS , SUA FAMILIA SERÃO BENEFICIADOS COM A CRIAÇÃO DO NOVO MUNICIPIO. A CIDADE , O HOSPITAL , OS BANCOS , o FUNRURAL , AS ESTRADAS FICARÃO MAIS PERTO DE SUA CASA. VOTE E DIGA SIM. SEJA INTELIGENTE. DIGA SIM AO PROGRESSO DE SUA TERRA. VOCE TAMBÉM É RESPONSAVEL . VOCE TAMBÉM É POVO.

x x x x x x x x x x

VENHA VOTAR DIA 8 DE JANEIRO . E' SUA OBRIGAÇÃO . NÃO DEIXE EM BRANCO O SEU TITULO DE ELEITOR. VOCE PROVARÁ - QUANDO FOR PRECISO - QUE TAMBÉM AJUDOU NA CRIAÇÃO DO SEU MUNICIPIO. SEJA INTELIGENTE . NÃO SE DEIXE ENGANAR. VOTE E DIGA SIM . DIA 8 de JANEIRO - O MAIOR DIA NESTA REGIÃO - O POVO VAI AS URNAS PARA CRIAR MAIS UMA CIDADE NO CEARÁ . E' O PROGRESSO QUE CHEGA PARA FACILITAR A VIDA DA NOSSA GENTE .

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

DIA 8 de JANEIRO , VOTE !

O VOTO NO PLEBISCITO E' o MELHOR E O MAIS IMPORTANTE VOTO DA SUA VIDA . VOCE DIRÁ SIM - PARA SEMPRE - AO PROGRESSO DA SUA TERRA . VENHA VOTAR . VENHA - DE ONIBUS , A CAVALO , NA CARROÇA , NO CAMINHÃO , A Pé , se for preciso , MAS VENHA MESMO , PORQUE , DESTA VEZ, O CANDIDADTO é VOCE . VOTE E DIGA SIM - 8 de JANEIRO . DIA DO PLEBISCITO .

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

DIA 8 DE JÁNEIRO - BEM CEDINHO - TITULO na MÃO - ALEGRE E FELIZ VOCE VAI CONSTRUIR MAIS UMA CIDADE NO CEARÀ - VOCE VAI VOTAR NO PLEBISCITO - VOCE , SEUS FILHOS , SUA FAMILIA VÃO VIBRAR DE ALEGRIA PORQUE MAIS PERTO DE VOCE VÃO FICAR AS AJUDAS DO GOVERNO AO POVO DESTA REGIÃO. VOTE E DIGA SIM . NÃO SE ILUDA . VOCE TAMBÉM E' RESPONSAVEL PELO ENGRANDECIMENTO DESTA REGIÃO. NÃO FUJA A SUA OBRIGAÇÃO DE VOTAR e DIZER SIM .

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

VAMOS TODOS - DIA 8 DE JANEIRO - VOTAR NO PLEBISCITO. VOCÊ , VÔVÔ , VOCE , VÓVÓ PENSE TAMBEM NOS SEUS NETINHOS - VOCE , PAPAI , VOCE , MAMÃE , PENSE TAMBÉM NOS SEUS FILHOS , VOCE , JOVEM , PENSE TAMBÉM NO SEU FUTURO . TODOS QUEREM O BEM DA TERRA. VOCE TAMBÉM TEM OBRIGAÇÃO DE VOTAR = PARA O BEM DA NOSSA GENTE - DIGA SIM e a CIDADE VAI FICAR MAIS PERTO DE VOCÊ. DIA 8 DE JANEIRO - UM GRANDE DIA PARA A NOSSA REGIÃO .

Vote SIM

e tenha mais perto de você:

	CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO — PLEBISCITO
	☒ SIM ☐ NÃO

- as escolas
- os bancos
- o FUNRURAL
- o HOSPITAL
- empregos
- cartórios
- estradas
- energia
- sindicatos
- postos de
  Saúde
  INPS
  MOBRAL
  L B A
  CODAGRO
  EMATERCE
  CAGECE
  Telefone

VOTE SIM

CRUZ — JERICOACOARA

Calçare — Preá — Gijoca — Baixio — Mangue Seco — Monteiros — Paraguai — Juazeiro — Solidão — Arceira — Cajueirinho — Poço Doce — Belém — S. José — Lagoa Velha — Cedro — Porteiras — Pitombeiras — Imbé — Lagoa Salgada — Jenipapeiro.

Tip. LUX - Sobral

Assembléia cria novos cargos com a mensagem de aumento

Dezenas de cargos estão sendo criados na Assembléia Legislativa do Ceará, segundo a mensagem encaminhada àquela Casa, ontem à noite, assinada pelo governador em exercício, deputado Aquiles Peres Mota. Uma outra mensagem encaminhada ao Poder Legislativo, ontem, diz respeito a um pedido de autorização do Governo para contratação de empréstimo no valor de Cr$ 18 bilhões de cruzeiros, destinado ao reforço financeiro do Banco do Estado do Ceará e o Bandece, Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará.

Com relação ao pedido para contratação do empréstimo, inicialmente o governador havia remetido à Assembléia uma mensagem pedindo autorização para apenas Cr$ 8 bilhões, mas no início da noite mandou um aditivo, aumento para Cr$ 18 bilhões. As duas mensagens deverão ter tramitação de urgência na Assembléia, em razão do que já poderão ser lidas na sessão ordinária desta manhã do Poder Legislativo cearense.

VISTAS

Ontem, na apreciação das Comissões Conjuntas, o deputado Bianou Andrade, do PMDB, solicitou vistas da mensagem que concede aumento para o pessoal do Quadro I, Poder Executivo. O pedido fundamenta-se no propósito de a bancada apreciar a propositura e anexar algumas reivindicações nas diversas categorias funcionais do Estado, notadamente a classe de professores que se acha prejudicada. O pedido teve protesto do líder do PDS, deputado Antônio Câmara.

Por outro lado, o deputado Aquiles Peres Mota, como Chefe do Executivo, teve um dia bastante movimentado. Recebeu no Palácio da Abolição uma comissão de conselheiros do CCM, Conselho de Contas dos Municípios, que levou a proposta de aumento para o pessoal lotado naquela corte. Os índices do aumento serão de 50% e 30%, respectivamente, a partir de agosto e novembro. Os conselheiros não serão beneficiados com aumento.

Ontem ainda o governador em exercício, deputado Aquiles Peres Mota, recebeu protesto veemente da deputada Douvina Castro aborrecida com o tratamento despendido a ela e seu motorista quando do desembarque no estacionamento do Palácio da Abolição por parte de um tenente do Corpo da Guarda. A filha do ex-inquilino do Palácio, Manoel Castro Filho, conteve-se para não discutir mas não deixou de solicitar a Aquiles providências para melhorar o atendimento por parte dos responsáveis pela ordem no Palácio, com os visitantes. □

Ex-secretário é convocado a depor na CPI da Segurança

O general Assis Bezerra, ex-secretário de Segurança Pública, será ouvido na próxima terça-feira pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades daquela pasta na administração passada. A informação foi prestada pelo presidente da CPI policial, deputado Marconi Alencar.

Cerca de 10 pessoas já foram ouvidas pela Comissão que está dividida em duas partes, uma referente a corrupção e outra sobre torturas praticadas pelo extinto Comando de Operações Especiais (COE). Na parte referente a corrupção foram constatadas algumas irregularidades como o desvio de alimentos, em pequena quantidade e a execução de obras sem a publicação do edital de concorrência pública, gerando desconfiança. Já na parte de torturas a Comissão ouviu de vários depoentes confissões afirmando ter o COE praticado torturas. Eles visitaram, inclusive, uma sala que, segundo os acusadores, era utilizada para se fazer as sessões de tortura. Os acusados, entretanto, negaram todas as denúncias prestadas contra eles, deixando os parlamentares sem saber em quem devam acreditar.

A CPI policial foi criada em maio, com um prazo de 60 dias para a conclusão dos trabalhos. Como este prazo foi insuficiente foi solicitada e concedida uma prorrogação de 30 dias. O presidente da Comissão, Marconi Alencar espera concluir os trabalhos até o final deste mês, pois o general Assis Bezerra será o último a ser ouvido, a não ser que do seu depoimento saiam declarações que provoquem a convocação de outras pessoas. Após o depoimento do ex-secretário de Segurança Pública, todos os depoimentos colhidos serão entregues ao relator da Comissão, deputado Moacir Bezerra, que dentro do prazo legal deverá apresentar seu relatório para apreciação dos demais membros da CPI. □

Bancada do PDS cearense escolhe seu coordenador

O Governador Gonzaga Mota esteve reunido, no final da tarde de ontem, com os deputados federais cearenses quando foi escolhido, por unanimidade, o deputado Hildo Furtado Leite para coordenador da bancada no Congresso Nacional. No encontro ele fez um minuncioso relato da situação de dificuldade em que se encontra o Estado, que atravessa o quinto ano consecutivo de seca, além de relatar as principais ações já desenvolvidas nos seus quatro meses à frente do Governo Estadual. De todos os parlamentares o Governador ouviu palavras de irrestrito apoio ao trabalho em execução e o compromisso de acompanhá-lo em seus encontros com as autoridades federais, quando encaminha pleitos do Estado.

Na reunião da bancada foi escolhido o novo coordenador

Sensível às colocações feitas pelos deputados, o Governador assegurou ainda que, em todas as suas viagens à Brasília, será sempre reservada na sua agenda uma hora em que encontrará os parlamentares, mantendo assim estreito e permanente contato com os representantes cearenses no Congresso. Participaram da reunião os deputados Carlos Virgílio de Moraes Távora, Evandro Ayres de Moura, Flávio Portela Marcílio, Haroldo Sanford Barros, Hildo Furtado Leite, Mauro Castelo Branco Sampaio, Leorne Menescal Belém de Holanda, Lúcio Gonçalo Alcântara, Orlando Bezerra de Menezes, Ossian Alencar Araripe, Paulo de Tarso Lustosa da Costa e Raimundo Gomes da Silva.

Os ausentes, Cláudio e Sérgio Moreira Philomeno Gomes, Marcelo Caracas Linhares, Aécio de Borba Vasconcelos e Manoel Gonçalves apresentaram, previamente, suas justificativas. O governador Gonzaga Mota integra a comissão de recepção ao Presidente da República, João Figueiredo, que deverá desembarcar hoje em Brasília, procedente de Cleveland, nos Estados Unidos, por volta das 18h45min. De modo que ainda não está confirmado o horário da viagem do Governador para Fortaleza que poderá acontecer ainda na noite de hoje, sexta-feira, ou amanhã, sábado.

AUDIÊNCIAS

Além do encontro que teve com os representantes pedessistas do Ceará, no Congresso Nacional, o governador Gonzaga Mota ainda teve audiência com o Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde e com o Secretário Geral do Ministèrio das Comunicações. Hoje, o governador vai estar com o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, tentando a liberação de recursos a Fundo Perdido, como já foi prometido pelo presidente em exercício, Aureliano Chaves. □

PMDB em reunião secreta adia a CPI para apurar denúncias

Somente na próxima semana poderá ser formalizada a CPI proposta pelo vereador Emanuel Teles, do PMDB, para apurar denúncias contra a Mesa Diretora da Câmara Municipal. Ontem não houve sessão ordinária na Câmara Municipal porque as duas bancadas — PMDB e PDS — preferiram fazer novas reuniões secretas, separadamente, na Sala de Vereadores e Sala do Cerimonial. Além dos 21 vereadores do PMDB participaram ainda os deputados Bianou Andrade, Eufrasino Neto, Barros Pinho, Manuel Arruda e Castelo de Castro que saiu antes do término do encontro. O deputado Manuel Viana também participou da sessão juntamente com o jornalista Dorian Sampaio.

A sessão secreta do PMDB foi mais demorada do que a promovida pelo PDS. Embora a imprensa não tenha tido acesso, foi possível filtrar-se algumas discussões quando Tarcísio Leitão defendia a todo custo a união do partido em torno da formação da CPI. O ex-deputado Dorian Sampaio entende ser necessário a apuração das denúncias de forma a esclarecer as declarações formuladas por Wellington Soares na casa do vereador Edival Bringel e tornadas públicas por Emanuel Teles. A decisão da bancada todavia é que o requerimento de solicitação da CPI somente seja apresentado na próxima semana após a Câmara aprovar a mensagem propondo aumento para o funcionalismo público municipal.

CINEMA MUDO

Na Sala de Vereadores os 21 membros da bancada do PMDB permaneceram reunidos por mais de três horas. A imprensa, como já vem se tornando praxe não teve acesso. Os jornalistas ficaram pelo lado de fora mas acompanhando gestos e por vezes palavras de oradores mais exaltados. Era outra sessão de cinema mudo, lembrou Barros Pinho. Todavia, as cortinas que permitiam visualizar parte dos presentes ao redor da longa mesa foram fechadas pelo vereador Mário Nunes, do PMDB, cujo semblante denotava forte preocupação com o desenrolar dos acontecimentos. Igualmente o vereador Araújo Castro ex-líder do PMDB procurava um e outro para conversar e no final da reunião saiu com o vereador Emanuel Teles, para a Rádio Cidade.

SUBORNO

Ao final da reunião o vereador Emanuel Teles distribuiu nota à imprensa informando os antecedentes da reunião secreta proposta por ele que resultou no pedido da CPI. Revelou que "depois do pedido da CPI, daí em diante fui vítima da tentativa de suborno, depois de pressão amedrontadora e por fim da tentativa de seqüestro com o pretexto de me internarem num hospital, contanto que não houvesse tal reunião".

Em seguida, prossegue a nota oficial, "veio uma campanha contra a CPI, tão logo encerrou-se a sessão secreta, surgiu um grupo contrário à instalação desta CPI. Mas para surpresa minha quiseram inverter os fatos (eu passaria a réu por estar sendo cúmplice do denunciante". Esta atitude, frisou ele "partiu de um vereador que me tem como inimigo pessoal, sem que eu saiba os motivos".

Adiante Emanuel Teles revela ter sido iniciado um movimento nas duas bancadas para esvaziar a CPI. E finaliza "diante deste fato, resolvi retirar provisoriamente o meu pedido de formação da CPI".

PDS QUER

Por outro lado os três vereadores do PDS que assinaram a proposta de instaurar a CPI, vereadores Edival Bringel, Aluísio Fontenele e José Maria Couto, manifestaram-se contrários à retirada do pedido da CPI. Na reunião da bancada do PDS os três reiteraram posicionamento contrário à decisão da bancada do PMDB de adiar a proposta.

Também estão dispostos a levar a apuração das denúncias os vereadores Nildes Alencar, Francisco Lopes, Antônio Fernandes, Samuel Braga, Manoel Veras que concordaram na retirada do pedido provisoriamente. □

Aprovada a emancipação do distrito de Itarema

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa aprovou ontem a emancipação do distrito de Itarema. Todo o processo será agora encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral, TRE, que deverá marcar o plebiscito para que a população eleitoral se pronuncie informando se deseja ou não emancipar-se do Município de Acaraú.

O deputado Domingos Fontes, depois de informar que dois processos corriam na Assembléia com o mesmo objetivo, revelou que o Ceará tem 594 quilômetros de litoral e somente o Município de Acaraú detém 150 quilômetros.

Os dois processos da solicitação para emancipar Itarema foram providenciados pelas duas correntes do PDS naquela cidade. Uma comandada pelo deputado Domingos Fontes, ala adautista e outra pelo padre Aristides Sales, do esquema virgilista. Como a Comissão de Constituição e Justiça deverá enviar toda a documentação para a Justiça Eleitoral a fim de que a examine e marcar a consulta plebiscitária não poderia fazê-lo em duplicata pois segundo Castelo de Castro "seria um atestado de burrice", ficou o do Fontes.

O distrito de Itarema já dispõe de condições para emancipar-se. Tem população de 37 mil habitantes, com o distrito de Cruz, e há 10.670 eleitores. A renda — arrecadação tributária — é superior aos 0,5 milésimo da renda do Estado, tal como exige a lei. E há 427 domicílios ocupados quando a lei exige apenas 200. □

POLÍTICA

Edilmar Norões

Incorporação do 13º Salário

Talvez os anais do Congresso irão registrar um fato inédito que ocorreu nestes dias. A deputada Beth Mendes, do PT de São Paulo, no final de junho passado, antes mesmo de haver o recesso e diante do comentado discurso do senador Roberto Campos, pregando a "incorporação" do 13.º salário, apresentou proposição dispondo sobre o sistema de pagamento deste benefício conquistado pelos trabalhadores.

Pelo projeto de lei da deputada do PT, o décimo terceiro salário seria desembolsado pelas empresas em duodécimos, depositados na conta do FGTS e somente liberados, com juros e correção monetária no final do ano. Isto traria, segundo a parlamentar, o benefício de evitar uma descapitalização nas empresas de uma só vez, evitaria a perda de poder aquisitivo do 13.º salário, já que seria corrigido, reforçaria o sistema financeiro do BNH com os depósitos mensais e, por fim, daria movimentação ao comércio e a indústria no final de cada ano.

O senador Roberto Campos gostou da idéia. Mas por ser do PDS não ficava bem apoiar teses do PT. Assim, apresentou esta semana um outro projeto, com o mesmo mecanismo, mas diferenciado em decorrência da opção que foi oferecida aos empresários, que poderão, não querendo adotar a nova sistemática, continuar com os métodos atuais.

A idéia de Beth Mendes, indiferentemente do partido a que pertença, é excelente e tida como uma das melhores que já se apresentou no Congresso Nacional. Tão boa que Roberto Campos endossa, ainda que com os cuidados de não desejar ser do PT, coisa que a deputada Beth Mendes ficou preocupada para não parecer ser do PDS.

Brizolismo no Ceará

Não se deve ter dúvidas quanto a obstinação do governador Leonel Brizola em fazer um partido forte. Ele aguarda as definições políticas relativas à sucessão presidencial para, então, iniciar um cuidadoso trabalho do fortalecimento de seu partido ou da criação de uma nova agremiação, mais forte e expressiva, contando com a participação de integrantes de outros partidos, que comungam com as teses do socialismo moreno.

Aqui no Ceará poderá ocorrer um desfalque de nomes do PMDB. Brizola atrai alguns figuras que se consideram marginalizadas no processo partidário da oposição e, com isso, poderá obter apoios considerados excelentes para a formação de um grande partido nacional. Entre os que são lembrados como possíveis para a agremiação de Brizola no Ceará, figura o deputado Alfredo Marques, enquanto alinha-se na mesma direção uma verdadeira bancada na Câmara Municipal de Fortaleza, com pelo menos nove vereadores.

Trunfo de Marcílio

Retomado o processo sucessório presidencial, com a chegada hoje do presidente Figueiredo ao Brasil, ainda que sua deflagração seja mesmo efetivada a partir do dia 29, quando reassume, uma providência será feita pelo deputado Flávio Marcílio, presidente da Câmara: vai solicitar, através do PDS, consulta ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a validade de uma candidatura independente na convenção nacional do partido.

Marcílio, encorajado por dezenas de deputados e delegados que desejam vê-lo vice-presidente da República, não quer atrelar-se a nenhum candidato presidenciável, nestes momentos de indefinições, embora admita que possa integrar uma chapa no caso da unidade do partido. Como candidato independente, seu nome é dos mais fortes e seu êxito é praticamente seguro. Será um candidato da instituição política, legitimamente respaldado pelos seus companheiros de Congresso, onde desfruta de prestígio e excepcional conceito. O nome de Marcílio para vice-presidente é visto com simpatia e até alegria por todos os partidos de oposição. É o que se poderia denominar de candidatura do consenso.

Nomeado para o TRE

O dr. Sérgio Bezerra, que integrava a lista tríplice elaborada pelo Tribunal de Justiça, foi nomeado pelo presidente da República para compor o Tribunal Regional Eleitoral. Ele ocupa a vaga aberta com o término do mandato do advogado Cesar Asfard Rocha. Além do dr. Sérgio Bezerra faziam parte da lista os advogados Olinto Oliveira Filho e Jesus Xavier de Brito.

Para os próximos dias espera-se a decisão presidencial sobre outra lista tríplice integrada pelos advogados Agamenon Frota Leitão, Jesus Xavier de Brito e Pedro Ângelo. Aliás o dr. Agamenon é apontado como o nome mais provável até porque disputa a vaga que atualmente ele ocupa no TRE.

Em cima da hora

*** Reina paz entre Gonzaga Mota e Flávio Marcílio. Os dois almoçaram juntos, ontem, em Brasília. O encontro serviu para aparar as arestas que vinham afastando a cada dia os dois políticos o que, é oportuno dizer, somente prejuízos causava ao Ceará pois Marcílio, pela posição que ocupa, é peça importante em favor dos pleitos encaminhados ao governo federal pelo governador cearense. O almoço durou mais de uma hora e ao terminarem Mota e Marcílio mostravam-se satisfeitos.**

** O deputado Marcelo Linhares foi agraciado com a Ordem do Mérito do Trabalho. A solenidade foi ontem no Tribunal Superior do Trabalho.*

*** O deputado Aquiles Mota, no exercício do governo estadual, teve um dia ontem bastante movimentado. O gabinete do governador esteve sempre cheio. Afora algumas solenidades a que compareceu.**

** Ciro Saraiva recebe neste domingo o título de Cidadão de Quixeramobim e para aquela cidade irá um grande número de seus colegas de imprensa, inclusive, dirigentes das principais empresas jornalísticas do Estado.*

*** Talvez poucos saibam que Quixeramobim é muito exigente na concessão de títulos de cidadania. O que mais cresce a homenagem que prestará a J. Ciro Saraiva. O autor do projeto foi o vereador Ricardo Machado.**

** Mauro Benevides participou em Brasília da reunião da Executiva Nacional do PMDB. Anunciou para a coluna que o projeto do partido, de autoria do economista Celso Furtado, constitui num dos instrumentos que conduziriam o País a uma solução para a grave crise econômica que enfrenta.*

*** Extinção do SEI: na próxima semana o governador Gonzaga Mota dará a palavra final em torno do Serviço Estadual de Informação. Ou nomeia novo chefe em substituição ao major Feitosa — que retornou aos quadros do Exército — ou extinguirá o órgão. Aliás, o que seria recebido com entusiasmo pelos deputados.**

** O senador Virgílio Távora falou com Gonzaga Mota sobre "gonzaguismo". Não adiantou, porém, o que disse ou o que sugeriu.*

*** Virgílio voltou a dizer que está muito bom seu relacionamento político com Adauto. O que levou a que um deputado cesista afirmasse: — "Essa já é uma manifestação visando 86" enquanto para um gonzaguista ela reflete reação ao "gonzaguismo".**

Projeto de lei isenta velhos e estudantes de pagar coletivo

Dois projetos de lei foram apresentados, ontem, na Câmara Municipal, pelos vereadores Emanuel Teles e Raimundo Araújo, ambos do PMDB, o primeiro quer dispensar do pagamento de passagem nos coletivos de Fortaleza os velhos com mais de 65 anos de idade. Já Raimundo Araújo quer a franquia de pagamento para os estudantes fardados.

No projeto de lei do vereador Raimundo Araújo ele pretende ainda seja criado através da Secretaria de Transportes do Município, um horário especial com tarifas de 50% aquém da tabela oficial para os operários e comerciários, que estão sem condições de pagar transporte coletivo. O horário seria das 5 às 7 da manhã e das 18 às 19 horas.

O vereador Emanuel Teles justifica seu projeto dizendo que a franquia aos velhos com mais de 65 anos de idade visa beneficiar a uma pequena faixa de população que não chega a ser 10% dos usuários de transporte coletivo. Lembrou que muitos deles já deram sua contribuição em prol do desenvolvimento de Fortaleza sendo justa a distinção, uma vez que as passagens para determinados extratos da população estão muito caras e pesam nos pequenos orçamentos.

Klinger Mota analisa crise na construção civil no Ceará

A crise porque passa a construção civil no Estado do Ceará, com seus reflexos em Fortaleza, foi analisada ontem pelo vereador do PDS, Klinger Mota, em longo pronunciamento na Câmara Municipal. Ele revelou que das 500 empresas no setor, 200 estão desativadas e outras 100 "engraxando à máquina", ou seja, sobrevivendo às custas de pequenas e deficitárias obras. Devido a isso, mais de 600 mestres-de-obras e 50 mil "peões" estão desempregados.

O pior da crise, disse o vereador "é a absoluta falta de perspectiva, pois até o momento as medidas encontradas pelo Governo Federal não correspondem a necessidade da reativação da construção civil no Ceará. Revelou o vereador que a situação é crítica para o setor de construção cujo ritmo, apesar de retraído na construção de novas obras continua com centenas de apartamentos para serem vendidos".

Disse mais que no bairro de Fátima há 146 apartamentos em construção, mas apenas 127 vendidos, já na Maraponga dos 70 apartamentos concluídos somente 15 foram comercializados".

Pediu ao final de sua fala uma providência eficaz do Governo contra a crise da mão-de-obra que se abateu no setor de construção civil com o conseqüente desemprego de milhares de pais de famílias.

Emancipação de outro distrito leva deputado a novo discurso

Requerimento de autoria do deputado Domingos Fontes, solicitando a realização de plebiscito em Itarema, distrito de Acaraú, para efeito de emancipação, foi aprovado ontem na Assembléia Legislativa. Itarema já foi elevado à categoria de município e cassada sua autonomia em 1964, juntamente com vários outros municípios cearenses.

Após a aprovação do requerimento, o deputado Domingos Fontes proferiu um discurso, no qual justificou as condições do distrito e o anseio da população em se emancipar. Na ocasião o parlamentar fez a abertura do decreto legislativo oriundo da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Tribunal Regional Eleitoral fazer a consulta plebiscitária.

Em aparte o deputado Manoel Aguiar Arruda parabenizou Domingos Fontes pela iniciativa, pois esta era uma maneira de se corrigir um erro do passado, quando muitos municípios foram cassados aqui no Ceará, enquanto que em outros Estados permaneceram. O deputado Orzete Pinheiro Gomes do PDS, mais adversário político de Domingos, em Acaraú, em aparte agradeceu o empenho do autor da proposição, informando que anteriormente ele e o padre Aristides Ribeiro tiveram a mesma iniciativa. Ao retomar a palavra Domingos Fontes agradeceu a Orzete o apoio dado por ele e sua corrente política em Acaraú por terem aposado o movimento de emancipação de Itarema. O distrito conta com uma população de aproximadamente 27.500 habitantes, dos quais cerca de 10.400 são eleitores.

OUTROS

O grande número de projetos de emancipação de distritos cearenses já está preocupando alguns setores da política cearense, tendo em vista a possibilidade de isso vir a se tornar lugar comum, prejudicando, inclusive, a emancipação de distritos com reais condições de emancipação, como é o caso de Maracanaú, cujo processo já foi concluído há algum tempo e o novo município aguarda somente a realização de eleições para eleger o seu prefeito e a Câmara Municipal.

O aumento do Município é maior que o do Estado

A Câmara Municipal de Fortaleza, depois de muita discussão, aprovou, ontem em três reuniões extraordinárias, a mensagem do aumento para os servidores públicos municipais. O prefeito César Cals Neto atendeu apelo das duas bancadas, PMDB e PDS, e enviou emenda à mensagem do aumento consignando mais 5% no percentual na segunda do reajuste a vigir a partir do dia 1º de novembro. Trata-se de uma vitória do PMDB, declarou o Líder Juarez Leitão que obteve da bancada o fechamento de questão contra a mensagem sem o acréscimo de 5%. O aumento foi de 100% em duas etapas.

Também a Assembléia Legislativa aprovou ontem em relação final a proposta do governador Gonzaga Mota, de aumento para os servidores públicos. Será de 50% na primeira etapa a partir do dia 1º de agosto e 30% a partir do mês de novembro. O Líder do Governo e do PDS, deputado Antônio Câmara, informou ser este um aumento responsável e que o governador tem condições de arcar com a despesa. O Estado, disse ele "tem uma receita de Cr$ 9 bilhões e sua despesa só com o funcionalismo ascende a Cr$ 10 bilhões e 900 milhões com um déficit mensal que é coberto pelo Governo Federal".

Os funcionários da Prefeitura Municipal começaram a chegar cedo na Câmara

PROTESTO

Enquanto vários vereadores do PMDB se sucediam na tribuna protestando contra a mensagem do aumento e fazendo coro para votar contrariamente a proposta — usaram a tribuna os vereadores Francisco Lopes, Marcus Fernandes, Juarez Leitão, Raimundo Araújo, Nildes Alencar, todos do PMDB e Aluizio Fontenele, do PDS e Raimundo Linhares defendendo — o Líder do PDS, vereador José Barros de Alencar recebia do prefeito a emenda. Incumbiu o vereador Sérgio Costa para fazer a defesa explicando a ele ter sido um esforço conjugado das duas bancadas PMDB e PDS. Na platéia cerca e 70 garis, especialmente convocados para pressionar vereadores do PMDB, faziam coro contra as críticas dos vereadores peemedebistas. Noutra ala liderada pelos profissionais de nível superior desejavam a rejeição da mensagem e protestavam contra a aprovação da matéria.

ASSEMBLEIA

Ontem, a Assembléia Legislativa aprovou a mensagem do aumento do Poder Executivo já em redação final. Os deputados Bianou Andrade e Barros Pinho criticaram porque os servidores de nível superior não foram beneficiados com a primeira parcela do aumento. Já o Líder do Governo e do PDS, defendeu a proposta e disse que a diferença do aumento será paga em folha suplementar por determinação do próprio Governador do Estado, Gonzaga Mota. Lembrou que para o Magistério o aumento foi de 108 a 124% enquanto o pessoal do Quadro I, Poder Executivo, o índice foi de 50% na primeira etapa e 30% na segunda.

Os deputados aprovaram também a proposta de aumento para o Poder Legislativo. Por ela foram criados 64 cargos. A maioria de Secretária Parlamentar (23) e Auxiliar de Direção (23) para servir aos parlamentares.

URGÊNCIA

Por solicitação do Líder do Governo e do PDS, deputado Antônio Câmara foi aprovada urgência para a mensagem do governador solicitando ao Poder Legislativo autorização para contrair empréstimo no valor de Cr$ 18 bilhões junto ao Banco Central do Brasil. Os recursos destinam-se ao BEC e Bandece, que repassarão os recursos para o setor privado dentro de suas programações de ajuda à pequena e média empresas.

Gonzaga Mota faz nova reunião com deputados de sua tendência

O governador Gonzaga Mota reuniu, ontem, na residência do deputado José Walfrido Monteiro alguns dos integrantes de sua tendência política para uma avaliação do movimento pró-formação do grupo desapolvido até hoje. Publicamente, ontem, o senador Virgílio Távora fez sua primeira manifestação com relação a criação do gonzaguismo e confessou estar magoado. Por seu turno, o deputado José Walfrido Monteiro, entrevistado no Bom Dia Ceará, da Televisão Verdes Mares, disse estar o senador Virgílio Távora "no fim de sua vida útil".

Também ontem, tendo em vista o trabalho de estruturação do grupo do governador Gonzaga Mota, os deputados da tendência adautista estiveram reunidos para fazer uma avaliação do quadro político cearense, com o próprio vice-governador Adauto Bezerra, no gabinete do primeiro secretário da Assembléia Legislativa. Todas as tendências do PDS cearense já reconhecem a existência do novo grupo político dentro do partido situacionista.

REUNIÃO

Na reunião de ontem, cujo local foi mantido em sigilo até pouco antes de seu início, para evitar a presença de muita gente e possibilitar um encontro mais reservado dos principais integrantes do esquema, foi avaliado todo trabalho desenvolvido até o momento na parte referente a adesão de novos integrantes, oportunidade em que Gonzaga Mota fez ciência de entendimentos já registrados com outros políticos, notadamente de tendências que não virgilista e que, para evitar maiores especulações, seus nomes serão mantidos em sigilo até a formalização da adesão definitiva.

Por seu turno, o deputado José Walfrido Monteiro que é um dos principais incentivadores da formação do gonzaguismo, disse, ontem, no Bom Dia Ceará, da Televisão Verdes Mares, ao falar sobre o novo grupo que ele nasceu para dar sustentação política ao governador e permitir que ele não só faça uma administração tranqüila, como possa ter condições de continuar com sua carreira política, após deixar o governo.

O parlamentar de Icó, referindo-se ao senador Virgílio Távora, disse estar aquele representante cearense no Senado já "no fim de sua vida útil". Por seu turno, o ex-governador Virgílio Távora, ao ser abordado sobre a criação do novo bloco político, fez questão de dizer que não estava magoado, do mesmo modo que frisou estar magoado com a atitude de alguns deputados e com as ilações que estão fazendo sobre o seu posicionamento.

Adauto também reúne liderados

"Está tudo bem. Tudo muito bom. Estive com todos eles agora há pouco". Com estas palavras ao **Diário do Nordeste**, o Vice-Governador do Estado, Adauto Bezerra, resumiu o encontro que manteve, ontem, com os deputados estaduais de sua tendência política no Gabinete do 1º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, deputado Fonseca Coelho. O encontro, dos mais rápidos durou 20 minutos e quase não chamou atenção dos jornalistas que cobrem o Poder Legislativo.

O último a entrar no Gabinete do deputado Fonseca Coelho, local da reunião foi o deputado Alfredo Machado. Nenhum deles, procurado pela reportagem do **Diário do Nordeste** quis revelar os assuntos tratados mas sabe-se que a saída de alguns deputados da tendência adautista para o nascente gonzaguismo teria sido o assunto predominante. O próprio Vice-Governador, Adauto Bezerra, ante a insistência do repórter para saber o assunto tratado revelou ser uma reunião de rotina como faz sempre às quartas-feiras no Palácio da Abolição com os seus 10 deputados.

SOLÍCITO

Ao final do encontro o semblante do deputado Fonseca Coelho um dos apontados como disposto a deixar o grupo era preocupante. Já Adauto Bezerra, sorridente e sempre solícito, era assediado por quantos encontravam-no a caminho em direção a saída da Assembléia. Deu afetuoso abraço ao deputado José Humberto, do PMDB, que instantes antes perguntara ao repórter se era Adauto ou Humberto Bezerra (são gêmeos), gritou pelo nome do deputado José Mário Barbosa e determinou a seu coordenador de bancada Etevaldo Nogueira a cuidar do pleito do representante de Maranguape. Descartava as perguntas do repórter.

Na porta da Assembléia Legislativa, um motorista do Poder Legislativo abriu a porta do carro e o ex-governador saiu dirigindo o Landau pois dispensou o G-2, a que tem direito.

Parlamentares discutem sobre a distribuição de alimentos

A denúncia do deputado José Humberto de que donativos recolhidos para os flagelados da seca estavam sendo vendidos em Parambu, foi o tema principal dos debates de ontem à tarde na Assembléia Legislativa. Três deputados usaram a tribuna para abordar o assunto e vários outros se manifestaram em aparte.

O primeiro parlamentar a se manifestar sobre a venda de donativos foi o deputado Osmar Diógenes do PDS que começou falando sobre a situação em que se encontra o homem do campo. Lembrou os enchentes do Sul com a campanha de arrecadação de donativos e elogiou a primeira dama do Estado, Miriam Mota por ter encampado no Ceará, também uma campanha de arrecadação de donativos.

Para ele o trabalho da primeira dama e do Movimento de Promoção Social é merecedor do mais profundo respeito. Elogiou as qualidades de José Humberto (denunciante) e disse que acreditava ter havido deturpação nas informações, pois até o momento, oficialmente só houve distribuição em Irauçuba. Disse ainda que acreditava haver, por trás de tudo isso, alguém que quisesse desvirtuar o sentido da campanha, fazendo com que ajuda de outros Estados não chegue ao Ceará.

Ao ocupar a tribuna, logo depois, o deputado José Humberto disse que a intenção dele e do PMDB era levar à tribuna fatos concretos, com provas e que sua denúncia era para preservar o nome de pessoas e entidades sérias envolvidas na arrecadação de donativos. Disse mais que o alerta havia sido lançado por ele numa emissora de rádio, antes do início da arrecadação e que, não havia citado o nome da primeira dama porque acreditava na seriedade dela.

Em aparte, o líder do governo, Antônio Câmara, considerou a declaração apressada e lembrou palavras do representante oposicionista, quando disse que não ia contribuir com um dia de seu salário para o movimento Missão Asa Branca. José Humberto confirmou o que havia falado dizendo que só colaborava se o Governo enviasse a Assembléia o nome dos coordenadores e distribuidores porque se a distribuição for feita por políticos ou Partidos, não vai colaborar. Sugeriu que a distribuição fosse feita por sindicatos entidades de classe. Em seguida leu trechos da carta denúncia enviada a ele por Francisco Queiroz Lima.

Após o pronunciamento de José Humberto, Walfrido Monteiro do PDS, exaltado, ocupou a tribuna para defender a primeira dama, Movimento de Promoção Social, Cruz Vermelha e demais entidades arrecadadora de donativos. Protestou contra a denúncia, lamentando que estejam fazendo política com a miséria. Disse que não acreditava na carta porque o Movimento de Promoção Social estava fazendo um trabalho sério e que a distribuição ainda não havia chegado a Parambu. Em aparte, o vice-líder do PMDB, Barros Pinho disse que seu colega estava apenas fazendo uma advertência. José Humberto mais uma vez disse que não havia responsabilizado a Missão Asa Branca e colocou a carta à disposição Governo para apurar a denúncia.

POLÍTICA

Edilmar Norões

Tratamento diferenciado

Intensificam-se os esforços a nível estadual no sentido de que seja minorada a grave crise que o Ceará e o cearense estão vivendo, notadamente no interior e mais precisamente nas áreas onde a seca se mostra mais inclemente.

É louvável, sem dúvida, essa posição da administração estadual, mas o que está reclamando o estado é uma maior soma de esforços por parte do poder central, pois afinal, sem os recursos federais nas dimensões exigidas pela crise de nada adiantarão as investidas feitas regionalmente.

O governador Gonzaga Mota sabe, e por isso mesmo existe em torno de sua administração confiança da sociedade, da problemática cearense e quais os meios necessários para enfrentá-la. Em Brasília, até mesmo junto ao próprio Presidente, a questão foi discutida quando Mota reivindicou as medidas que ele entende não podem mais ser retardadas mas é forçoso reconhecer não estar sendo correspondido. Afinal, dada a necessidade gritante aqui sentida não é possível que as liberações sejam processadas a passo de cágado e mesmo assim em níveis muito aquém da realidade que estamos vivendo.

Não têm sido poucas as críticas justamente porque enorme é a diferença de tratamento entre o Sul e o Nordeste, o que mais uma vez foi evidenciado no episódio em que as duas regiões estão envolvidas.

As enchentes sulinas provocaram uma inusitada reação das autoridades federais, daí a fabulosa soma de recursos logo autorizada o que já não ocorreu em relação a seca nordestina, pois embora o gesto solidário do Presidente, que aqui veio acompanhado de alguns de seus ministros, fosse por todos festejado.

O que se esperava era que providências concretas, objetivas e sem demora viessem ao encontro das necessidades nordestinas, até porque o governo de há muito acompanha este drama da seca e bem sabe que, ou aplica aqui o máximo de suas possibilidades financeiras, ou continuará o Nordeste apenas com uma pálida fatia do bolo governamental.

E é contra essa situação, que já se eterniza pois sai governo e entra governo e o Nordeste continua o mesmo, que todos os segmentos da comunidade nordestina, notadamente os que se identificam com a política, devem lutar na esperança de que mais dia menos dia terá chegada a vez desta região.

Daí, ser louvável o esforço de Gonzaga Mota apesar da censura a ele e aos seus companheiros do PDS pois, segundo a crítica oposicionista, se tudo ainda ocorre é pela subserviência pedessista que, embora garanta a maioria do governo deste recebe tratamento de enteado.

Quando, isso sim, deveria receber tratamento diferenciado.

Poder de barganha

O prefeito César Neto prefere aceitar como vitória do funcionalismo a solução encontrada para a votação da mensagem de aumento por ele encaminhada à Câmara de Vereadores. As divergências que estavam havendo de lado a lado foram superadas a partir do instante em que o prefeito resolveu acatar a sugestão do seu líder que significou mais 10 por cento em favor dos barnabés.

A oposição, que terminou por ver vitoriosa sua posição de barganha, também se mostra feliz tendo em vista as alterações introduzidas na proposta pois, ninguém lhe tira esse mérito, se modificação houve credite-se a obstinação com que se lançou à luta.

César Neto ao enfocar outro ângulo da questão, ressalta o relacionamento que deve existir entre Executivo e Legislativo e a solução encontrada para a mensagem de aumento por certo haverá de facilitar esse relacionamento que, não custa nada lembrar, é fundamental aos planos do prefeito.

Sendo minoria ao prefeito certamente que não é fácil levar o barco como certamente desejaria. Daí, então, a necessidade que tem de conviver com o poder de barganha que dispõe o PMDB. E entre radicalizar e ceder em parte, parece que a segunda opção se apresenta mais razoável. Principalmente quando pode a isso chegar através da habilidade e experiência de José Barros de Alencar, o líder que mostrou ontem como procurar saídas nas horas fechadas pela força da maioria.

Deputados com Aureliano

Os deputados Sérgio e Cláudio Philomeno serão recebidos às nove horas de hoje pelo presidente Aureliano Chaves. Na oportunidade o deputado estadual Raimundo Bezerra, que os acompanhará, defenderá a proposta que já foi objeto de pronunciamento seu na Assembléia, ou seja, de que os açudes cearenses deveriam receber cobertas de modo a se evitar evaporação. Enquanto isso, Philomeno reclamará por providências para os pleitos já encaminhados pelo governador Mota.

Os três parlamentares cearenses estarão ainda com o Ministro da Agricultura quando mais uma vez Raimundo Bezerra defenderá sua sugestão por entender, como tem repetido, ser muito importante principalmente neste instante em que "não podemos perder uma gota d'água e com a evaporação essa perda é incomensurável".

Mágoas de Virgílio

Ao dizer que assinaria a ficha número hum do "gonzaguismo" o senador Virgílio Távora certamente que o fez em tom de brincadeira. Pelo menos é o que se pode depreender das declarações feitas ontem quando disse estar magoado com as insinuações sobre o seu comportamento em relação ao novo grupo.

É interessante recordar que ao dizer que assinava a ficha 001 do "gonzaguismo" Virgílio estava numa roda de papo descontraído e até se achava ao lado do próprio Gonzaga tendo a pergunta sido procurada pelo jornalista Wilson Ibiapina, em Brasília.

Naturalmente que a conversa não foi encarada com a devida seriedade tanto que ontem, em entrevista, sua posição já foi muito diferente. Virgílio, aliás, deixou também bastante claro que estava magoado pela posição assumida por alguns deputados que até bem pouco eram seus liderados.

E não é para ser diferente a reação que teve uma vez que, pelo menos até aqui os nomes identificados com o "gonzaguismo" estavam todos no virgilismo.

Difícil, porém, em tudo isso é a posição de certos políticos que insistem em dizer que são virgilistas embora fazendo a apologia e até a defesa da formação do "gonzaguismo". E neste grupo se integrando. De corpo e alma.

Em cima da hora

Deputados bezerristas reuniram-se ontem na Assembléia sob o comando de Adauto. Enquanto isso, Gonzaga Mota se reunia, na residência do deputado Walfrido, com os parlamentares que formam no esquema gonzaguista.

Adauto disse aos seus deputados que está satisfeito e tranqüilo com o desempenho que eles vêm tendo o que faz fortificar sua corrente dentro do PDS. Na reunião, segundo um dos presentes, muito se conversou sobre o "gonzaguismo" embora tenha o mesmo informante assegurado não constituir o novo grupo nenhuma ameaça à tendência chefiada pelo vice-governador.

Ressaltado o trabalho de Virgílio por evitar cortes no orçamento da Chesf. Ontem em Brasília VT acompanhou industriais da pesca deste estado junto à Sudepe. Tratando de interesse do Ceará Virgílio estava, ainda, nos Ministérios da Agricultura, Previdência Social e Planejamento.

TRE vai decidir hoje sobre as novas eleições em Aratuba

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará volta a se reunir hoje, à tarde, ocasião em que deverá ser publicado o acórdão do processo que culminou na anulação das eleições municipais de Aratuba. Nesta reunião deverá ainda ser marcada a data para a realização do pleito, bem como os prazos para registro dos candidatos.

A expectativa em torno desta reunião é grande, tanto pelo PMDB, beneficiado com a anulação, como pelo PDS, vez que, da maneira como foi redigido o acórdão, poderá o recurso do PDS ser elaborado, solicitando ou não efeito suspensivo para o pleito. A partir da publicação do acórdão, passa a contar o prazo de três dias para recebimento de recursos.

Por parte do PMDB está sendo aguardada uma palavra definitiva quanto aos destinos do município, até que seja empossado o novo prefeito. Ontem o partido entrou com um requerimento solicitando que seja nomeado um juiz para responder pela prefeitura, neste período, já que, com a anulação das eleições municipais de novembro, a cidade ficará sem prefeito, vice-prefeito e vereadores e, como se trata de vacância do cargo, não cabe a nomeação de um interventor pelo executivo estadual.

Nos círculos políticos o caso de Aratuba tem sido bastante discutido principalmente no que se refere a anulação das eleições, também a nível estadual e federal, que se acontecer pelo TSE poderá alterar o atual quadro de representantes dos dois partidos, tanto na Assembléia como na Câmara Federal, embora entendam alguns especialistas no assunto que, a anulação do pleito a nível estadual e federal, não implica na realização de eleições para estes níveis, porque a anulação não vai alterar o quadro dos partidos e sim, apenas posições de seus representantes.□

Bezerrista faz críticas contra Mesa Diretora da Assembléia

Trata-se de uma discriminação. Frisou ontem à tarde o deputado Jarbas Bezerra, do PDS, ante a atitude da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. É que os deputados vice-líderes cuja conta telefônica ultrapassaram os Cr$ 17 mil a que têm direito por mês, tiveram reembolsado o valor excedente. Idêntica providência foi estendida aos deputados-membros da Mesa Diretora.

Acontece, lembra o deputado Jarbas Bezerra que pelo Ato Deliberativo n.º 79, que dispõe sobre a utilização dos telefones nos Gabinetes dos Deputados, ficou estabelecido no artigo 2.º que somente estão excluídos do limite para agosto com telefone os aparelhos do Gabinete da Presidência, 1.º Secretaria e lideranças partidárias, respectivamente, dos deputados Aquiles Peres Mota, Fonseca Coelho e os líderes Antônio Câmara (PDS) e Castelo de Castro (PMDB).

Para o deputado Jarbas Bezerra a decisão da Mesa de estender aos vice-líderes a franquia telefônica seria aceita desde que "através de outro ato com vigência a partir da data da publicação". Mas não, acrescentou com efeito retroativo".

No mês passado a conta do telefone do deputado Jarbas Bezerra superou a cifra de Cr$ 400 mil o mesmo acontecendo com a do aparelho do deputado Carlos Cruz, ambos rivais políticos em Juazeiro do Norte. Acontece que a decisão da Mesa Diretora de estender aos vice-líderes a franquia telefônica veio beneficiar o deputado Carlos Cruz que é vice-líder no Poder Legislativo representando no colégio de vice-líderes o grupo cessista.□

Adiada pela segunda vez a 'Vigília' na Assembléia

Mais uma vez foi adiada para os dias 29 e 30 próximos a "Vigília Cívica" de 24 horas proposta pelo deputado Manoel Aguiar Arruda, vice-líder do PMDB. A decisão de adiar foi tomada ontem em reunião da Comissão Organizadora com o deputado Aquiles Peres Mota, Presidente da Assembléia Legislativa que deseja dar caráter nacional ao evento.

Serão convidados oficialmente pelo Poder Legislativo todos os governadores de Estado, Presidentes de Assembléias Legislativas e os respectivos líderes das bancadas. Também será expedido convite para todos os Presidentes nacionais de partidos políticos e respectivos líderes das bancadas nas duas casas legislativas de Brasília: Câmara dos Deputados e Senado.

EXPOSIÇÃO

Além dos pronunciamentos sucessivos a "Vigília Cívica" terá a participação de órgãos como o DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Sudene, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e BNB, Banco do Nordeste do Brasil. Estes órgãos farão exposição sobre as atividades em favor da seca no Nordeste do Brasil. Estes órgãos farão exposição sobre as atividades em favor da seca no Nordeste cada qual em sua área de atuação.

Após a "Vigília Cívica" que durará 24 horas haverá uma visita "in loco" aos "Bolsões da Seca" no interior do Estado.

O governador Gonzaga Mota prometeu participar da "Vigília Cívica" inclusive permanecer toda a noite no plenário do Poder Legislativo.□

Reriutaba: juiz anuncia na 2ª quem é o prefeito

Até a próxima segunda-feira, Reriutaba ficará sem prefeito. Nesse dia, segundo informou ao **Diário do Nordeste** o advogado Aroldo Mota, o juiz Jucid Peixoto do Amaral anunciará sua decisão sobre o mandado de segurança apresentado a ele, ontem, pelo advogado Aroldo Mota, representante do prefeito considerado renunciante, Ivan Rego. Após receber conhecimento do pedido do vice-prefeito João Macedo Ximenes, através do advogado deste, Aldery Furtado Lopes, de ter acesso ao prédio da Prefeitura Municipal, que desde terça-feira está sendo guarnecida por cerca de 30 policiais.

O juiz negou o pedido de João Ximenses porque foi informado pelo Delegado Regional de Sobral, Sá Roriz, - destacado para comandar - de que a polícia só deve permitir o acesso de qualquer pessoa à sede da prefeitura, mediante mandado judicial, conforme determinação do Secretário de Segurança Pública, Feliciano de Carvalho.

POVO CURIOSO

Apesar de haver um clima aparente de tranqüilidade, a cidade amanheceu ontem com parte de sua população na rua, curiosa para saber quem é realmente o prefeito: ou o Sr. Ivan Rego, eleito para o cargo nas eleições passadas, ou o Sr. João Ximenses, o vice-prefeito, igualmente eleito nas mesmas eleições. Por causa de um acordo feito entre ambos, durante a campanha eleitoral, é que a Prefeitura está acéfala, enquanto parte dos moradores do município clama por água e comida, para saciar sua sede e fome.

O vice-prefeito João Ximenes, que passou a se desentender com Ivan Rego após os dois terem tomado posse de seus respectivos cargos, entregou a carta-renúncia deste - fruto do acordo - à Câmara Municipal antes do tempo determinado - 15 de março de 1985. Por isso, desde sexta-feira última há essa crise administrativa em Reriutaba.

JOGO DE BICHO

O advogado do sr. Ivan Rego, Aroldo Mota, garante que o documento assinado pelo seu constituinte "não existe". Nesse documento - carta renúncia - dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, Ivan Rego diz o seguinte:

— João Ivan Vale Rego, prefeito constitucional do município de Reriutaba, eleito nas últimas eleições de 15 de novembro de 1982, em pleno exercício do seu cargo, vem, de acordo com a legislação em vigor, renunciar àquele cargo, em caráter irrevogável. Ciente da aprovação de V. Excia. e demais membros desta Augusta Casa, subscrevo-me mui atenciosamente. Prefeito Municipal (segue a assinatura).

Para o advogado Aroldo Mota, "esse documento é uma excrescência jurídica".

— Isso é igual a uma poule de jogo-de-bicho. Não tem nenhum valor jurídico. Não se pode renunciar a uma prefeitura em novembro (quando houve o acordo entre Ivan Rego e João Ximenes) sem que se tenha sido eleito para o cargo.

Além de recusar a validade da carta-renúncia, que não é datada, Aroldo Mota insiste em afirmar que a reunião da Câmara Municipal, na qual foi aceita a carta-renúncia de Ivan Rego e foi dado posse, imediatamente, ao vice-prefeito João Ximenes, no cargo de prefeito, foi "arranjada". O advogado garante que essa reunião se realizou na residência do secretário da Câmara, vereador João Carlos Taumaturgo Lemos.

CO-AUTORA

Por sua vez, o advogado de João Ximenes, Aldery Furtado Lopes discorda de Aroldo Mota e assegura que "tudo foi feito na Câmara Municipal, cuja ata da reunião foi assinada por todos os vereadores. Até o Presidente da Câmara, vereador Antônio Pires Ferreira, esteve presente a essa reunião". Por desconfiar dessa informação, Aroldo Mota relaciona a Câmara Municipal, no mandado de segurança, como unidade co-autora. Diante disso, o juiz Jucid Peixoto do Amaral terá antes de anunciar a sua decisão sobre o mandado, de colher informações junto ao Presidente da Câmara e ao representante do Ministério Público, para, num prazo de 48 horas, conforme determina a legislação, conceder ou não a liminar.

Aroldo Mota acredita que o juiz decidirá que o prefeito considerado renunciante seja reintegrado ao cargo conforme o mandado de segurança, baseado "num ensinamento de Clóvis Beviláqua: Todo documento produzido sob coação não surte seus efeitos". Enquanto isso o advogado Aldery Furtado Lopes faz fé "no bom senso e equilíbrio do juiz (Jucid Peixoto do Amaral) que irá julgar improcedente o mandado de segurança, pois tudo foi feito dentro do que determina a lei".□

Parte dos políticos de Acaraú se diz contra a emancipação

Em Acaraú, no litoral Norte do Estado, começam a surgir as primeiras manifestações contrárias a emancipação dos distritos de Itarema e Cruz. Com a decisão do prefeito contrária a emancipação, os vereadores dos dois distritos resolveram se organizar em defesa da elevação dos distritos a município, contra o executivo, procurando, inclusive dificultar o trabalho do prefeito, no que depender da Câmara. Dos 17 vereadores que compõem o legislativo, 11 estão ligados eleitoralmente a Itarema e Cruz.

Os movimentos pró-emancipação contam com o apoio dos dois representantes do município na Assembléia, Domingos Fontes e Orzete Philomeno Gomes, bem como da Igreja, através dos padres Aristides em Itarema e Valderi em Cruz. A população das duas localidades estão confiantes na emancipação e tudo estão fazendo para que seus objetivos sejam atingidos. Na cidade de Acaraú, embora existam algumas reações entre os populares, tais manifestações são consideradas como movimentos isolados que não representam muita coisa no resultado final.

NA CÂMARA

Mas a maioria das reações foram geradas pela falta de informações sobre o que acontecerá com Acaraú, com a emancipação de Cruz e Itarema. Para que alguns pontos fossem esclarecidos, atendendo requerimento do vereador Gutemberg Rocha, a Câmara convidou os deputados Orzete Gomes e Domingos Fontes para prestar alguns esclarecimentos sobre as vantagens e desvantagens para Acaraú, com o desmembramento do município.

Durante a reunião os parlamentares mostraram a dificuldade que tem um prefeito em administrar um município com tão grande extensão territorial, com a pequena cota do Fundo de Participação dos Municípios, que recebe. Além disso, o município só teria a ganhar, pois as condições de desenvolvimento seriam ampliadas com os recursos que deveriam ser aplicados nestes distritos. Como se isso não bastasse, a população dos dois distritos têm o direito de reivindicar a emancipação, já que atendem as condições exigidas por lei.

Ainda no desenrolar da reunião Domingos Fontes e Orzete Gomes se comprometeram em trabalhar pelo desenvolvimento de Acaraú, procurando carrear recursos para o município que se transformará num polo de desenvolvimento integrado do baixo Acaraú. Diante dos esclarecimentos as reações diminuíram e, até mesmo alguns vereadores que estavam contra a emancipação, mudaram de opinião. Já os outros, outros continuam defendendo as posições do prefeito João Jaime Filho.

Na verdade, muita coisa ainda está faltando para que Itarema e Cruz sejam desmembrados de Acaraú e elevados à categoria de município, pois os processos ainda estão em fase inicial. No caso de Itarema, a primeira etapa já foi cumprida. Quanto ao processo de Cruz esta fase deverá ser alcançada na próxima semana. Mas, não obstante, a demora do processo, já se comenta sobre nomes que, possivelmente disputarão a prefeitura de Itarema. O mais forte de todos, até o momento, é o do padre Aristides Sales, que há vários anos mora no distrito.□

Parlamentares se unem para pedir região administrativa

Mais uma região administrativa poderá ser criada pelo governador Gonzaga Mota, elevando o número atual de 14 para 15. O município sede desta região será Acaraú, segundo compromisso firmado pelos deputados Domingos Fontes e Orzete Philomeno Gomes, com a Câmara Municipal de Acaraú. Esta região deverá abranger municípios do médio e baixo Acaraú.

Com este pleito será formulado por um deputado da ala do Governador Gonzaga Mota e outro grupo liderado pelo vice-governador Adauto Bezerra, tudo leva a crer que a 15.ª região administrativa sairá mesmo para Acaraú. Por um lado não se pode negar a força política e administrativa do vice-governador. Por outro lado, o pedido de Orzete não poderá ser negado pelo governador, que acaba de criar uma região administrativa a pedido de José Walfrido Monteiro.

A criação da 14.ª região administrativa em Icó, fez com que a imagem do governador fosse arranhada tanto por pedessistas como peemedebistas. Num discurso criticando o governador, o líder da oposição, Castelo de Castro alertava para a brecha que seria aberta para a criação de outras regiões administrativas. Na ocasião dizia Castelo que, se Walfrido que era Gonzaguista tinha direito a uma região administrativa, porque o coronel Orzete Gomes também não tem direito a reivindicar o mesmo, provocando risos no plenário.

Naquela ocasião não se cogitava a criação da 15.ª região administrativa, nem pretendia Orzete Gomes formular tal pleito ao governador. Mas agora que a coisa pegou, como se comportará o chefe do executivo, se quiser manter Orzete no seu grupo político? Pelo visto, terá mesmo que se submeter as críticas da oposição e arender o correligionário, abrindo o caminho para novos pedidos semelhantes, até mesmo porque, em votos Orzete provou nas últimas eleições que é mais forte que José Walfrido.□

Reforma Tributária leva um grupo de Prefeitos a Brasília

Todos os prefeitos cearenses, inclusive, representantes de Câmaras Municipais, são chamados a comparecer a Brasília dia 27 próximo, quando será entregue à Comissão Interministerial responsável pela elaboração do anteprojeto de reforma tributária as sugestões colhidas junto a diversas associações representativas dos municípios brasileiros.

Com este objetivo vieram ao Ceará os prefeitos das cidades de Diadema (SP) Gilson Menezes, do PT; Walmir Cruz, de Amarical, Piauí; Lincoln Magalhães, de Rio Prado, PMDB-RJ e o deputado federal Rui Côdo, Diretor da Associação Brasileira dos Municípios. Eles estão colhendo subsídios da Aprece e conclamando prefeitos e vereadores a participarem da "Marcha pela Reforma Tributária" dia 27 em Brasília.

Faça um momento de reflexão.
Tome o seu café da Manhã. Vá trabalhar em PAZ.

CAFÉ MARIA BONITA

— "Não desprezes as coisas pequenas; um fio de cabelo faz a sua própria sombra".

Envie a frase mais bonita que você conhece, juntamente com uma embalagem do Café Maria Bonita, para Rua Frota Pessoa, 111 — CEP — 60.000. Fortaleza-Ceará e as trinta frases escolhidas para o painel do mês de outubro receberão cada uma um brinde. — Cada embalagem, uma frase)

POLÍTICA

Edilmar Norões

Sem justificativa

Não há como justificar a falta de sessões na Assembléia e na Câmara Municipal, em pleno período normal de atividades das duas Casas Legislativas que, ao longo de um ano têm tempo demais para férias de seus integrantes. Deputados e vereadores têm anualmente quatro meses de inatividade, tempo considerado absurdo, levando-se em consideração que o normal de descanso para todas as atividades é de apenas um mês.

No momento atual, quando se fala que os encarregados dos bolsões da seca estão a exigir o ponto de cada um dos alistados que percebem um mísero salário, entende-se como uma afronta a ausência do deputado e do vereador ao seu local de trabalho, pois eles estão regiamente pagos e na obrigação de permanecerem atentos aos problemas que afligem toda comunidade, da qual são os representantes, para, senão encontrarem a solução, pelo menos fazer algo em favor dela.

É verdade que não podemos dizer que são todos os nossos representantes nas duas Casas Legislativas em questão responsáveis pela situação atual, pois entre eles, tanto na Assembléia como na Câmara Municipal, existem aqueles considerados assíduos, embora nada possam fazer pois são minoria e sequer dão número para abertura dos trabalhos das sessões, pois constituem menos de um terço da composição de cada Casa.

Devem entender os legisladores que são eles, na classe política, os personagens mais visados pela opinião pública, exatamente porque fazem parte de um Poder aberto. Assim, têm que arcar com a responsabilidade de maior e evitar, o máximo, dar margens a comentários e isto só pode ser se realmente cumprirem a contento com suas responsabilidades.

Não há necessidade aqui de se dizer quais as responsabilidades dos deputados e vereadores, mas o mínimo que se pode cobrar deles é a assiduidade aos trabalhos legislativos, onde poderão contribuir de qualquer forma para aprimorar o processo legislativo e defender a comunidade que confiou na promessa que fizeram ao longo da campanha eleitoral, quando buscavam o apoio para que chegassem a ser um representante do povo.

Mais vagas

A decisão do governador Gonzaga Mota de ir ao presidente João Figueiredo, para conseguir mais vagas nos bolsões da seca, está dando margem a muitas especulações, sendo a principal delas a de que, em razão de estar o governante cearense formando ao lado do vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro do Interior, também presidenciável, poderia estar agastado e, em conseqüência, os pleitos cearenses estariam sendo protelados.

Claro que não se pode aceitar como verdade tal especulação, mas a coisa está de certa forma tão difundida junto a classe política cearense que urge um esclarecimento a respeito do assunto. Atualmente o Ceará tem mais ou menos a metade do número de vagas que foi pedido pelo Governador, para atender a toda população flagelada do Estado.

Estatuto do magistério

Embora esteja uma comissão de alto nível estudando uma reforma ampla do Estatuto do Magistério, decidiu o governador Gonzaga Mota encaminhar à Assembléia, ontem, uma mensagem alterando dispositivo daquele documento, para atender ao que reclamam parlamentares da oposição, consubstanciado em uma emenda a mensagem de aumento do funcionalismo público, vetada pelo Governador, sob alegativa de inconstitucionalidade.

Com a alteração proposta, os professores são beneficiados com a diminuição do tempo de serviço para efeito de redução da jornada de trabalho, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens auferidos, além de ampliar a gratificação de 30%, chamada de pó de giz, para os Orientadores Educacionais, Técnicos em Educação e Supervisores.

Em cima da hora

A coluna foi redigida por EDISON SILVA.

* O deputado Franzé Morais foi informado pelo presidente da Assembléia, Aquiles Peres Mota, que a Comissão de Turismo e Esporte será incluída no novo Regimento da Assembléia que vai ser votado no mês de outubro.

*** Com relação ao problema de consultar a Assessoria do Poder Legislativo, diz o parlamentar oposicionista que, como deputado novo, não tem qualquer informação da Casa a respeito da utilização dos trabalhos da Assessoria e que o seu partido, no momento, está sem Assessor.**

* O governador Gonzaga Mota vai hoje a Recife para participar da solenidade de transmissão do Comando do IV Exército. Não está prevista a ida de Mota até a Sudene.

*** O deputado Antônio Jacó vai ser operado na próxima segunda-feira. A cirurgia já foi adiada mais de uma vez. O parlamentar está de licença na Assembléia. Já o deputado Murilo Aguiar aguarda apenas a decisão do médico sobre sua operação para também pedir licença para tratamento de saúde, devendo ser convocado para substituí-lo o suplente Otacílio Correia.**

* Se prevalecer a idéia de alguns assessores do Abolição, o decretão que regula o aumento do pessoal das vinculadas vai dar muito assunto para discussão. Um dos pontos diz respeito a limitação dos salários de seus dirigentes que não poderiam ultrapassar aos dos secretários e já tem muita gente ganhando até duas vezes mais que isso.

*** Aliás, esse decreto deve limitar a apenas duas categorias os dirigentes das empresas vinculadas, ficando no primeiro grupo apenas umas cinco.**

* O gonzaguismo anuncia novas adesões para os próximos dias. O ex-prefeito de Itapipoca, Geraldo Gomes de Azevedo, até então ligado à tendência virgilista e o ex-deputado Januário Feitosa. Oficialmente, nenhum dos dois ainda se pronunciou a respeito, mas setores da nova tendência já têm as adesões como coisa certa.

*** O deputado João Viana, do grupo cessista, disse ao governador Gonzaga Mota, quando do encontro dos deputados liderados do ministro César Cals, ultimamente, que Gonzaga Mota não precisa fazer mais nada durante o seu governo para acabar com ele João Viana, pois já fez o suficiente para tal. O parlamentar se referia à criação da XIV Região Administrativa.**

* Flávio Marcílio, o presidente da Câmara dos Deputados, recebe segunda-feira em Teresina, capital de seu Estado natal, uma significativa homenagem do governo, por sugestão do governador Hugo Napoleão. Além da comunidade política do Piauí, a homenagem será prestada por políticos de vários Estados brasileiros, inclusive o presidenciável Paulo Maluf.

*** Deputados estaduais do PDS cearense estão reclamando falta de informações sobre a distribuição dos donativos da campanha Asa Branca.**□

Encontros com correligionários leva Adauto a Brasília, hoje

O vice-governador Adauto Bezerra está seguindo hoje para Brasília onde terá encontro com os deputados federais de seu esquema político e o senador José Lins de Albuquerque. Segundo se informa também em Brasília, Adauto Bezerra vai se reunir com o senador Virgílio Távora e com o ministro César Cals, para tratarem sobre assuntos relacionados com a posição do Ceará na sucessão presidencial. Ainda hoje Adauto Bezerra terá uma audiência com o candidato Mário Andreazza, Ministro do Interior.

Adauto Bezerra vai levando para Brasília o documento de todos os seus delegados à convenção nacional para apresentar aos parlamentares de seu esquema e, sem dúvida, receber um outro a fim de que tenha a autoridade para falar em nome de todos os seus delegados. Há quem diga que ele sugerirá aos dois outros líderes do PDS cearense que estão em Brasília a mesma estratégia, a fim de que possam ter uma posição só no quadro sucessório.

O vice-governador retornará logo dessa viagem, tendo em vista que o governador Gonzaga Mota também poderá viajar esta semana. No seu calendário de viagens está programada a viagem de Brasília para o próximo dia cinco, mas até o momento, no entanto, ele ainda não confirmou para sua assessoria. Gonzaga Mota em Brasília, antes de ser recebido pelo presidente João Figueiredo, vai conversar com os deputados federais e senadores cearense a respeito de suas posições no quadro sucessório presidencial. No momento, Gonzaga Mota está ouvindo os delegados cearenses que residem no Estado e pretende concluir o trabalho nas próximas horas. □

Servidores na Assembléia já assinam ponto e vão pra casa

Apesar de ter tomado várias medidas moralizadoras tão logo assumiu a Presidência da Assembléia Legislativa, o deputado Aquiles Peres Mota, não viu surtir efeito por muito tempo sua determinação visando impedir que servidores batessem o ponto e voltem para casa. Com efeito várias portarias baixadas pelo deputado Aquiles Peres Mota atingiu pessoas que nem sequer compareciam à Assembléia a não ser para receber o dinheiro no fim do mês.

Hoje, embora o controle esteja mais rigoroso, ao ponto de se exigir até mesmo a carteira de identidade de algumas pessoas, quando responsável pelo setor não conhece o servidor, já se começa a notar certa negligência quanto ao cumprimento das portarias do Presidente. Existem servidores que chegam à Assembléia Legislativa em veículos dirigido por motoristas particulares, descendo apenas para assinar o livro de ponto. O fato, devidamente constatado, está causando mal-estar entre os funcionários notadamente aos que são obrigados a enfrentar filas nos pontos do relógio.

Outro assunto a ser enfrentado pela Mesa Diretora diz respeito ao funcionamento setorial. Existem setores completamente estrangulados a ponto de estarem ameaçados de fechar ante a ausência completa de servidores. □

Execução do Promac depende da promessa de Mário Andreazza

A execução do Projeto de Assistência à Mulher Artesã do Estado do Ceará (Promac) está na dependência de ser cumprida a promessa feita pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, na reunião da Sudene, sexta-feira passada, em Parnaíba, no Piauí, à comissão de deputados cearense, integrada por Douvina de Castro, a principal interessada no projeto, Maria Dias, Osmar Diógenes e Ciro Gomes e Eufrasino Neto.

A deputada Douvina de Castro informou, ontem, ao **Diário do Nordeste**, *que vai ficar cobrando do ministro Mário Andreazza a sua promessa de conseguir os recursos necessários para que o projeto piloto, pelo menos, se concretize neste ano, conforme prevê os estudos elaborados pelo agrônomo Luiz Gerson Costa Cunha, autor do projeto.*

Segundo a parlamentar do PDS, alguns governadores do Nordeste, presentes à reunião da Sudene, se mostraram interessados em estudar o Promac, depois que ela explicou os seus objetivos e o seu alcance social. A sua idéia básica é aproveitar a mão-de-obra feminina alistada no programa Bolsões da Seca nas atividades de artesanato, ao invés do trabalho pesado nas frentes de serviço.

Além disso, "proteger a mulher artesã do Ceará dos efeitos da crise da seca; e garantir a continuidade da atividade artesanal, com treinamento das artesãs profissionais e atendimento aos outros tipos de artesãs. Para a execução do projeto piloto, o montante a ser investido é de Cr$ 1 bilhão 532 milhões, provenientes do Finsocial. □

Em discussão a criação de municípios no Ceará

Municipalistas defendem a criação de novos municípios no Ceará, mas advertem que, mantidos os atuais critérios de distribuição de renda, a criação desenfreada de municípios poderá ser prejudicial ao Estado. Para o presidente do Conselho de Contas dos Municípios (CCM), José Batista de Oliveira, com a criação de novos municípios o Estado do Ceará sairá ganhando.

No momento, tramitam na Assembléia 13 processos de emancipação de distritos. No entendimento do advogado Américo Barreira, cada caso deve ser analisado separadamente. Em alguns casos ele acha realmente válida a emancipação, mas considera prejudicial, quando ela vem atender aos interesses de políticos, em prejuízo ao município mãe, mesmo que o distrito que pleiteia emancipação atenda as exigências da lei.

Já o advogado José Guedes de Campos Barros, que penha de maneira semelhante ao seu colega Américo Barreira, considera que, em tese, a criação de municípios é válida porque propicia a descentralização administrativa e a fixação do homem a sua comunidade. A criação desenfreada, no entanto, para ele, não vai melhorar muito a situação do Estado, pelo contrário, porque para instalar os novos municípios, surgirão novas despesas, enquanto a receita continuará praticamente a mesma.

O presidente do CCM, José Batista de Oliveira, embora reconhecendo a existência de pontos positivos e negativos na criação de novos municípios, acha que o Estado sairá ganhando porque, com um número de municípios, será maior o recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e acrescida a quota do Fundo de Participação dos Municípios. Afirmou ainda que o CCM tem todas as condições para atender mais 15 ou 20 municípios que sejam criados.

EXIGÊNCIAS

De acordo com a legislação atual, para que uma determinada área seja desmembrada, dando origem a um novo município será necessário o atendimento de quatro exigências básicas: população do distrito ou distritos que desejam se fundir para formar o novo município seja superior a 10 mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população do Estado; eleitorado da área a ser desmembrada superior a 10% do eleitorado do município; mais de 200 prédios (casas) e arrecadação não inferior a cinco milésimos da receita estadual de impostos no último exercício. Além disso, em consulta plebiscitária, mais de 50% da população terá que se manifestar favorável a emancipação.

Segundo o presidente da Assembléia, Aquiles Peres Mota, a validade ou não da emancipação não é analisada por aquela Casa, cuja obrigação é de verificar se as condições exigidas são atendidas. Quando o distrito preenche os requisitos básicos, o processo terá sua tramitação normal. Destes critérios, em parte, discordam os municipalistas Américo Barreira e José Guedes. Américo coloca como exemplo o município de Altamira no Pará, que é quase do tamanho do Estado do Ceará, obrigando uma pessoa a andar, às vezes, cerca de 600 quilômetros para tirar um simples alvará de funcionamento de uma bodega, por exemplo. Ele acha que numa região como a Amazônica os atuais critérios poderiam, até serem desprezados, devendo se levar em consideração outros fatores.

José Guedes analisa o problema por outro ângulo. Baseado nos critérios exigidos pelos grandes países municipalistas do mundo, ele acha que a legislação brasileira pertinente ao assunto deveria ser modificada porque enquanto exigimos população, renda etc., outros países exigem dos postulantes a emancipação às condições básicas de infra-estrutura como saneamento, habitação, escolas etc. Levando em consideração que nos Estados Unidos existem mais de 90 mil municípios e na Alemanha mais de 20 mil, Guedes considera pequeno o número de municípios existentes no Brasil, pouco mais de 4 mil.

A nível estadual, o Ceará com 141 pode ser considerado um número pequeno, se compararmos com Minas Gerais que tem cerca de 700 municípios. Diante desse quadro, José Guedes diz que não é contra a criação de novos municípios, mas lhe preocupa o "espírito de emulação". Ele coloca ainda como ponto fundamental, uma nova lei de divisão territorial e administrativa, que deve ser revista de quatro em quatro anos e a última do Estado do Ceará foi sancionada pelo governador Raul Barbosa, em 1951.

Tanto José Guedes como Américo Barreira vêem na criação de novos municípios, algo de muito bom, se forem aprovadas e postas em prática as propostas de reforma tributária, que através de emenda tramitam no Congresso Nacional. Permanecendo o atual quadro de distribuição de rendas, se houver melhora, a curto e médio prazo, será para o Estado muito pequena, porque serão elevadas também as despesas com uma série de serviços que terão que ser colocados à disposição da comunidade.

Tramitam na Assembléia, processos de emancipação dos distritos de Forquilha em Sobral, Milhan em Solonópole, Itarema e Cruz em Acaraú, Paraipaba em Paracuru, Amontada em Itapipoca, Quixelô em Iguatu, Umirim em Uruburetama, Salitre em Campos Sales, Senador Catunda em Santa Quitéria, Varjota em Reriutaba, Icapui em Aracati e Inhuçu. Destes, já foram aprovados os decretos legislativos de Forquilha, Milhan, Itarema, Cruz, Paraipaba e Amontada. □

Deputado participa de encontro sobre o planejamento familiar

A questão do planejamento familiar no Brasil foi discutida na Assembléia, através de pronunciamento do deputado Raimundo Bezerra do PDS. Como convidado do Grupo de Parlamentares para Estudos da População e Desenvolvimento, de sete a dez do corrente, ele participará, em Maceió, de seminário nacional sobre planejamento familiar.

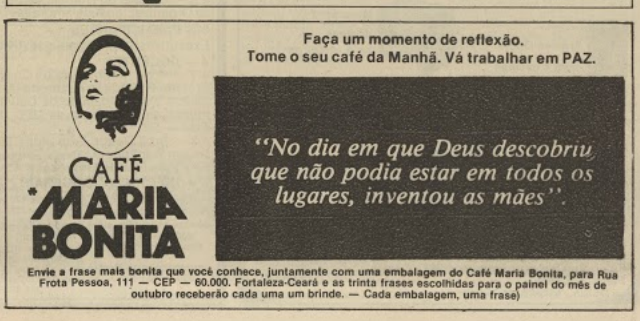
Para o parlamentar o planejamento familiar é importante porque ele não objetiva apenas fazer com que se evite filhos, mas oferecer uma educação aos casais, através de noções básicas do planejamento familiar, puericultura e higiene dentre outros pontos que constam do programa do Governo. Dentre os fatores positivos deste programa que será discutido no encontro de Maceió, ele aponta a diminuição do índice de mortalidade e a possibilidade dos casais terem filhos mais saudáveis e passíveis de receberem uma educação adequada.

O deputado que também é médico, diz que os métodos utilizados dependerão das condições de cada pessa, sendo a pílula o método mais usado.

No seu entender, a aplicação de um Programa Nacional de Planejamento Familiar é plenamente viável em regiões carentes como o Nordeste porque a revisão pode ser feita de três em três ou de seis em seis meses e, como resultante de uma política correta poderíamos deixar de ostentar o triste índice de uma das maiores mortalidades infantis do mundo, com 250 mortes para cada mil crianças, no primeiro ano de vida.

Atualmente no Brasil não existe uma organização federal que trate do assunto, embora existam alguns organismos, inclusive internacionais, como é o caso da BEMFAM, que atuam na distribuição de produtos anticoncepitvos. Em algumas áreas a distribuição desses produtos vem sendo desordenada e sem o devido acompanhamento médico, prejudicando, em alguns casos os usuários.

A Igreja tem se posicionado contra a utilização do aborto e técnicas artificiais empregadas para evitar o nascimento, mas acredita o deputado Raimundo Bezerra que a Igreja em breve aceitará o uso da pílula, por ser ainda o método mais seguro, embora alguns setores continuem reagindo. Entre as mulheres, principais interessadas no assunto, as opiniões divergem e, embora algumas associações já tenham promovido reuniões para debater o programa que o Governo pretende implantar, ainda não chegaram a uma definição. □



POLÍTICA

Edilmar Norões

Nordeste, apesar de tudo, dá lucro

Em recente pronunciamento à Câmara Federal, o deputado Paes de Andrade fez uma circunstanciada análise da situação nordestina dizendo, certamente para surpresa de quantos o ouviram, que "não obstante o processo de espoliação a que vem sendo submetido, o Nordeste é, ainda, a única região do País que no comércio externo dá lucro à Nação".

Lembrou que "em 1980 obteve um saldo de 915 milhões, enquanto São Paulo apresentava um déficit de 3 bilhões". Se adicionarmos a isto a produção de petróleo e gás natural — acrescentou Paes — teremos um saldo de 3,6 bilhões na balança de pagamento. Revelou mais que "60 por cento do déficit do Sudeste — Rio, Minas e São Paulo — são financiados pelo Nordeste.

Remontando à história, o deputado Paes de Andrade disse que as primeiras verbas destinadas ao Nordeste foram fixadas por Epitácio Pessoa, em 1918, quando criou a caixa das secas com dois por cento da Renda Tributária. Com ela foram iniciadas as grande obras. Em março de 1924, Artur Bernardes revogou, por um decreto, aquela contribuição mas em 1934, com a nova Constituição, as bancadas nordestinas conseguiram incluir, pelo Art. 177, uma verba de quatro por cento. A Constituição ditatorial de 1937, de novo, aboliu a verba salvadora que, no entanto, foi novamente restabelecida com a Constituição Democrática de 1946, correspondendo a três por cento, sendo 2% para obras e 1% para financiamento.

Dentro deste espírito e com base neste mandamento — assinalou o parlamentar peemedebista — foi estabelecido um completo esquema de recuperação do Nordeste martirizado e esquecido, partindo quase tudo da iniciativa do Congresso ou com sua aprovação. Graças a isso, então, é que surgiram a Chesf, Banco do Nordeste, Sudene, enfim, foi com base nesse apoio que o Nordeste fincou algumas bases que garantiram uma arrancada para a sua tão sonhada e reclamada redenção sócio-econômica.

Novamente, porém, é o Nordeste atingido, também por uma outra Carta ditatorial pois foi a Constituição de 1967 que aboliu as contribuições estaduais, o que esvaziou o Sudene, negando-lhe verbas e acabando com seus planos diretores e reduziu os incentivos fiscais aplicados pelo FINOR, a menos de 20%. Além disto — adiantou o deputado Paes de Andrade — "a Carta Ditatorial de 1967 institucionalizou o ICM, que é uma sangria permanente na economia dos Estados do Nordeste a ponto de torná-los inadministráveis de modo que se pode dizer que, com essas medidas, os nove estados nordestinos e os três por cento da região Norte foram transformados na mais cômoda e mais rendosa colônia do mundo moderno. De tal ordem, que a função de governadores e prefeitos do Nordeste é implorar auxílios, esmolas, ao onipotente governo federal".

Depois de citar alguns fatos (a entrega de mercadorias no valor de dois trilhões de cruzeiros à Polônia, investimento de 470 bilhões de cruzeiros para cobrir os escândalos da Brastel-Coroa além do que teve que injetar na Delfin e Capemj), o representante cearense exalta o Nordeste, pois, batido por tantas adversidades, não deixa de ser uma região promissora. É que o Nordeste encontra sua convivência nacional sob a égide da democracia não custando nada recordar que sempre as medidas salvadoras para o Nordeste se fizeram sentir nas Cartas marcadas pelo espírito da democracia enquanto se viu delas despojadas pela força do arbítrio.

Oposição cindida

Tanto falou das divergências do PDS que se vê o PMDB, agora, mergulhado numa cisão interna que ameaça a permanência de Ulisses Guimarães à frente do partido. O que querem os setores mais moderados do maior partido de oposição é que os radicais de esquerda tenham diminuída a sua força dentro da agremiação. Eles não aceitam que em cargos de grande influência estejam elementos como Francisco Pinto e Miguel Arraes, daí o impasse criado e as dificuldades aumentarem para o comando de Ulysses Guimarães.

E o pior é que a linha moderada, que alguns preferem chamar de conservadora, está pressionando, pois quer que até à convenção nacional de dezembro o quadro já esteja contornado e isso implicaria da saída da Executiva dos que se afinam com o radicalismo de esquerda. Ulysses, que pode aqui e ali ser confundido com essa linha mas se sabe não tem tal coloração, ou toma atitudes para atender a essas exigências dos moderados, ou também perderá a direção do partido.

Em cima da hora

*** Do ministro Delfim Netto, sobre o 2.045: Muitos têm falado quanto implicará no salário do trabalhador a aprovação dessa proposição. Ninguém, porém, tem dito que o citado decreto propõe a redução das correções do aluguel e das prestações da casa própria".**

* Já Carlos Átila, Porta-Voz do Planalto, chamou a atenção, pois a limitação dos reajustes salariais a 80 por cento do INPC, segundo dispõe o 2.045, contribuirá para a descentralização dos recursos.

*** O Pais inteiro se volta hoje para Brasília onde a Mesa da Câmara Federal apreciará o pedido dos ministros para enquadramento do deputado Mário Juruna. E essa expectativa cresceu depois da manifestação do Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Octavio Luiz Resende, sobre o caso. Segundo disse, o Ministro Walter Pires espera que Juruna perca seu mandato, para que sejam mantidos a harmonia e o respeito que devem existir entre os poderes da República.**

* O governador Gonzaga Mota recebeu em sua residência, sábado à tarde, o deputado Ciro Ferreira Gomes. Como ainda não foi acionada a distribuição dos cargos estaduais no interior, Ciro tem sido dos mais prejudicados. Afinal, foi o mais votado em seu município, Sobral.

*** Unidades móveis para atendimento médico-odontológico serão entregues esta manhã pelo governador Gonzaga Mota ao Movimento de Promoção Social. Destaque-se que esse material, de importância para os fins a que se destina, foi adquirido com recursos doados pelo BNB.**

* Decepcionado com a política (com os políticos, diríamos melhor) o deputado João Viana pensa em não mais concorrer nas próximas eleições.

*** Adauto Bezerra em dificuldades, pois três dos seus deputados pensam seriamente na presidência da Assembléia. São eles, Etevaldo Nogueira Lima, Fonseca Coelho e Osmar Diógenes. Aliás não seria esse realmente problema para AB que teria saída para o impasse. Afinal, o importante é que a posição não saisse de seu grupo.**

* Ministro César Cals se reunirá com seu grupo no próximo dia 15 de outubro em Cariré. Ocorre que o cesismo sobralense entende que o encontro da zona norte não poderia ser noutra cidade que não em Sobral.

*** Consultas do governador aos delegados do PDS prosseguem por toda esta semana.**

* O Cariri, sempre verde, está seco. Porém, ninguém responsável pelas campanhas de atendimento às vítimas da seca está querendo acreditar. Resultado, é constante a ameaça dos flagelados às cidades de Juazeiro, Crato e Barbalha. E as autoridades locais nada podem fazer. O comércio e a prefeitura têm fechado as portas ante a aproximação dos famintos. É hora, então, de agir. □

Comunicado

Medo de Todos

Prestem atenção: hoje, como todas as segundas-feiras, os jornais são enriquecidos — no bom sentido — de mais um fim de semana em que a violência do homem deixa um triste rastro de homicídios e desastres fatais de trânsito. Os finais de semana em Fortaleza transformaram-se em pesadelos para as populações de todos os bairros, porque o bêbado bebe mais, o irresponsável do volante fica mais irresponsável, o violento mais violento, os ladrões mais ladrões e os assaltos e arrombamentos se elevam a números jamais registrados. O que acontece nesta cidade?

* * *

O que vem acontecendo nos grandes centros urbanos do País: a escalada do crime diante de uma polícia impotente, não raro aliado à negligência e até mesmo à má vontade. Todos os dias os jornais registram fatos espantosos. Mas nos fins de semana as coisas complicam ainda mais, sempre com novos lances da tragédia de uma grande cidade despoliciada.

* * *

Tudo bem. Ninguém nega o esforço que o setor empreende para superar o inimigo cruel. Mas é só ver como se comporta a população: pacatos chefes de família vêem-se obrigados ao uso de armas de todo jeito, contratam vigilantes, sobem seus muros, colocam grades na casa toda, criam cães ferozes, instalam porteiros eletrônicos. Enfim, protegem-se de uma perigosa, assustadora e desprotegida selva de pedra.

* * *

Não se pode exigir dos governantes um policiamento suficiente para deter a escalada do crime. Polícia nenhuma jamais vai conseguir isso, se a inflação descontrolada, o desemprego e a falta-de-vergonha (sobretudo esta) continuam exacerbando as tensões de uma sociedade marcada por extremas desigualdades.

* * *

No desespero — no que os agitadores profissionais sabem muito bem tirar proveito — assaltantes de verdade vestem-se de líderes da massa esfomeada para invadir cidades, saquear o comércio, levando habilmente o governo ao descrédito popular, minando até mesmo as tentativas de atuar política e policialmente sobre as raízes sociais da violência.

* * *

Então, Fortaleza, hoje, é a síndrome do medo. Todos têm medo de todos. Chegar em casa, buzinar e aguardar que abram o portão pode ser passaporte certo para a morte, uma das mil modalidades de violência que fazem de Fortaleza cidade de bárbaros.

Fome

De um sertanejo letrado de Irauçuba para um repórter do **Diário**: "Acho que a única maneira de se ingerir alguma coisa por aqui é falar tanto de fome que a gente acabe tendo de engolir o que se diz..."

Peronistas

Os peronistas devem vencer as eleições de ontem na Argentina, que depois de 10 anos de autoritarismo e terror, além de uma guerra estúpida — a das Malvinas — volta a cantar o grande tango da democracia, ao som inconfundível do **bandoneón**. A tradição argentina nos últimos 50 anos é de que as mobilizações de rua determinem os fatos políticos ou sejam o espelho dos resultados eleitorais. Se a tradição persistir e se Buenos Aires continua a vitrina geral do país, os peronistas ganham. A margem de Luder sobre Raul Alfonsin será apertada, mas dá para vencer.

Assalariados (I)

Para os menos atentos: o DL 2065 traz mudanças pouco significativas para os assalariados, que continuam o alvo preferido da política recessiva do governo. Com os reajustes em "cascata", os salários de quem ganha acima de 8 mínimos vão subir, em média, 7,5% em relação ao DL 2064. Entretanto, essa pálida melhora pode ser facilmente engolida pelo governo, que tem condições de manipular o INPC como bem quiser.

Assalariados (II)

Dissemos uma média de 7,5%. Pois bem, basta expurgar esse índice em 4% em dezembro e 3,5% em janeiro para manter o crescimento da massa salarial brasileiro em 80%, conforme as exigências do todo-poderoso FMI. Aliás, nos últimos meses o INPC ficou quase 30% abaixo da elevação do custo de vida, por conta dos expurgos. Portanto, sem o restabelecimento de um INPC real, não haverá nenhuma garantia para os salários. Em compensação, o DL 2065 manteve as vantagens que o DL 2064 (cruzes!) concedia aos especuladores financeiros, que poderão pagar menos imposto de renda.

Relógios

Essa história de relógios digitais, com medidores de temperatura, colocados no centro da cidade parece-nos um desperdício. A temperatura de Fortaleza é a mais estável do País o ano todo e ninguém depende dela para agasalhos ou desagasalhos. E para que relógios? Como tradicionalmente acontece, logo estarão com defeitos e parados. Além disso, pontualidade por aqui é algo que só existe entre namorados. Daqui a pouco os assessores do prefeito César Neto vão associar sua administração a coisas tolas como "o prefeito dos chafarizes e dos relógios". Ora, César Neto não merece isso.

Estatais

As empresas estatais (sempre elas!) vão ser autorizadas a rolar entre 75 e 80% de suas dívidas em atraso com o setor financeiro, independentemente de ultrapassarem ou não os limites da Resolução nº 831 do Banco Central. Mas não será autorizada a rolagem total dos débitos em atraso. Os bancos têm de exercer sua capacidade de cobrança e assim contribuir para a redução do déficit público, maior responsável pelos males da economia brasileira.

Consumo

Não deixa de ser curiosa a pesquisa do **Diário** sobre a emissão de cheques sem fundos emitidos nos bancos do Ceará, Piauí e Maranhão. O Piauí é quem menos pratica essa irregularidade, enquanto a terra de Artur de Azevedo bate recordes. O Ceará fica num honroso segundo lugar, sacando cheques sem fundos em índices alarmantes. Tem madame aí, nas boutiques de luxo, na base do cheque pingue-pongue, num vai e vem sem fim. Crise? Nada disso. É falta de vergonha mesmo, mania de aparentar o que não é, de exibir o que não pode.

* * *

É preciso ver o seguinte: a falta de dinheiro é tão grande que o indivíduo não tem mais condições de abrir uma conta no banco, retirar um talão de cheques e sair por aí dando cano. E tem mais: na sofreguidão do consumismo, o sistema de vendas a crédito — e aí muda a história do cheque — constitui-se em dilema dramático: sem ele, as classes de menor poder aquisitivo não teriam acesso a bens duráveis, a começar pela mobília ou a bateria da cozinha. Com crédito, o despretegido e insensato consumidor se transforma em fermento inflacionário, ao pagar várias vezes mais o valor real da mercadoria. O tempora! O mores!

Além disso...

• *O deputado Fernando Mota, o homem das denúncias não provadas, tentará ser recebido hoje pelo governador Gonzaga Mota. Terá sorte se conseguir horário para a audiência.*

• **De Pádua Lopes, um dos textos mais lúcidos da nossa imprensa, sobre os políticos do PDS que não aprovaram o 2045 e vão aprovar o 2065: "Faltaram a essas madalenas não contritas bom senso e visão política dos acontecimentos. E sua insensibilidade persiste. Uma lástima".**

• *Um dos trabalhos mais elogiados na Emcetur vem sendo o de sua Diretora de Operações, Fátima Sales Costa. Os próprios colegas fazem questão de ressaltar isso.*

• **O senador José Lins não pôde passar o fim de semana em Fortaleza, pois teve de ir ao Rio dar uma conferência na Fundação Getúlio Vargas. Quinta-feira ele leva o governador Gonzaga Mota mais uma vez à presença de Leitão de Abreu.**

• *Vamos acabar com essa história de Figueiredo querer eleições diretas. Não é uma questão de o presidente querer ou não querer. Trata-se de uma conquista da sociedade brasileira, e é de se lamentar que as diretas não sejam agora, hoje, neste momento.*

• **Anotem: a Vice-Presidência da República, no caso de caber ao Nordeste e seja quem for o Presidente, estará entre Virgílio Távora, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães.**

• *Uma senhora queixava-se, ontem, na Praia do Futuro, em frente ao Clube do Médico, de terem roubado toda a gasolina do tanque do seu carro. Uma da tarde, sol rachando. Ninguém viu.*

• **De um fortalezense, na companhia de um turista amigo, ao passar pela BR-222, nas proximidades do Frifort, onde o mau cheiro está matando: "Aqui é o WC da cidade".**

BANCREL
BANCO DE COBRANÇA DE TÍTULOS S/A.
A maior organização de cobranças do Brasil.
• O mais rápido e eficiente serviço especializado em cobranças locais e em todo o território nacional.
• Todas as cobranças são feitas diretamente por advogados e procuradores em veículos do Bancrel ou transporte aéreo.
• As despesas de viagens correm por conta do Bancrel sem nenhum ônus para o cliente.
• PARA MAIORES INFORMAÇÕES:
• Fortaleza — Rua João Lopes nº 3 (em frente ao Cartório Martins)
Tels. 226.7909 226.7922 226.7790

CPIs terminam prazo para apresentação de relatório

O novo regimento interno da Assembléia Legislativa do Ceará ficará concluído logo no início de novembro para posterior apresentação em plenário, onde deverá receber emendas a sugestões de modificação. A comissão técnica que está elaborando as reformas está com seu trabalho praticamente concluído, faltando apenas uma reunião final de avaliação dos trabalhos, para que o presidente da Comissão, deputado Raimundo Mourão encaminhe ao presidente da Casa o anteprojeto do regimento.

As pretensões iniciais era de que até o final de outubro o regimento estivesse aprovado, o que não foi possível em função de uma série de problemas, dentre eles a realização da Viglia Cívica do Nordeste, que não chegou a acontecer, segundo o deputado Raimundo Mourão. Aliás, há mais de 15 dias que os técnicos encarregados do trabalho estão aguardando que o deputado Raimundo Mourão marque uma data para a reunião final da comissão.

Na verdade, não se trata de um novo regimento, mas de uma reforma ao atual regimento, ultrapassado "no tempo e no espaço", como afirmam alguns parlamentares. Para que se tenha uma idéia, nele ainda conta a eleição do Governador do Estado pela Assembléia Legislativa, quando já temos exercendo o executivo estadual, um governador eleito pelo voto popular, no caso o professor Gonzaga Mota.

No bojo desse trabalho, algumas novidades aparecerão como é o caso de uma comissão permanente para tratar de assuntos ligados ao Turismo e Esporte. Esta comissão foi proposta pelo deputado Franzé Moraes, através de um projeto. Alguns artigos conflitantes que só produzem dificuldades serão suprimidos, mas é pouco provável que a leitura da ordem do dia saia do intervalo entre o pequeno e o grande expediente para o final do grande expediente, como desejam alguns deputados. Se houver modificação neste sentido, será fruto de sugestão apresentada em plenário porque no trabalho da Comissão não consta nada sobre o assunto. Inclusive o presidente Aquiles Peres Mota é contra esta mudança, informando que antes era assim e a experiência provou que não deu certo.

CONSTITUIÇÃO

Até o próximo dia 10 de novembro o presidente Aquiles Peres Mota deverá apresentar também um projeto de reforma constitucional, baseado no artigo 200 da Constituição Federal que manda incorporar ao direito constitucional estadual legislado, tudo aquilo que foi alterado no plano federal. A nossa Constituição, até o momento recebeu 12 emendas, enquanto que a Constituição Federal recebeu 22, havendo, portanto, necessidade de uma adaptação urgente.□

Uma equipe age no anonimato na AL para funcionar o plenário

No dia a dia da Assembléia Legislativa, em que são realizadas as sessões ordinárias e, em muitos casos, extraordinárias, e em alguns poucos, especiais e secretas, uma equipe de servidores trabalha anonimamente para fazer funcionar, dentro das normas do Regimento Interno, as atividades do plenário.

São os integrantes da Divisão e do Serviço de Expediente Legislativo, vinculados ao Departamento de Serviço Legislativo, cujo diretor, o veterano José Ferreira da Silva, costuma afirmar que esse setor "é a espinha dorsal" do Poder Legislativo do Estado.

Eles trabalham anonimamente para funcionar o plenário do Legislativo

DECORADO

Acostumado com o ambiente da Assembléia Legislativa, onde serve há 32 anos — "sem tirar nenhum período de férias ou licença", como acrescenta, orgulhosamente — José Ferreira da Silva, o Ferreira, explicou ao **Diário do Nordeste** que se sente bem executando as tarefas de auxiliar o desenvolvimento das sessões do plenário.

— Nós somos encarregados de fazer funcionar o plenário. Elaboramos a pauta da ordem do dia; as atas dos trabalhos das sessões do plenário; encaminhamos para os outros setores competentes todos os requerimentos aprovados; controlamos a presença de todos os deputados às sessões e somos encarregados de publicar a redação final de todas as mensagens e projetos de lei também aprovados — acrescentou Ferreira.

Além disso, "nós prestamos assessoria à Mesa Diretora diariamente, durante as sessões", lembrou Inácio Gouveia, que, como Ferreira, iniciou a sua carreira de servidor do Poder Legislativo como taquígrafo. Ao lado de Ambrósio Carneiro Neto e do próprio Ferreira, Inácio Gouveia é quem tira as dúvidas dos deputados quando se trata de citar os artigos do Regimento Interno. Para assumir a direção do departamento, Ferreira teve de decorar todos os artigos do Regimento Interno. Uma particularidade de Inácio, que é o Coordenador de Ação Parlamentar, é a de orientar, constantemente, o membro da Mesa Diretora que está presidindo as sessões. Ele sabe decorado as "palavras-chaves" que o presidente da sessão deve dizer quando anunciar a leitura da ata, a leitura da ordem do dia, as matérias para serem aprovadas, a votação das matérias, o pronunciamento dos oradores inscritos e o encerramento da sessão. Os deputados recorrem a ele quando desejam apresentar requerimentos e projetos de lei reconhecendo de utilidade pública as entidades que a eles interessam.

CONSUMO

Ao lado deles, trabalha ainda mais anonimamente a encarregada da Divisão de Expediente Legislativo, Rosa Marinho Almeida, a Rosinha. É ela quem se encarrega de mandar tirar as cópias necessárias de todas as matérias constantes na pauta da ordem do dia para serem distribuídas entre os 46 deputados que compõem a Casa. Esse setor é um dos que mais consomem papel na Assembléia Legislativa. Quando tramitam na Casa matérias que tratam do orçamento financeiro do Governo do Estado para o ano seguinte, Estatuto do Magistério e outras que são volumosas, a Divisão de Expediente Legislativo chega a consumir 1 mil folhas de papel para a publicação de cada matéria desse tipo.

Ao Departamento de Serviço Legislativo estão vinculadas várias divisões que fazem parte do extenso organograma da Assembléia Legislativa; Divisão de Taquigrafia, de Revisão e Anais, de Serviços Auxiliares (som, audiofonia e visuais e serviços administrativos do plenário), de Biblioteca, de Informação e Documentação, e de Expediente Legislativo, além da Assessoria Regimental. Na Divisão de Expediente Legislativo, a qual está vinculado o Serviço de Divisão Legislativa, estão lotados 13 funcionários e quatro estagiários, entre dirigentes e datilógrafos.

RECORDE

Ferreira é capaz de dizer qual o deputado que apresenta mais requerimentos e projetos de lei na Assembléia, pois ele arquiva uma pasta para cada um dos 46 deputados. Uma curiosidade é que nesses primeiros sete meses da atual legislatura, na qual mais de 20 deputados cumprem, pela primeira vez, o seu mandato, o deputado que bateu todos os recordes em apresentar requerimento, nesse pequeno espaço de tempo, é Manuel Arruda, um dos novatos: quase 120 requerimentos. Em contrapartida, deputados de vários mandatos ainda não apresentaram sequer um requerimento. Mas Ferreira evitou revelar seus nomes.

Conhecedores dos artigos do Regimento Interno, José Ferreira da Silva, Inácio Gouveia e Ambrósio Carneiro Neto foram requisitados pela Mesa Diretora da Casa para integrarem a comissão, presidida pelo deputado Raimundo Mourão (PDS), de reforma e adaptação do Regimento Iptemo. Em quase quatro meses de trabalho, o anteprojeto do Regimento está praticamente pronto. Ferreira faz questão de assegurar que o Regimento Interno da Assembléia Legislativa "é um dos mais bem elaborados do País". O anteprojeto, que será submetido à apreciação da Mesa Diretora e, posteriormente, à aprovação do Plenário, foi feito com base nos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados, e de outras Assembléias Legislativas das principais capitais do Brasil.□

Servidores vão opinar sobre a lei que institui co-gestão

Em reunião marcada para hoje na sede da Associação dos Servidores Públicos do Município, o vereador Araújo Castro, do PMDB, pretende colher subsídios ao projeto de lei de sua autoria que institui a co-gestão dos órgãos públicos do município. Pelo projeto que já se encontra em tramitação na Câmara Municipal, os servidores passam a ter direito de terem representantes na diretoria das entidades do município nos órgãos que tenham poder de gestão.

De acordo com a lei o "representante" na diretoria deverá ser a pessoa natural que pertença à categoria profissional correspondente a maioria do pessoal que mantenha vínculo empregatício com as entidades. A co-gestão, caso a lei seja aprovada, ficará instituída em empresas públicas, fundações, autarquias, sociedades de economia mista e todas as entidades para-estatais, onde o município detenha, ou venha a deter, o poder de gestão.

O projeto de lei de autoria do vereador Araújo Castro, encontra-se tramitando nas Comissões Técnicas aguardando parecer. O vereador acredita que até o final do mês de novembro, quando o Poder Legislativo entrará em recesso parlamentar, o projeto tenha sido aprovado, uma vez que não há inconstitucionalidade e não fere os estatutos das empresas públicas.

De acordo com o projeto de lei a representação dos servidores públicos na diretoria será de no mínimo, um terço dos membros da diretoria de cada entidade. Mas em qualquer hipótese haverá no mínimo um representante de servidor na diretoria de cada entidade. Os candidatos a representantes serão eleitos em Assembléia Geral do pessoal servidor de cada entidade, por escrutínio direto e secreto. A Assembléia Geral deverá ser convocada até 30 dias antes do término dos mandatos dos representantes já instalados em carogs de diretoria.

Pelo artigo 9º do projeto de lei a convocação da Assembléia Geral será feita, preferencialmente, pela Associação dos Servidores a que estiver vinculada a maioria dos servidores da entidade. Se estes órgãos não existirem ou não providenciarem a convocatória dentro de cinco dias, contados no início do prazo fixado no "caput" deste artigo, aos próprios interessados caberá a iniciativa de reunirem-se em Assembléia Geral.

Segundo a justificativa do vereador Araújo Castro o projeto de lei ora apresentado é revestido de um profundo caráter social e democrático, pois "a co-gestão, princípio consagrado em qualquer ideário democrático, tem amplo sentido social. Não se pode pensar em democracia, sem que haja a participação efetiva do povo em todos os segmentos da administração pública".

Na promoção do desenvolvimento econômico, diz ainda ele "ao Estado é reservado um destacado papel interventido, mesmo no sistema capitalista. Em tais casos o ente público assume sempre a mesma forma prevista para a empresa privada, inclusive submetendo-se ao regime jurídico a esta aplicável".□

TRE marca data para realização de plebiscito nos distritos

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por todo o mês de novembro vindouro deverá realizar plebiscito, para efeito de emancipação, em dez distritos de diferentes municípios cearenses. Embora a data ainda não esteja definida, o mais provável é que a consulta seja realizada no dia 15 de novembro.

No caso de emancipação de distrito, o pedido de realização de plebiscito é feito pela Assembléia Legislativa, que deverá arcar com as despesas de confecção das cédulas de votação. Como desta vez foram formulados vários pedidos, atendendo sugestão do Procurador Regional Eleitoral, o presidente do TRE, desembargador Francisco Sales, para formalizar os processos, solicitou a Assembléia, cópias dos ofícios enviados pelo IBGE, TRE e Secretaria da Fazenda para verificar se todos os distritos preechem as condições exigidas por lei.

Até o momento o TRE recebeu pedidos para realização de plebiscito nos distritos de Quixelô em Iguatu, Amontada em Itapipoca, Forquilha em Sobral, Itarema e Cruz em Acaraú, Paraipaba em Paracuru, Catunda em Santa Quitéria, Mucambo em Solonópole, Varjota em Reriutaba e Icapuí em Aracati. Se a solicitação do TRE for atendida logo, no dia 15 de novembro poderá haver plebiscito em todos estes distritos e mais nas localidades que farão parte dos novos municípios.

Enquanto isso, tramita na Assembléia, processos de vários outros distritos que desejam ser elevados à categoria de município. Alguns destes processos ainda estão na fase inicial de coleta de dados. Até que seja aprovado o decreto legislativo, alguns meses passarão a estes distritos terão que esperar que o TRE marque nova data para consultar a população se deseja ou não que o distrito seja elevado a município.

RESPOSTA

Na última semana a Assembléia atendeu a solicitação do Tribunal Regional Eleitoral e encaminhou o ofício com a resposta a todas as indagações do Tribunal, sendo portador o Pe. Aristides Sales, de Acaraú, um dos interessados na emancipação do distrito de Itarema, no município de Acaraú. Embora tenha atendido a solicitação do Tribunal, disse o presidente da Assembléia, deputado Aquiles Peres Mota que a competência do Tribunal é de apenas marcar a data do plebiscito, uma vez que à Assembléia compete examinar os documentos que comprovam se o distrito tem condições de se emancipar.□

Os municípios cearenses já preparam suas Leis Orgânicas

A emenda constitucional 16/83 que faculta ao município adotar sua própria Lei Orgânica, já está provocando reações favoráveis por parte de vários prefeitos cearenses. Embora a emenda ainda esteja em tramitação na Assembléia Legislativa, o município de Fortaleza já está com o anteprojeto de sua Lei Orgânica pronto.

Segundo o municipalista José Guedes de Campos Barros, autor do anteprojeto da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, vários vereadores, prefeitos e, inclusive o presidente da Associação dos Prefeitos do Ceará (Aprece), Francisco Holanda Guedes, já manifestaram o desejo de adotarem em seus municípios Lei Orgânica. O advogado explicou que nenhum dos favoráveis à emenda chegou a contratar seus serviços porque está aguardando a aprovação de emenda pela Assembléia.

O autor da emenda é o deputado Barros Pinho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mesmo reconhecendo a maioria esmagadora do Partido Democrático Social (PDS) na Casa, 34 deputados da situação contra 12 da oposição, acredita na aprovação da matéria por ele apresentada, por se tratar de um assunto que está acima do interesse partidário. Ele espera também que os vereadores e prefeitos favoráveis a emenda solicitou aos deputados em que votam, apoio para aprovação da matéria.

Na sua justificativa Barros Pinho diz que não entende como possa uma Lei Orgânica atender à reconhecida variedade de situações existentes em nossos municípios, pois "a Lei para atender a todos, deixa de atender a cada um". Para o representante oposicionista, "nenhuma das demais lembranças que o Estado ao ser criado, já encontrou o município organizado e protegido pela autonomia. Cercear-se esta autonomia pois, é atentar contra a própria formação histórica de nosso país".

O advogado Américo Barreira também defende a idéia de que o município tenha direito de adotar sua própria Lei Orgânica, porque a existência de uma só Lei para todos os municípios significa a interferência numa das mais importantes prerrogativas do município, qual seja a sua autonomia. Além do mais, a Lei Orgânica do Estado do Ceará está defasada, fora da realidade e, até mesmo, em conflito com a lei federal em alguns pontos. O municipalista Américo Barreira ainda não foi procurado por nenhum prefeito nem vereador para elaboração de anteprojeto de Lei Orgânica.□

RESULTADO DO PLEBISCITO - 08.01.84 - CRUZ

	URNAS	SIM	NÃO	BRANCO	NULO	TOTAL
7ª	Serrote	36	5	1	-	42
8ª	Gijoca	105	1	-	2	108
21ª	Gijoca	88	7	-	5	100
31ª	Gijoca	109	1	-	-	110
50ª	C. da Forquilha	78	2	-	2	82
51ª	Baixio	101	6	3	16	126
59ª	C. do Urubu	93	1	-	4	98
32ª	Caiçara	139	3	2	11	155
9ª	Caiçara	128	6	2	18	154
68ª	Paraguai	59	3	-	9	71
86ª	Caicara	103	4	1	10	118
94ª	Gijoca	65	12	1	10	88
102ª	C. da Forquilha	69	10	-	18	97
5ª	Cruz Ginásio	231	8	-	11	250
29ª	Cruz Estado	251	8	-	6	265
30ª	Cruz Estado	256	2	-	9	267
47ª	Cruz Paroquial	267	1	-	11	279
53ª	Monteiros	144	1	-	17	162
54ª	Cajueirinho	134	7	1	13	155
58ª	Cruz Estado	254	3	-	8	265
67ª	Cruz Estado	247	2	-	2	251
77ª	Cruz Igreja	219	4	-	1	224
84ª	Cruz Ginásio	229	1	-	3	233
71ª	Cajueirinho	134	6	1	2	143
85ª	Cruz Ginásio	217	6	-	11	227
93ª	Monteiros	135	7	2	3	147
105ª	Lagoa Salgada	277	1	2	2	282
111ª	Cruz	239	6	-	17	262
116ª	Cajueirinho	30	1	-	1	52
121ª	Cruz	94	1	-	-	95

RESULTADO GERAL

TOTAL DE SIM	TOTAL DE NÃO	TOTAL DE BRANCOS	TOTAL DE NULOS
4.551	126	17	221

Fortaleza, Ceará — Domingo, 08 de janeiro de 1984

DIÁRIO DO NORDESTE

Acaraú tem clima tenso com sua rádio quebrada

Acaraú (Dedé de Castro - enviado especial) - Instalou-se ontem, nesta cidade, um verdadeiro clima de guerra devido ao plebiscito que se realiza hoje nos distritos de Itarema e Cruz, para saber a opinião dos seus respectivos eleitores se aceitam ou não a sua emancipação de Acaraú.

Nem mesmo a rádio Rio das Garças, pertecente ao padre Aristides Sales Ribeiro, um dos incentivadores da consulta plebiscitária, escapou: seus equipamentos foram destruidos por quase 30 pessoas, que, sob o comando do vice-prefeito José Augusto Vasconcelos e do irmão do prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho, José Philomeno Gomes Neto, a invadiram pouco antes do meio-dia, quebrando sua mesa de som, o tape-dack e o toca-disco. Por isso, desde então a rádio está fora do ar.

Minutos antes, o prefeito João Jaime Filho recebeu a notícia, em seu gabinete da Prefeitura, de que foi alvejada com dois tiros uma camionete, instalada com serviço de som, que fazia propaganda contra a emancipação dos dois distritos e incentivava o povo a votar contra no plebiscito. Desde quando a campanha pela emancipação de Itarema e Cruz começou que se acirraram as divergências do PDS de Acaraú.

De um lado, o prefeito João Jaime Filho luta contra, do outro, o deputado Domingos Fontes e o padre Aristides Sales, adversários políticos, são os principais interessados no desmembramento dos dois distritos do municipio. O prefeito alega que a área territorial ocupada por Acaraú vai ficar reduzida a um terço e o setor econômico sofrerá enormes prejuizos.

Durante o plebiscito, hoje em Itarema, funcionam 44 secções, para receber o voto de 10.670 eleitores. Por sua vez, em Cruz estão aptos a votar, incluindo os eleitores de Jericoacoara, 8.228 pessoas, que poderão votar em 30 secções eleitorais.

Numa de suas estratégias para esvaziar o plebiscito de hoje, o prefeito de Acaraú havia programado show de páraquedismo em Almofala, pertencente ao distrito de Itarema. Entretanto, o juiz eleitoral Francisco Santamaria Montalverne, atendendo a determinação do TRE, proibiu qualquer tipo de manifestação, reunião ou aglomeração durante o plebiscito.

POLÍCIA

Devido a insegurança da população desses dois distritos, já se encontra em ambos um reforço policial, para garantir a traqüilidade durante a realização do plebiscito. Enquanto isso, os postos de abastecimento de combustível abrem hoje, excepcionalmente, conforme cumunicado do CNP (Conselho Nacional de Petróleo), em todos os municipios onde houver plebiscito.□

Prefeito nega

O Prefeito de Acaraú, João Jaime Ferreira Gomes Filho nega qualquer participação de sua família ou de seus correligionários na invasão da Rádio Rio das Garças. "Foi uma iniciativa do povo de Acaraú, que não agüentava mais ser chamado de estagnado pela rádio. O povo da sede é contra a emancipação porque a divisão do municipio vai acabar com Acaraú. Nós não lideramos nenhum movimento". O prefeito teme pelo que pode acontecer no dia de hoje, pois o clima está tenso. Sobre o salto de páraquedismo, ele alega que era uma festa para marcar a reabertura da igreja de Almofala e não tinha conotação política. Mas mesmo assim, o juiz proibiu e a sua ordem foi acatada.□

Nos outros 3 distritos há paz

O Tribunal Regional Eleitoral determinou que os juizes das 30ª, 17ª, 24ª e 36ª Zonas Eleitorais presidissem, respectivamente, os plebiscitos que hoje se realizam nos distritos dos municipios de Acaraú, Itapipoca, Sobral e Paracuru, das 8 às 17 horas. Para custear o deslocamento dos cinco juizes, o TRE solicitou ao Governo do Estado Cr$ 4 milhões, baseado no que determina a lei. Mas, até agora os recursos solicitados ainda não foram liberados, o que não impedirá a realização da consulta plebiscitária.

Os plebiscitos ocorrem, nos distritos de Itarema e Cruz (Acaraú), Amontada (Itapipoca), Forquilha (Sobral), e Paraipaba (Paracuru). E só terão validade de a metade mais um dos eleitores, aptos a votar, desses distritos comparecerem às urnas. As urnas estão colocadas nas mesmas secções que funcionaram nas eleições de novembro de 1982. A apuração dos votos ocorrerá amanhã nas sedes dos próprios distritos onde foi realizado o plebiscito.

O Diretor Geral do TRE, Walder Osterne, explicou que não haverá fiscalização nem durante a votação nem durante a apuração, porque ninguém está credenciado perante o TRE nesse sentido. Entretanto, segundo ele, aplica-se ao plebiscito a mesma legislação das penalidades. Por não haver fiscalização, não se aplica no plebiscito os recursos do voto em separado e da impugnação.

De acordo com Walder Osterne, só pode votar no plebiscito quem tem um ano, no minimo, de domicilio eleitoral. Se nesse primeiro plebiscito não se der o comparecimento da metade mais um dos aptos a votarem, o distrito pode realizar um segundo plebiscito, conforme ocorreu em Maracanaú, que tem autorização para se emancipar de Maranguape. O Diretor Geral do TRE informou ainda que, após a conclusão da apuração, esse órgão comunica a Assembléia Legislativa, que tem a competência de aprovar o processo final de emancipação de um distrito.

Na opinião de Walder Osterne, a pretensão dos distritos de reivindicarem a sua emancipação "é muito justa", ao ressaltar que em Rio Grande do Norte, cuja área territorial é a metade da do Ceará, tem o dobro de municipios existentes no Estado (141) e em Minas Gerais, há 722 municipios, sem que traga prejuizos para o municipio do qual o distrito se emancipou.

Os juizes que presidem os plebiscitos são os seguintes: Olinto Franklin Gadelha (Cruz e Jericoacoara), Francisco Santamaria Montalverne (Itarema), Francisco Suenon Bastos Mota (Aracatiara, Icaraí e Amontada), Sávio Leite Pereira (Forquilha) e Francisco Armando Queiroz (Camboas, Boa Vista, Alagoinha e Paraipaba).□

CRIAÇÃO DE MUNICÍPIO

-PLEBISCITO-

DOBRE - 1

DOBRE - 2

SIM

[X]

NÃO

[ ]

DIÁRIO
DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 09 de janeiro de 1984

Cinco distritos fazem plebiscito por autonomia

Em três, a votação foi tranqüila, mas em Cruz e Itarema houve atrito

Acaraú e Itapipoca (Dedé de Castro) — O plebiscito realizado, ontem, em Acaraú, para decidir a emancipação dos distritos de Itarema e Cruz, daquele município, não se processou dentro da normalidade que, pelo comum, ocorre em pleitos dessa natureza. Os que vinham acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos que antecederam à consulta, já anteviam um desfecho mais ou menos turbulento para o dia da votação. Foi isso exatamente o que aconteceu. E não podia ser diferente, tal o estado de exaltação da população da sede, contrária ao desligamento desses distritos, tendo em vista que no caso de se confirmar a vitória do "sim", Acaraú ficará apenas com 28% do seu território.

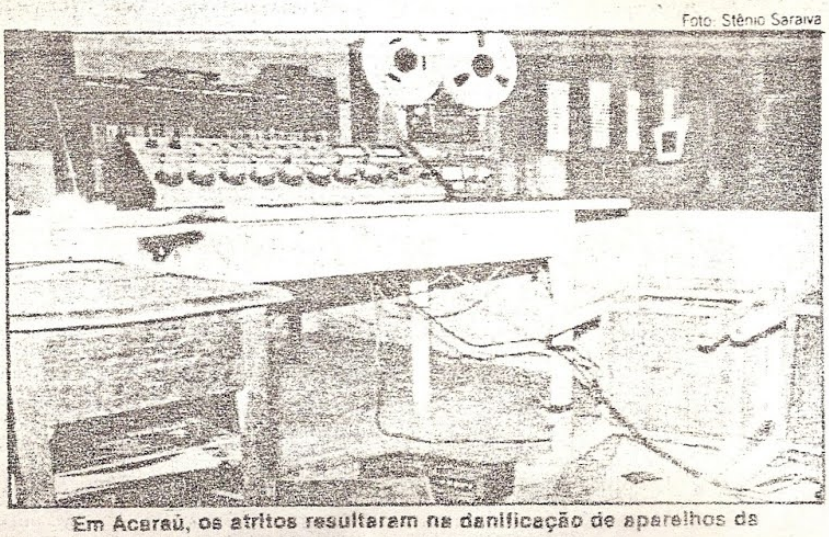
Decidido a impedir que se concretizasse as aspirações da maioria dos habitantes de Itarema e Cruz, o prefeito João Jaime desenvolveu uma campanha "do contra", que nos últimos dias evoluiu para um clima de guerra. Culminando com o assalto à Rádio Rio das Garças, no último sábado, quando mais de uma dezena de elementos do seu "satf" depredaram aquela emissora de propriedade do padre Aristides Sales, vigário de Itarema e comandante do movimento de emancipação daquele distrito. O padre vinha usando a rádio para doutrinação dos votantes e isso provocou um sentimento de revolta dos contrários. Daí a estação ter sido retirado do ar de maneira violenta.

VANDALISMO

Além de outros expedientes usados para evitar o comparecimento dos eleitores às urnas, tais como intimidação, coação e tudo mais que pudese impedir a livre manifestação dos votantes, de sábado para o domingo foi deflagrada a operação seca pneu. Quase uma centena de carros tiveram os pneus danificados. Não apenas esvaziados, mas cortados de faca ou furados com estoques. Em Cruz, por exemplo, cerca de quarenta veículos tiveram os pneus danificados. Em Itarema, devido a vigilância dos policiais, comandados pelo delegado José Wilton Freitas Lima, titular da delegacia de Pentecoste e que para ali foi requisitado, somente seis automóveis e um ônibus foram alcançados pelos "fura pneus". Cinco deles estão presos na cadeia de Itarema.

Outras irregularidades, tais como ausência de mesários, ameaças de expulsão das terras onde moram de favor, como também ameaças de cortes dos "bolsões", fizeram parte do elenco de opressão contra os votantes. É o que revelaram os dirigentes das comissões pró-emancipação dos distritos. Mesmo assim todos se mostram confiantes, porque na verdade o povo desses distritos, salvo uma pequena exceção, deseja se desligar de Acaraú. Contudo, não é possível fazer-se um prognóstico sobre o resultado da consulta, uma vez que a situação, até às 14 horas de ontem, quando saímos de Cruz, era por demais confusa. Muitos palpites, mas sem nenhuma base de segurança.

Foto: Stênio Saraiva



Em Acaraú, os atritos resultaram na danificação de aparelhos de

TUDO DIFERENTE

Todos em Acaraú são unânimes em afirmar que jamais aconteceu naquele município um pleito como o de ontem. Todas as eleições ali transcorreram num clima de ordem, sem maiores complicações. A começar pelo fato de que em Acaraú praticamente não existe oposição. O PMDB, ali, não teve sequer mil votos no pleito passado. A disputa entre os componentes das três tendências do partido da situação efetuou-se com absoluta normalidade. Ao contrário do que houve agora, uma autêntica briga de foice. Uma verdadeira guerra, envolta num clima de tensão, onde as pessoas não se mostravam seguras.

Havia um temor generalizado, muitos se negavam a prestar qualquer informação. E em meio a tudo isso se destacava a figura de padre Aristides percorrendo as ruas de Itarema, suando em bicas, mandando o povo votar no "sim". Enquanto o padre Valderida Rocha, vigário de Cruz, mais moderado, porém muito atento ao movimento, distribuía instruções e consultava estatísticas. Ele realizou um trabalho que se pode dizer científico, ao contrário do padre Aristides, um autêntico "marechal de campo".

Quanto ao que houve com relação à Rádio Rio das Garças, ele contratou os serviços do advogado Aroldo Mota, que ontem muito cedo chegou a Itarema, a fim de acompanhar o inquérito. Adiantando que vai levar o caso à Polícia Federal. E também acompanhar a apuração, que começará hoje, às 8 horas, tendo à frente os juízes Olinto Franklin Gadelha e Francisco Santamaria Monte Alverne.

AMONTADA

O plebiscito em Amontada transcorreu com absoluta normalidade. Jaime assis Henrique declarou que o "sim" venceu folgadamente e que o velho São Bento a esta altura já é mu-

nicípio. Tendo como candidato a prefeito o seu irmão José Agenor. Candidato único.

NORMALIDADE

Paraipaba (Gilson Barbosa) — O plebiscito realizado durante todo o dia de ontem, nesta localidade, movimentou todos os habitantes da região, além dos povoados do Camboas, Boa Vista, Alagoinha e do perímetro irrigado Curu-Paraipaba. Os trabalhos de organização do plebiscito foram coordenados pelo juiz da comarca de São Gonçalo do Amarante, Francisco Adriano Queiroz, que visitou e acompanhou o andamento do plebiscito nas 27 seções instaladas na região (21 em Paraipaba, duas em Camboas, duas em Alagoinha e duas em Boa Vista). Os trabalhos foram iniciados às 8 horas, prosseguindo até as 17 horas, com grande participação popular. No final, verificou-se a votação de 4.034 eleitores, dentre os 6.868 eleitores aptos a votarem no plebiscito. Para que o quorum fosse atingido, eram necessários 3.435 votos — a metade mais um do total de eleitores —, a fim de que a emancipação política de Paraipaba fosse consolidada.

Durante o plebiscito, a população compareceu maciçamente às urnas de todas as seções, que registraram uma grande freqüência. Quanto ao policiamento, tudo também decorreu em clima de tranqüilidade. O bacharel Antônio Alves de Araújo, delegado especial de Paracuru — município ao qual está ligada politicamente a localidade de Paraipaba —, esteve presente durante todo o dia em Paraipaba, coordenando as atividades policiais. Vinte e três soldados da Polícia Militar, sob o comando do tenente Oliveira, foram destacados para aquela localidade, além de seis soldados enviados de Itapipoca para reforçarem o contingente policial da Paraipaba, composto de um subdelegado (sargento Nunes) e quatro soldados. Nenhuma prisão foi verificada.

APURAÇÃO

A apuração dos resultados do plebiscito realizado ontem em Paraipaba será realizada hoje, a partir das oito horas, na sede do Grupo Escolar Engenheiro Argeu Romero, localizado neste distrito. O presidente da apuração, mais uma vez, será o juiz da comarca de São Gonçalo do Amarante, Francisco Adriano Queiroz. Ele observou ao *DN* que os resultados da apuração deverão ser divulgados por volta das 16 horas de hoje. Enquanto isso, o clima é de grande expectativa em toda a localidade, pois a maioria da população acredita que o "sim" terá, no mínimo, 80% dos votos apurados, transformando Paraipaba no mais novo município cearense.

No dia de ontem, cinco dos 11 vereadores da Câmara Municipal de Paracuru estiveram acompanhando todo o andamento do plebiscito. Destes cinco, apenas um — Orlando da Silva Braga, do PDS-2 e ligado ao prefeito daquele município, José Ribamar Barroso Batista, que é contrário à emancipoação do distrito — não incentivou o comparecimento dos habitantes às urnas. José Gutemberg Meireles de Souza, um dos vereadoes com base política em Paraipaba observou ao *DN* que "o povo manifestou seu desejo de transformar este distrito em município, graças às riquezas que possui e ao seu contínuo crescimento". Raimundo Barroso Filho, candidato derrotado às eleições para a prefeitura de Paracuru em 1982 e um dos articuladores da emancipação de Paraipaba, observou que o pleito decorreu em clima de muita paz e organização.

ENTUSIASMO

O vigário de Paraipaba, padre Pascoal Belmont, nascido na Espanha e naturalizado brasileiro, declarou à reportagem que o povo mostrou seu entusiasmo, "dentro de um clima de ordem e vontade de ver sua terra crescer". O deputado estadual Raimundo Mourão, do PDS, também acompanhou a realização do plebiscito, declarando que "o clima foi muito bom na cidade, e todos votaram da melhor maneira possível, segundo suas consciências".

Na oportunidade, o deputado disse também que "talvez, dos municípios que tiveram proposta a sua criação, o que tem mais condições de desenvolvimento é Paraipaba". Raimundo Mourão ressaltou o projeto de irrigação Curu/Paraipaba como grande impulsionador do desenvolvimento de toda aquela região, beneficiando diretamente o atual distrito de Paraipaba e suas povoações próximas.

O deputado federal Gomes da Silva, do PDS, que também visitou o distrito de Paraipaba, reafirmou a tranqüilidade verificada durante o plebiscito. "Ninguém brigou. Todos queriam votar para ver sua terra transformada em município", observou. Os principais prédios do lugar — a igreja de Santa Rita de Cássia, os grupos escolares, repartições públicas e até residências particulares — serviram de sedes às seções eleitorais, num clima de ordem e tranqüilidade que se registrou durante todo o dia.

A idéia de emancipação de Paraipaba partiu de um pequeno grupo integrado pelo deputado estadual Francisco Figueiredo (PDS), do Sr. Raimundo Barroso Filho e do ex-prefeito Hermano Meireles, de Paracuru. Em julho do ano passado, Francisco Figueiredo apresentou na Assembléia Legislativa o projeto de emancipação do distrito, contendo todos os dados exigidos pela legislação, com relação à arrecadação, população do distrito, número de eleitores etc. No mês passado, a Assembléia Legislativa marcou para a data de ontem a realização do plebiscito, que atingiu quórum.

FESTA GERAL

Forquilha (José Maria Soares) — Com uma acorrida às urnas de 2.700 eleitores, de um total de 4.100 aptos, o Distrito de Forquilha juntamente com o povoado de Trapiá, em Sobral, realizou plebiscito tranqüilo ontem. Praticamente todas as lideranças reuniram-se em torno da idéia de conceder autonomia ao distrito, hoje vivendo praticamente independente de Sobral. O pleito foi aberto no horário previsto, às oito horas, prosseguindo até às 17 sem incidentes relevantes.

Até mesmo a natureza resolveu colaborar, como disse Rildson Martins, referindo-se à chuva breve, mas torrencial, que caiu na região. Rildson tinha motivos sobrados para festejar o resultado do plebiscito, pelo fato de ter sido um dos pioneiros na luta pela emancipação de Forquilha. Os líderes políticos da região dizem não esperar qualquer surpresa na apuração dos votos, a partir de hoje pela manhã no Fórum de Sobral. "Todos estão juntos nessa luta", diz Rildson, acrescentando que a votação de ontem foi mais uma festa. "O 'sim' está garantido", enfatizou.

ÔNIBUS

Durante todo o dia de ontem, vários ônibus especiais, bem como caminhões, transportaram os eleitores para os locais de votação. Nem mesmo no momento da chuva que caiu na região esse trabalho foi paralisado. O pleito foi presidido pelo juiz Sávio Leite Pereira, sendo João Batista Aguiar o representante do Ministério Público. Para a votação, foram instaladas 18 urnas, sendo 14 delas em Forquilha e quatro outras em Trapiá.

Para acompanhar o plebiscito em Forquilha, várias lideranças políticas estaduais estiveram, entre elas os deputados federais Paulo Lustosa e Haroldo Sanford, os deputados estaduais Ciro Ferreira Gomes e Francisco Figueiredo. Até mesmo o Prefeito de Sobral, Joaquim Barreto, esteve prestigiando a votação. A tônica da votação foi a falta de divergência, todos manifestando-se favoráveis à emancipação do distrito, atualmente ligado a Sobral. □

O POVO

Fortaleza, Segunda-feira, 09 de janeiro de 1984

Plebiscitos transcorrem sem incidentes e resultados podem criar mais municípios

Os plebiscitos realizados ontem nos distritos de Forquilha, em Sobral; Cruz, Jericoacoara e Itarema, em Acaraú; Amontada, em Itapipoca; e Paraipaba, em Paracuru, com vistas às respectivas emancipações políticas, transcorreram sem anormalidades. Até mesmo em Acaraú, onde o clima permanecia tenso até o dia anterior, não houve maiores problemas, graças ao reforço policial solicitado ao Governo do Estado pelo TRE.

Em todas essas localidades, os cálculos dos observadores dão conta de que foi atingido não apenas o quorum para validade dos plebiscitos, mas também a vitória do "sim", tão desejado para que possam ser elevados à categoria de municípios. As apurações em todos aqueles distritos terão início as 9 horas de hoje, dependendo de confirmação apenas em Acaraú, devido à ausência do representante do Ministério Público naquele município.

O CLIMA

Sobral (Silvana Ximenes) — O plebiscito do distrito de Forquilha, no município de Sobral, transcorreu num clima de eleição, devido à movimentação proporcionada pelo bom comparecimento dos eleitores às 18 seções eleitorias ali existentes. Os trabalhos foram presididos pelo juiz Sávio Leite Pereira, tendo sido encerrados por volta das 18 horas. Em Forquilha o eleitorado alcança 4 mil 750 pessoas.

O único problema constatado foi a presença do vereador Domício Pereira, que desenvolvia na localidade de Trapiá um esforço no sentido de impedir a votação, por não concordar com a emancipação. Por outro lado, entusiastas da emancipação, dentre os quais o deputado Ciro Ferreira Gomes e o ex-deputado Cesário Barreto, estiveram ontem em Forquilha, prestigiando o evento.

NOS OUTROS

Acaraú, Itapipoca e Paracuru (do enviado especial Ossian Lima) - Também os plebiscitos que tiveram lugar ontem nos distritos de Jericoacoara, Itarema e Cruz, todos em Acaraú; Amontada, em Itapipoca, e Paraipaba, em Paracuru, caracterizaram-se pelo clima de eleição, com aquelas localidades ganhando uma movimentação que não é a comum do seu dia-a-dia.

Os pequenos problemas verificados foram apenas em Acaraú, já que, no período da manhã, registraram-se esvaziamentos de pneus, tentativas de obstrução de trechos da estrada (não asfaltada e em meio a carnaubais) que dá acesso a Cruz, mas a presença da Polícia (contando com reforço procedente de Fortaleza) assegurou a ordem. Em Amontada, a tranquilidade era tanta que os policiais davam-se ao luxo de formarem uma rodinha, conversando na via pública, como se nada tivesse acontecendo. A mesma situação verificou-se em Paraipaba.

EM ITAREMA

Itarema é um distrito de Acaraú que há cerca de 20 anos tenta sua emancipação política, contando hoje com 10 mil 798 eleitores, distribuídos por 44 seções. O pleito de ontem foi presidido pelo Juiz Francisco Santamaria Montalverne Parente, que marcou o início da apuração (no Centro Artesanal de Itarema) para as 8 horas, mas na dependência da chegada do representante do Ministério Público, ausente da cidade. Para garantir a ordem foi enviado àquela localidade o Delegado de Pentecoste, bacharel José Wilton Freitas, que teve a responsabilidade de comandar um destacamento especial constituído de 21 policiais.

Na movimentação pelos diversos pontos de Itarema a presença mais constante era do padre Aristides Sales, ex-Prefeito de Acaraú e um dos incentivadores do movimento em favor da emancipação do lugar. Entre um contato e outro com os eleitores, teve um tempinho para conversar com a reportagem do O POVO, oportunidade em que lamentou a depredação praticada por um grupo de 20 pessoas, sábado por volta do meio-dia, na única emissora de Acaraú, a Rádio Rio das Garças, por sinal, de propriedade dele.

Não hesitou um apontar entre os depedradores (que deixaram a emissora sem condições de funcionar) o vice-prefeito José Augusto de Vasconcelos; o Presidente da Funceme, Francisco José Ferreira Gomes; o Sr. José Philomeno Gomes; e um filho do prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho. Observou que o prejuízo é superior a Cr$ 10 milhões, mas promete fazer tudo para que a Rádio Rio das Garças volte ao ar o mais breve possível.

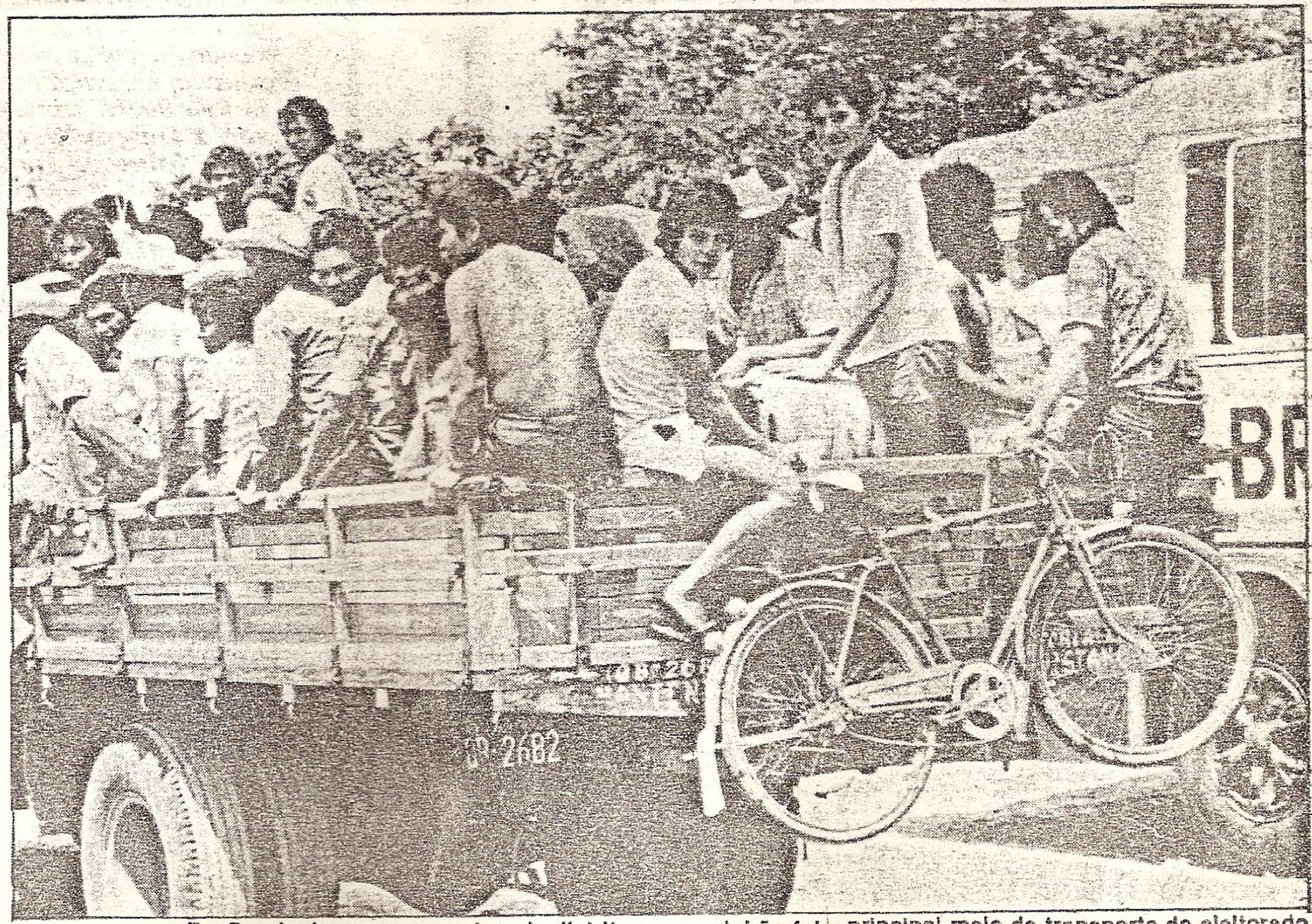
Com relação ao plebiscito, padre Aristides mostrou-se otimista quanto ao resultado, apesar das pressões que disse ter havido, inclusive ontem, na tentativa de esvaziá-lo. Denunciou que na fazenda Juriteanha (pertencente ao pai do Prefeito e onde funcionava uma seção eleitoral ontem) os eleitores estavam sendo impedidos de votar, o que provocou o comparecimento do Juiz ali, para contornar o problema.

CRUZ E JERICOACOARA

Os distritos de Cruz e Jericoacoara, ambos em Acaraú, querem formar um só município, com sede em Cruz. Reunidos contam com 8 mil 228 eleitores, distribuídos por 30 seções. Segundo o

Votação ocorreu sem problemas

Foto: André de Lima



Em Paraipaba, como nos demais distritos, o caminhão foi o principal meio de transporte do eleitorado

DIÁRIO DO NORDESTE
Fundador: EDSON QUEIROZ
Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 09 de janeiro de 1984

Plebiscito acaba a vida normal dos acarauenses

Foto: Sérgio Saraiva

Moradores de Acaraú decidem a vida político-administrativa de distritos

O plebiscito realizado ontem, em Acaraú, para decidir a emancipação dos distritos de Itarema e Cruz, não se processou dentro da normalidade que caracteriza pleitos desta natureza. A exaltação da população contrária ao desligamento dos distritos culminou com uma série de ocorrências, em desenvolvimento da campanha "do contra", para evitar que Acaraú fique apenas com 28% do seu território. Em ambientes de muita calma, também foram realizados plebiscitos nos distritos de Amontada, em Itapipoca; Forquilha, em Sobral; e Paraipaba, em Paracuru. O quorum foi atingido em todos os locais (Página 8).

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Terça-feira, 10 de janeiro de 1984

Plebiscito decide.

Fundador: EDSON QUEIROZ

Ceará ganha 5 municípios

Nos distritos de Forquilha e Amontada o comparecimento às urnas foi de cerca de 90% do eleitorado e em Paraipaba foi pouco acima de 60%

Ceará tem mais cinco municípios

O Ceará deverá contar com mais cinco municípios. Plebiscitos realizados em quatro distritos - Amontada(Itapipoca), Paraipaba (Paracuru), Forquilha(Sobral), Cruz e Itarema (Acaraú) - deram a vitória ao "Sim", ou seja, a favor da emancipação. Atingiu-se, em todos eles, o quorum necessário para a validade das consultas.

A apuração encerrou-se ontem. Em Paraipaba, distrito de Paracuru, dos 6.818 eleitores, votaram 4.034, sendo que 3.810 deram "sim", registrando-se 224 votos nulos e em branco.

Em Forquilha, distrito de Sobral, dos 4.627 eleitores compareceram às urnas 3.824, sendo que 3.754 votaram "Sim", 156 sufragaram o "Não", registrando-se 70 votos nulos e em branco.

Já no distrito de Amontada, em Itapipoca, os resultados foram os seguintes: dos 9.550 eleitores aptos a votar, 6.536 sufragaram o "Sim", 235 o "Não", havendo 31 votos nulos e 108 em branco.

No distrito de Cruz, em Acaraú, 4.551 votaram "sim", 126 "Não", e houve 16 votos em branco e 215 nulos. Até ontem à tarde, em Itarema, com quatro urnas apuradas, os resultados eram os seguintes: "Sim", 861; Não, 24; nulos, 15.

Vice-Prefeito de Acaraú faz sua defesa e processa Padre

O Vice-Prefeito de Acaraú, José Augusto Vasconcelos, popularmente conhecido por "Deca", acusado pelo Padre Aristides de haver comandado a invasão á Rádio "Rio das Garças" que foi parcialmente destruida por mais de vinte pessoas, esteve na redação de O POVO afirmando-se bastante surpreendido com as notícias veiculadas pelas rádios, jornais e televisão de Fortaleza, dando-o como principal responsável pela ocorrência do dia sete de janeiro. "Quero repelir com veemência a calúnia contra mim assacada pelo Padre Aristides. Ao mesmo tempo prestar alguns esclarecimentos àqueles que não me conhecem, pois ao povo de minha cidade isto se torna desnecessário pelo meu passsado, pela minha conduta de homem público e de comerciante bastante conhecido de todos", diz o vice-Prefeito.

Primeiramente o senhor José Augusto Vasconcelos demonstra por que era contra o desmembramento dos distritos de Itarema, Cruz e Jericoacoara: "Acaraú ficou reduzido apenas à sede, com 817 km2 e26.173 habitantes, enquanto o novo município de Itarema ficará com 820km2 e 27.519 habitantes. Cruz e Jericoacoara somam 810km2 e 18.365 habitantes. Mas ainda estamos lutando para que Acaraú fique, pelo menos, com 50 por cendo de seu território".

DESCENDÊNCIA

- Até hoje os Vasconcelos jamais se esconderam sob o manto do anonimato - diz o vice-Prefeito de Acaraú. Sou descendente de Mateus Mendes de Vasconcelos, português que se instalou na ribeira do Acaraú no século 18 e que soube transmitir às gerações que lhe sucederam a coragem, o caráter e a honradez. Amigos, pacatos e ordeiros, as nossas atitudes nos conduziram sempre em dizer aquilo que queremos, sem mandar recado. Em fazer aquilo que desejamos, sem mandar fazer. Temos uma tradição e sempre soubemos honrá-la com dignidade".

REVOLTA DO POVO

- O padre Aristides, mais do que ninguém no Acaraú - prossegue o senhor Vasconcelos -, sabe que a depredação de sua Rádio foi resultado de revolta do povo, que não aceitou a campanha desmoralizante que ele vinha dirigindo para sensibilizar o eleitor a comparecer ao plebiscito. A campanha de baixo nível que desagradou indistintamente a todos da sede municipal".

- O padre Aristides - comenta o Vice-Prefeito-, sabe, porque me conhece muito bem, pela amizade que mantivemos durante 20 anos, até o momento de sua declaração intempestiva e caluniosa. Não participei daquela ocorrência, não por covardia, mas porque sou contrário à violência. Existem outros caminhos para a solução de determinados problemas, sem que seja preciso usar a força. O Padre Aristides sabe que através da liderança que mantém, os Vasconcelos muitas vezes garantiram sua integridade física, pelas atitudes enérgicas, corajosas e conciliadoras, pondo em risco até nossas próprias vidas. Ele sabe que ao me colocar como um dos responsáveis pela depredação de sua Rádio, teve a única, exclusiva e maliciosa intenção de me comprometer perante a opinião pública dos Distritos que procuravam através do plebiscito a sua emancipação política".

A maior contrariedade do Padre Aristides, segundo as declarações do Vice-Prefeito de Acaraú, foi sua atitude corajosa em dizer que concordava com a emancipação política de Itarema e Cruz, não como se processava a divisão territorial, prejuizo da sede mãe, mas dentro dos princípios de equidade.

José Augusto Vasconcelos

INTRANSIGÊNCIA

Adianta ainda o Vice-Prefeito José Augusto Vasconcelos: "O Padre Aristides sabe que tratamos deste assunto em reuniões sucessivas, inclusive com a presença do Governador do Estado, procurando encontrar uma solução que atendesse aos interesses de Acaraú e dos futuros municípios, cujo consenso foi prejudicado pela intransigência do Padre, já que os próprios políticos da outra corrente concordavam com aquelas pretenções".

- Finalmente, conclui o Vice-Prefeito -, o padre Aristides sabendo que, politicamente perdia o seu aliado de 20 anos, não tergiversou em, na primeira oportunidade que se lhe apresentou, indicá-lo caluniosamente como um dos responsáveis pela depredação de sua Rádio, comprada com meu aval, numa vindita, ato dos mais repuganntes de que a pessoa humana pode se valer: a calúnia. O padre Aristides, pelo menos como Sacerdote que é, deveria ter tido o equilíbrio suficiente para, antes de fomentar a notícia caluniosa contra minha pessoa ter procurado informações seguras sobre a ocorrência, aí ele saberia que a depredação à sua Rádio foi feita pelo povo, em represália à campanha que não soube dirigir com bom senso e serenidade. O povo de minha terra sabe que na hora em que o padre Aristides disse que eu depredava a Rádio, me encontrava, juntamente com o Prefeito João Jaime Filho dando entrevista a um jornal de Fortaleza sobre o plebiscito. Na mesma hora, em dois lugares diferentes. Isto é um milagre só para o Santo Padre Aristides".

O Vice-Prefeito de Acaraú, senhor José Augusto Vasconcelos disse ainda ao O POVO que está movendo uma representação contra o Padre a ser enviada à Justiça, para que ele prove "que participei, junto com a multidão revoltada, da depredação de sua Rádio".

19.01.84

Prefeito denuncia fraude nos plebiscitos do dia 8

O prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho, de Acaraú, está denunciando a ocorrência de fraude nos recentes plebiscitos realizados nos distritos de Itarema, Cruz e Jericoacoara, naquele Município, na luta pela emancipação. Ele reuniu cópias de documentos que comprovam a existência de "votos fabricados", com eleitores exercendo o direito de votar até por mais de cinco vezes.

"Houve quem recebesse até sete cédulas, e, inclusive, eleitor em Fortaleza se dirigiu aos distritos e votou irregularmente. Em Itarema, por exemplo, toda a votação de uma urna foi anulada, tendo em vista a constatação de que 173 votos se originavam de processo fraudulento".

João Jaime diz que vem sendo vítima de acusações partidas de elementos interessados na elevação daqueles distritos à condição de municípios, que não levam em conta os prejuízos que Acaraú sofrerá, econômica e politicamente. "Acusar é fácil, provar é que é difícil. Agora eu indago: quem fraudou os plebiscitos? E espero que o Tribunal Regional Eleitoral apure as denúncias, examinando detidamente o processo". E acentuou:

"A elevação de Itarema, Cruz e Jericoacoara à condição de municípios é um verdadeiro absurdo. Se isso acontecer, Acaraú ficará com 817 quilômetros quadrados, Itarema com 820 e Cruz/Jericoacoara com 810 quilômetros quadrados. O nosso colégio é de 32 mil eleitores e seremos reduzidos a 12 mil. Perderemos 72 por cento da nossa área, de 2.417 quilômetros quadrados. A nossa população é de 74 mil habitantes e também diminuirá de modo impressionante. Não se pode conceber que um distrito seja elevado a município e que tenha maior extensão do que o município a que pertenceu. Se ocorrer a transformação, Acaraú terá menor área do que Itarema. E o que é pior: ficaremos sem área rural, contando apenas com o distrito de Arnaú e perdendo bases econômicas".

VOTAÇÃO VICIADA

O prefeito João Jaime assegura que a votação foi viciada em 17 das 43 urnas distribuídas para os plebiscitos nos três distritos. "Insurjo-me contra a maneira como os plebiscitos foram realizados, com indivíduos interessados na emancipação recorrendo a métodos fraudulentos vergonhosos. Os boletins de apuração atestam isso e o TRE tem condições de evitar que essa ilegalidade prospere. E a Prefeitura de Acaraú está disposta a ajudar o Tribunal nesse trabalho".

PRÉ-FALÊNCIA

Finalizando, João Jaime Ferreira Gomes Filho salientou que a divisão territorial definitiva levaria Acaraú à pré-falência. "Ela representará, antes e acima de tudo, uma divisão e não será providência visando a somar. O lamentável é que exista gente interessada de, por todos os meios, mesmo os ilícitos, conseguir isso, prejudicando os acarauenses, que sofrem a influência de maus elementos, empenhados em perturbar a vida do município de Acaraú, em todas as oportunidades em que se manifestam".

DIÁRIO DO NORDESTE

São trinta os distritos que querem a emancipação

Trinta processos de criação de novos municípios tramitam na Assembléia Legislativa do Ceará. Em nove deles já foram realizadas consulta plebiscitária, sendo homologados os plebiscitos. Três processos já foram encaminhados ao TRE para realização de plebiscito, enquanto que estão sendo providenciadas informações junto ao TRE, IBGE e Secretaria da Fazenda para regularização de oito processos. Os outros dez processos se encontram em fase inicial, sendo que o de Potiretama no município de Iracema está parado por falta do reconhecimento de firma das pessoas que assinaram o pedido de abertura do processo.

Se atendidas forem todas as exigências da legislação pertinente ao assunto, o processo sofre a seguinte tramitação na Assembléia: entrada do pedido de abertura do processo no protocolo, indo depois para a presidência da Casa, de onde é encaminhado para a assessoria técnica que emite um parecer e devolve novamente para a presidência. A presidência consulta o IBGE, TRE e Secretaria da Fazenda estadual, sobre número de habitantes, prédios, eletores e renda do distrito que deseja se emancipar. De posse dessas informações a presidência encaminha ao plenário o projeto de resolução que depois de aprovado é devolvido à presidência.

Com a aprovação do projeto de resolução que determina a realização do plebiscito, a presidência oficializa a consulta ao TRE. No Tribunal Regional Eleitoral, o processo segue a tramitação normal de qualquer outro processo eleitoral e depois de homologado o plebiscito, o resultado é encaminhado a presidência da Assembléia que manda o processo novamente para a assessoria técnica da Casa elaborar o projeto de lei que cria o novo município. Após essa tarefa o processo volta à presidência que o encaminha ao plenário, de onde vai para as comissões técnicas, sendo devolvido para aprovação pelo plenário. Depois de aprovado em plenário e encaminhado à presidência, o processo é levado para a diretoria geral elaborar o autógrafo, que através da presidência é encaminhado para a sanção do governador do Estado.

POSSIBILIDADES

Embora sejam muitas as esperanças de emancipação por parte dos habitantes dos trinta distritos que desejam ser elevados à categoria de município, poucas são as possibilidades, pelo menos a curto prazo, porque, mesmo criado por lei o novo município só passará a funcionar, de fato, depois de instalado, o que acontecerá somente com a posse de novos prefeitos e vereadores. Segundo a legislação eleitoral em vigência isto só será possível em 1989, com a posse dos eleitos nas eleições de 1988. Mas as esperanças dos novos municípios adquirirem sua total emancipação logo, estão nas emendas e subemendas que tramitam no Congresso Nacional, propondo eleições municipais para os municípios criados até este ano e não instalados ainda.

Acontece que na área política já está circulando a informação que na emenda que o presidente João Figueiredo enviará ao Congresso Nacional propondo eleições diretas para prefeitos das capitais, instâncias hidrominerais e municípios considerados áreas de Segurança Nacional, também estarão incluídas eleições nos municípios recém-criados. Isto, pelo menos é o que comentam alguns deputados interessados. Mas, no caso de eleições em novembro, até mesmo em alguns dos distritos onde já houve plebiscito, é provável que, mesmo sendo município, não haja eleições em função dos prazos estabelecidos pela Justiça Eleitoral e que terão que ser cumpridos, como é o caso, por exemplo, da formação de diretórios municipais dos partidos que desejam apresentar candidatos.

Neste caso, a melhor situação é de Maracanaú que já é município, restando apenas atender as exigências da Justiça Eleitoral, se for haver realmente eleições em novembro próximo nos municípios criados, mas não instalados ainda. No caso dos distritos onde houve plebiscito em janeiro último, se os processos não forem agilizados, poderão até perder o benefício, se ele realmente vier. São os seguintes os distritos onde foram realizadas consultas plebiscitárias em janeiro: Forquilha em Sobral; Amontada - Itapipoca; Paraipaba - Paracuru; Icapuí - Aracati; Quixelô; Umirim - Uruburetama; Milhã em Solonópole e Cruz e Itarema no município de Acaraú. De todos estes os que se encontram mais adiantados são os processos de Cruz e Itarema. Em função do trabalho de vigilância do deputado Domingos Fontes os dois processos já se encontram na fase de elaboração do Projeto de Lei de criação do novo município.

São os seguintes os demais distritos que desejam ser elevados à categoria de município: Senador Catunda - Santa Quitéria; Umari em Acopiara (processo no TRE); Varjota em Reriutaba com plebiscito marcado para 21 de abril próximo e, Ipaporanga em Nova Russas; Inhunçu - São Benedito; Colchinho - Independência; Sucesso - Tamboril; Ererê - Pereiro; Salitre - Campos Sales; Tarrafas - Assaré; Potiretama - Iracema; Ideal - Acopiara; Acarape - Redenção; Chorozinho - Pacajus; Ocara - Aracoiaba; Barreira - Redenção; Quitaiús - Lavras da Mangabeira; Lima Campos em Icó; Madalena - Quixeramobim; Banabuiu - Quixadá e Graça em São Benedito. □

DIÁRIO
DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Domingo, 06 de maio de 1984

Assembléia vota criação de novos municípios para o nosso Estado

O projeto de lei referente a emancipação de Icapui, distrito de Aracati poderá ser votado pela Assembléia Legislativa, em primeira discussão, na sessão da próxima quarta-feira. A matéria já foi lida em plenário e, como o processo está atendendo todas as formalidades exigidas pelas leis que tratam do assunto, é quase certa sua aprovação.

Na sessão da próxima terça-feira, poderão ser lidos em plenário os projetos de lei referentes a emancipação dos distritos de Cruz e Itarema, no município de Acaraú. Eles já deveriam ter sido lidos, mas houve uma demora na sua elaboração em função de negociações que deveriam ter sido feitas quanto aos limites de cada um dos dois novos municípios.

Na verdade estes dois processos geraram uma série de desentendimentos em função do prefeito de Acaraú, João Jaime Filho ter se posicionado contra, porque com o desmembramento de Cruz e Itarema, o município de Acaraú ficará reduzido a um terço da área que perience atualmente.

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Sábado, 12 de maio de 1984

Criação de novo município gera disputa entre parlamentares

O projeto de lei de criação do Município de Cruz, atualmente distrito de Acaraú, está encontrando resistências na Assembléia para ser apreciado em caráter de urgência. Ontem o líder do PDS apresentou requerimento solicitando urgência para a matéria, mas o mesmo não foi aprovado em função do deputado Ciro Gomes ter pedido verificação de quorum. Estavam presentes apenas 14 deputados.

O deputado Domingos Fontes, principal interessado na criação do município, por considerar que o processo estava andando de forma muito lenta, solicitou ao líder do Governo para incluir a matéria num requerimento que solicitava urgência para apreciação de várias matérias de interesse do Governo. Ciro Gomes que não tem nada a ver com a questão, mas foi procurado pelas lideranças cesistas para se posicionar contra a matéria, procurou fazer com que ela não fosse apreciada em regime de urgência. Não conseguindo êxito pediu destaque para a matéria. A parte do requerimento com matérias de interesse do Governo foi aprovada, mas no momento da votação da parte referente ao processo de Cruz pediu verificação de quorum, impedindo que a mesma fosse aprovada por falta de número.

Aliás, existia número para aprovação, não tivesse o deputado Franzé Moraes se articulado com seus colegas do PMDB para deixarem o plenário no momento da votação. Em função da derrota, Domingos Fontes, no final da reunião apresentou outro requerimento solicitando urgência para a matéria. O requerimento que será lido na sessão de terça-feira já conta com assinaturas de 16 deputados e garante Fontes que vai conseguir assinaturas da maioria dos deputados a fim de que o mesmo seja aprovado. □

Assembléia aprova emancipação de Cruz

A Assembléia Legislativa do Ceará, aprovou ontem por unanimidade, o Projeto de Lei criando o município de Cruz, a ser desmembrado de Acaraú. O referido projeto foi elaborado após a realização da consulta plebiscitária realizada pelo TRE, onde a população do distrito se mostrou avorável a emancipação.

Os trabalhos na Assembléia Legislativa com vistas a realização da consulta plebiscitária e consequente emancipação de Cruz, foram desenvolvidos pelo deputado Domingos Fontes. O mesmo será agora o 143o. município criado no Ceará, dependendo apenas da decisão do Governador que irá apreciar o Projeto para sancioná-lo ou vetá-lo.

INCONFORMADO

Entretanto, a emancipação de Cruz vem gerando grande inconformismo na cidade de Acarau, tanto que o prefeito João Jaime Ferreira Gomes pretende recorrer à Justiça Comum para tentar derrubar o Projeto. Com o desmembramento de Cruz, o municipio perderá boa parte de seu território, com o agravante de que se encontra tramitando na Assembléia o processo de emancipaçao do distrito de Itarema. Portanto, o desligamento desses dois distritos acarretará uma perda de mais de 50 por cento na área de Acarau, que ficará sem as regiões de maior peso economico e turístico, incluindo praias como Jericoacoara e Almofala e setores de produção de côco e lagosta.

AGRADECIMENTO

Em pronunciamento na Assembléia Legislativa o deputdo Domingos Fontes agradeceu, ontem, ao Poder Judiciário pelo eficiente trabalho do TRE, bem como ao Legislativo pela aprovação do Projeto de Lei que criou o munic ípio de Cruz. Na sua fala, Domingos afirmou que a luta democrática é pacifica de toda uma comunidade, baseada no principio da ordem, de respeito ao próximo e no desejo de desenvolvimento, chegou ao fim com a conquista da independência de Cruz.

6 O POVO Fortaleza, Quinta-feira, 17 de maio de 1984

VERTICAL

Confusão

Diz o parágrafo segundo do artigo 141 da Constituição estadual que a criação de novos municípios só será permitida em anos que antecedem aos de eleições para prefeito e vereadores. Com base nisso, o prefeito de Acaraú, João Jaime Gomes Filho, tenta impedir na Assembléia Legislativa a tramitação de Projeto-de-Lei dando autonomia política aos distritos de Cruz e Ítarema, ambos em território acarauense.

Se a pretensão do sr. Gomes vingar, os novos municípios, criados em 83 e 84, manterão o "status" distrital.

Fortaleza, Ceará — Quinta-feira, 17 de maio de 1984

DIÁRIO DO NORDESTE

Aprovada criação de um novo município no Estado

O projeto de emancipação do distrito de Cruz, pertencente a Acaraú, à categoria de município foi, finalmente, depois de muitas discussões, aprovado durante a sessão de ontem da Assembléia Legislativa. O projeto passará ainda por duas fases de votação (discussão final e redação final). Cruz só passará a ser município após a realização de eleições municipais, previstas somente para 1988.

Havia uma polêmica em torno desse projeto em virtude de uma representação encaminhada por parte do prefeito de Acaraú, João Jaime Filho, que arguia a inconstitucionalidade do mesmo. Entretanto, após prolongado debate, a Comissão de Constituição e Justiça, através do relator do projeto, deputado Etevaldo Nogueira Lima (PDS), decidiu pela arquivação da representação do prefeito, por considerá-la extemporânea (pois foi apresentada após o início da tramitação da matéria).

Antes de ser votada, a matéria suscitou discussões em plenário, onde o deputado Ciro Gomes (PDS) defendia um entendimento entre as lideranças de Acaraú — de um lado o prefeito João Jaime Filho e do outro, o deputado Domingos Fontes, sobre a emancipação do distrito de Cruz. Ciro Gomes observou que a emancipação de Cruz e de Itarema (cujo projeto já tramita na Assembléia, devendo ser apreciado nos próximos dias) reduziram a atual área territorial de Acaraú para 24 por cento. Por sua vez, o deputado Domingos Freitas argumentou que não havia nenhum empecilho que impedisse a votação da matéria, pois o povo do distrito de Cruz votou a favor, em plebiscito, pela sua emancipação. Além do que, ele alegou que aquela Região terá chance de melhor se desenvolver, assim como ocorreu com os distritos de São João do Jaguaribe e Taboleiro do Norte, que se emanciparam, sem problemas, do município de Limoeiro do Norte.

O deputado Orzete Ferreira Gomes, parente do prefeito, justificou a sua posição favorável a emancipação tanto do distrito de Cruz como de Itarema que vai ser votada hoje e disse ter sido o deputado mais votado no município de Acaraú, no último pleito. Ele obteve mais de 12 votos, enquanto o deputado Ciro Ferreira Gomes que provocou o adiamento da decisão da Assembléia só obteve 13 votos no mesmo município de Acaraú. □

O POVO

Ano LVII - Fortaleza, Ceará, Brasil - Quinta-feira, 17 de maio de 1984 - Nº 17.939 - Cr$ 300,00

Cruz, ex-distrito de Acaraú, o mais novo município do CE

Desde a tarde de ontem o Ceará passou a contar com mais um Município, elevando-se para 143 o número de suas comunas. É que a Assembléia Legislativa aprovou a criação do Município de Cruz, desmembrando de Acaraú. A aprovação foi cercada de expectativa: de um lado o deputado Domingos Fontes conduzia a tramitação do processo para vê-lo vitorioso e do outro o prefeito João Jaime Ferreira Gomes Filho, de Acaraú, chegou fazer uma representação tentando impedir a votação. Acha o Prefeito que, perdendo Cruz e Itarema (que hoje será também desmembrado) Acaraú ficará reduzido a 24 por cento da sua área territorial atual.

Na Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do deputado Alfredo Machado, a matéria foi relatada pelo deputado Etevaldo Nogueira Lima, que emitiu parecer favorável à sua aprovação e mostrou que a representação apresentada pelo Prefeito de Acaraú feria normas regimentais.

Tribuna do Ceará

Fortaleza, sexta-feira, 18 de maio de 1984

Prefeito representa contra decisão da Assembléia

O prefeito João Jaime Filho, de Acaraú, vai ingressar na Justiça contra decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia, que através do seu relator, deputado Etevaldo Nogueira, considerou intempestiva a representação que êle fez, contra a criação do município de Cruz, arguindo a inconstitucionalidade".

No parecer do relator da matéria, a representação de Acaraú foi dado entrada naquela Comissão, quando êle, o relator, já havia dado parecer sobre o assunto, constituindo-se assim a intempestividade, com o que não concorda o Prefeito, nem seu advogado, José Guedes de Campos Barros. O que se teme agora é que se a Justiça der ganho de causa ao Prefeito de Acaraú, todos os distritos que tentam a emancipação vão ser prejudicados.

A REPRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

João Jaime Ferreira Gomes Filho, Prefeito Municipal de Acaraú, com amparo no que dispõe a Constituição Federal, Art. 153, § 30, vem, com o maior respeito, REPRESENTAR contra a votação dos projetos de lei propondo a CRIAÇÃO dos Municípios de Itarema e Cruz, ora em tramitação nessa Augusta Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o que faz pelas razões de direito a seguir expostas:

1. A Carta Maior do País, no parágrafo único de seu Art. 14, determina que"... a criação de Municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei".

2. A Lei Complementar Federal No. 1, de 9 de novembro de 1967, com a última redação dada ao seu Art. 6o. pela Lei Complementar Federal No. 39, de 10 de dezembro de 1980, estatui que "a criação e qualquer alteração territorial do Município somente serão feitas no período fixado na lei que dispõe, em cada Estado, sobre organização municipal (Lei Orgânica dos Municípios)".

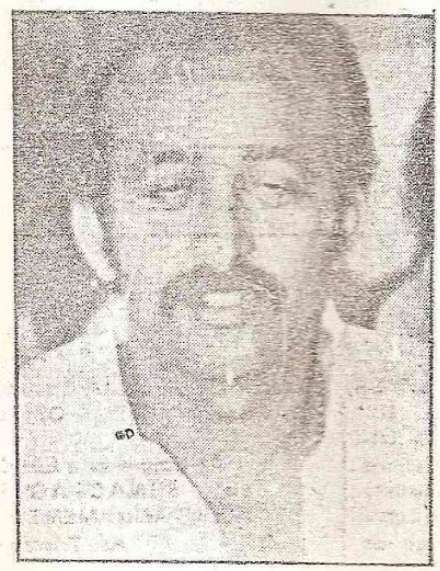
3. No Ceará, cuja Lei Orgânica dos Municípios, profundamente desatualizada e repleta de inconstitucionalidades, data de 1971, adotou-se o salutar comportamento de tratar das matérias fundamentais referentes aos Municípios diretamente na Constituição Estadual, desde a Emenda Constitucional No. 7, de 23 de junho de 1978, chegando-se ao ápice, seguindo as pegadas do Estado do Rio Grande do Sul, de permitir que "o Município que o desejar poderá adotar Lei Orgânica Própria", o que foi consagrado pela Emenda Constitucional No. 17, de 05 de dezembro de 1983.

Assim é que a Lei Maior do Estado, em seu Art. 144, estabelece que a criação de Município depende de lei estadual, acrescentando, no § 2o. de citado artigo, que "a criação de Municípios só será admitida em ano que imediatamente preceder ao da realização de eleições para os cargos de Prefeito e Vereador. A instalação do Município criado coincidirá com a da primeira legislatura de sua Câmara Municipal".

4. O Ceará, ao criar o Preceito Constitucional do Art. 144, e do seu § 2o., exercitou o poder que lhe é conferido pela Constituição Federal, em seu Art. 13, § 1o., acostando-se, por outro lado, no que toca à instalação de Municípios, ao que dispõe a Lei complementar No. 1/67, Art. 5, § 1o.,

5. A Constituição Federal, em seu Art. 215, reza "que" os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão em 31 de dezembro de 1988".

6. Em face da legislação referida, toda ela meridianamente clara, insuscetível de interpretações dúbias ou conflitantes, posto que TAXATIVA, tem-se que em respeito a Constituição do Estado do Ceará, a CRIAÇÃO DE QUALQUER Município, antes do ano de 1987, será ABSOLUTAMENTE INCONSTITUCIONAL.



Pref. João Jaime

Este Prefeito Municipal, por força da atribuição que lhe é legalmente imposta pela Constituição do Estado do Ceará, do compromisso de honra assumido com a coletividade que o elegeu seu Gestor Maior, cujos direitos obriga-se a defender, contra e qualquer violação, assim como no intuito de ver respeitado o quadro jurídico vigente. PEDE e ESPERA que VOSSA EXCELÊNCIA, na forma regional, promova as necessárias providências no sentido de que, de logo, seja sustada a tramitação dos projetos de lei de CRIAÇÃO dos Municípios de Itarema e Cruz, evitando-se assim o cometimento de clamorosa INCONSTITUCIONALIDADE.

Porque de DIREITO e das mais inteira JUSTIÇA,

A. Deferimento.

Acaraú, 10 de maio de 1984

João Jaime Ferreira Gomes Filho.

Tribuna do Ceará
Fortaleza, sexta-feira, 18 de maio de 1984

Criação de novo município teve ampla repercussão

Em pronunciamento na Assembléia Legislatuva, o deputado do PDS, Domingos Fontes agradeceu, em nome do povo de Cruz, ao Poder Judiciário pelo eficiente trabalho do Tribunal Regional Eleitoral, bem como ao Poder Legislativo pela aprovação pela Assembléia, do Projeto de Lei que cria este novo município, e ainda ao Poder Executivo por antecipação, pela sanção que deverá conceder à matéria.

Durante o discurso, o parlamentar disse que a luta democrática e pacífica de toda uma comunidade, baseada no princípio da ordem, de respeito ao próximo e no desejo de desenvolvimento, chegou ao fim, com a conquista da independência de Cruz.

Na ocasião, Domingos Fontes citou alguns fatos "deploráveis" que antecederam o processo de emancipação e os que aconteceram no dia do Plebiscito, "desde a coação psicológica até verdadeiros atos de terrorismo praticados por radicais extremados que não desejaram a emancipação".

Contudo, ressaltou, "para o bem da história do município disse o orador — precisamos registrar o comportamento da valente população de Cruz, que não temendo ameaças de quaisquer natureza, manteve uma postura limpa e digna, humilde, porém firme, em defesa dos seus direitos".

Não dispondo de tempo para enumerar as pessoas que constribuiram para a emancipação de Cruz, o depuutado lembrou, "e tenho certeza que o faço com justiça", o nome do Padre Valdery, "representante de Deus na Paróquia de Cruz", disse.

Em aparte ao orador, o deputado peemdebista Manuel Arruda solidarizou-se com Domingos Fontes pelo seu pronunciamento, enaltecando o povo e o novo município de Cruz, como também pela lembrança do nome do Padre Valdery.

Devagar com o andor

A Paraíba e o Rio Grande do Norte, reunidos, possuem a mesma extensão territorial e a mesma população do Ceará. Até as últimas eleições, existiam na Paraíba 171 Municípios e 150 no Rio Grande do Norte, perfazendo 321. No Ceará, eram eles apenas 141.

Expliquemos a anomalia. Até o advento da Constituição Federal promulgada a 18 de setembro de 1946, os Municípios brasileiros eram células mortas. Apenas vegetavam eles, com ridículas receitas que muito pouco representavam. Nas pequenas cidades nordestinas, os prefeitos se limitavam a capinar as ruas quando o inverno terminava e a caiar os muros dos cemitérios para melhor apresentá-los no Dia de Finados.

Com o advento daquela Carta, resultante da Assembléia Nacional Constituinte eleita a 2 de dezembro de 1945, quando o nazifascismo foi esmagado nos campos de batalha pelos exércitos das democracias, entre os quais figurou o do Brasil, os Municípios brasileiros receberam uma aragem na divisão do bolo tributário. Dentre outras vantagens, foram destinados dez por cento da arrecadação do Imposto sobre a Renda em cotas divididas irmamente entre as comunas, excluídas do rateio as capitais. O que então aconteceu? Uma corrida entre os Estados para criar novos Municípios, pois quantos fossem eles tantas seriam as cotas recebidas.

Quando eclodiu a revolução de 64, época em que já uma parte do Imposto sobre Produtos Industrializados também engrossava as cotas, a disputa para transformar aldeias em cidades tinha chegado ao ápice. Só no Ceará existiam mais de 300, criadas legalmente e ainda não instaladas. Sob pressão do movimento vitorioso, a Assembléia Legislativa do Ceará, que os havia aprovado, resolveu anulá-los de uma só penada. Como a mesma coisa não aconteceu na Paraíba e no Rio Grande do Norte, até hoje perdura a gritante desigualdade.

No Governo Costa e Silva, em plena vigência do AI–5, foi promulgada uma Lei Complementar disciplinando a criação de Municípios em todo o País, a qual fazia (e ainda faz, porque não foi revogada) diversas exigências para a emancipação política dos distritos. Então sofreu um freio a proliferação, em verdade abusiva.

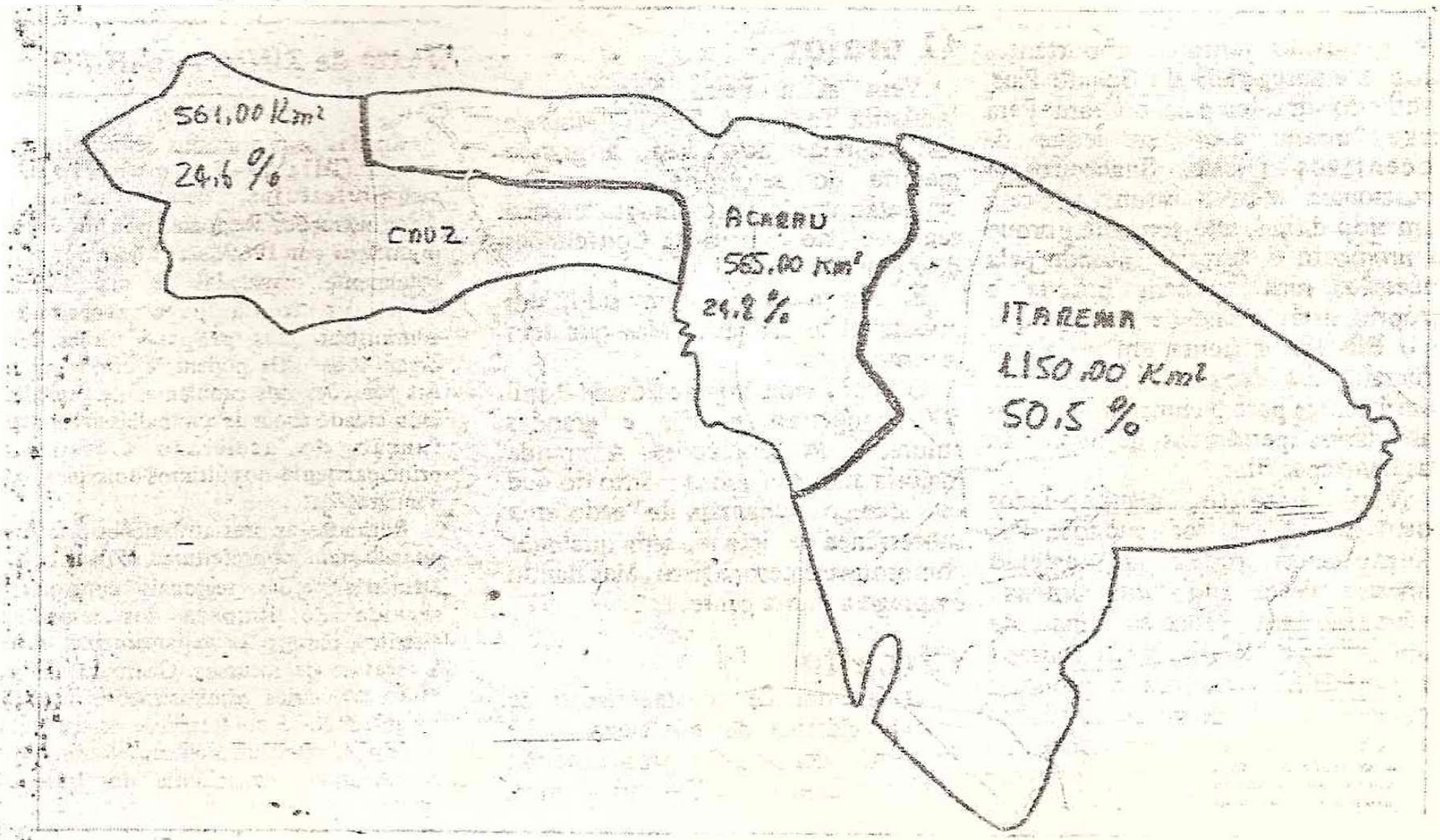
De algum tempo a esta parte, todavia, por força da redemocratização do País operada sob a égide do Governo Figueiredo, os políticos cairam em campo no afã de criar novos Municípios. E não devem ir com muita sede ao pote, o que é perigoso.

No Ceará, temos vários distritos que já foram elevados à categoria de Municípios, para instalação somente em 1989, quando da posse dos prefeitos e vereadores que deverão substituir os que se encontram em exercício, enquanto outros, na fila, aguardam a sua vez. Mas devagar com o andor, porque tudo em excesso envenena.

Políticos que já namoram os votos do eleitorado nas eleições futuras estão patrocinando a elevação de vários distritos à categoria de Municípios, sem indagar se agem com acerto ou simplesmente alimentando uma perigosa indústria. A Assembléia Legislativa, por sua vez, se expõe ao risco de repetir os excessos cometidos antes de 64, quando elevou de vila a cidade lugarejos que nem vila poderiam ser.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, A promoção de aldeias só vai servir para desacreditar o verdadeiro municipalismo, que não deve ser desvirtuado em função de interesses pessoais subalternos.

Desmembramento de Acaraú é medida inconstitucional



O mapa mostra muito bem que o município de Acaraú ficará com apenas um quarto de sua área atual

Acaraú acha que divisão do Município é ilegal

(PÁGINA 5)

cometido por aquela editora, fato que os componentes da Comissão de Constituição da Assembléia deveriam conhecer, já que o mesmo parágrafo publicado pela Imprensa Oficial do Ceará em 1983, no fascículo sobre a Constituição do Estado do Ceará, diz textualmente em sua página 66: "A criação de municípios só será admitida em ano que imediatamente preceder ao da realização de eleições para os cargos de prefeito e vereador. A instalação do município criado coincidirá com a da primeira legislatura de sua Câmara Municipal". A mesma redação, de forma completa, foi publicada também no Diário Oficial do Estado do Ceará, à página 12 do Suplemento 12.312-Parte I, o que reforça a idéia do erro gráfico cometido pela editora na sua publicação.

SILÊNCIO DA AL

Apesar de tudo isso e da evidência do erro, a Assembléia Legislativa silenciou sobre a representação feita pelo Prefeito de Acaraú, alegando que ela havia sido feita fora do prazo previsto por lei. Segundo o Prefeito, a representação deu entrada na Assembléia no dia 8 de maio de 1984, já que na fase plebiscitaria não cabia recurso.

Outro aspecto importante da questão, diz ainda o prefeito João Jaime, é que já existe jurisprudência firmada sobre o assunto, através de casos aparentemente mais complicados que o Supremo Tribunal Federal derrubou, esperando ele que na hipótese de ter que recorrer a vitória será fácil e tranquila. Contudo, ele aguarda que o governador Gonzaga Mota analise o problema junto à sua assessoria e evite desta forma uma demanda judicial desnecessária.

SOLUÇÃO PRÁTICA

O ideal seria que o município pudesse ser desmembrado sem prejuizo para ninguém, pois da forma como foi feito, grande parte da área produtiva ficou com os dois novos municípios criados, assim como a atividade pesqueira. Da forma como foi feito, Acaraú perderá 80 por cento do ICM, enquanto o FPM cai de 2,6 para 1,4

Por outro lado não se justifica que o novo município criado, no caso Itarema, fique com 50,5 de toda a área territorial, enquanto o próprio município de Acaraú fique com apenas 24,6 por cento.

O desmembramento do município de Acaraú é inconstitucional, desde a realização da consulta plebiscitária à elaboração da lei de criação dos dois novos municípios, além de trazer incontáveis prejuízos para a população do município antigo, que ficou apenas com 25 por cento de toda a extensão territorial da área.

Daí esperar-se que o governador Gonzaga Mota, antes de sancionar a lei de criação dos novos municípios, aprovada pela Assembléia Legislativa no último dia 16 de maio, procure ouvir a sua assessoria jurídica, a fim de evitar esse tremendo erro do Legislativo.

É o que afirma o Prefeito de Acaraú, João Jaime Ferreira Gomes Filho, que esteve sexta-feira na redação do O POVO e suas emissoras em companhia do vereador João Jaime Gomes Marinho de Andrade, com o objetivo de denunciar o que ele considera uma manobra política que interessa apenas a grupos e vai prejudicar sensivelmente a uma população inteira.

O prefeito de Acaraú (à esquerda) esteve em visita ao O POVO

INCONSTITUCIONALIDADE

Para João Jaime, a inconstitucionalidade da medida está em que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará se baseou no texto incompleto do parágrafo segundo do Artigo 144 da Constituição Estadual, tal como foi publicado à página 193 do fascículo editado em 1979 pela Editora Jurídica Limitada, localizada em Fortaleza, à rua Princesa Isabel, 639. A redação incompleta do texto é a seguinte: "A instalação do Município criado coincidirá com a da primeira legislatura da sua Câmara Municipal".

Acredita o Prefeito de Acaraú tratar-se apenas de um erro grafico

Pontes exalta criação do Município de Cruz

O deputado Domingos Fontes, principal líder político do município de Acaraú e responsável pela criação do município de Cruz, desmembrado de Acaraú, externou seus agradecimentos a todos quanto ajudaram na ingente tarefa, afirmando que "chegamos ao fim de uma grande luta, luta democrática e pacífica de toda uma comunidade que, baseada nos princípios da ordem, do respeito ao próximo e, no desejo de desenvolvimento, leva a cabo uma antiga aspiração do povo de Cruz e Jericoacoara, a conquista de sua independência."

Disse Domingos Fontes que "os caminhos foram difíceis, cheios de altos e baixos, marcados por obstáculos sujos, desleais, colocados por ferrenhos inimigos do povo que não desejavam a emancipação". Segundo disse, "Mais uma vez ficou comprovado que "a voz do povo é a voz de Deus" e como o povo de Cruz sempre esteve com Deus, seu clamor foi ouvido e todos os obstáculos superados" Seria motivo de tristeza e atitude de revanchismo nosso, entretanto, relembrar detalhadamente os fatos deploráveis que antecederam o processo de emancipação, e os que antecederam ao dia do plebiscito. Mas convém lembrar que houve muita pressão, desde a coação psicológica até verdadeiros atos de terrorismo, praticados por ocasião do plebiscito, por radicais extremados que não queriam a emancipação

Destacou ainda o deputado Domingos Fontes, que, para o bem da História, precisamos registrar o comportamento da valente população de Cruz, que não temendo ameaças de qualquer natureza, manteve uma postura limpa e digna, humilde, porém firme, em defesa de seus direitos. Chegamos ao final da luta e ao começo de uma nova vida, a vida de um município que dará ao povo de Cruz o direito de escolher seu próprio destino e seus Governadores. A responsabilidade aumentou, cresceu, porque temos pela frente a grande tarefa de construir uma cidade, de dar condições de vida a um povo e de trazer o desenvolvimento economico e social para a região. Mas tenho certeza de que, conhecendo como conheço bem esse bravo povo de Cruz, que toda a comunidade jamais abandonará o trabalho a fé e a esperança".

O deputado Domingos Fontes, na oportunidade, agradeceu a todos aqueles que o acompanharam nesta jornada, mas fez questão de destacar "com a maior justiça, o nome daquele que, no anonimato, é o simbolo da Cruz e, consequentemente, o grande responsável por esta data histórica. Penso que registrando este nome teremos registrado todas as pessoas de bem que colaboraram para o engrandecimento de Cruz.

Tribuna do Ceará
Fortaleza, segunda-feira, 21 de maio de 1984

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Terça-feira, 22 de maio de 1984

sonia pinheiro

Jogo rápido

1. Contrariando toda uma platéia ávida de novidades e tititis, a reunião que o PMDB agendara com alarde para ontem, com vistas à colocação de muitos pontos nos 'ii', não ocorreu.

2. E, o cancelamento do encontro (lavagem de toda a roupa suja) prendeu-se, apenas (por mais incrível que possa parecer) ao longo atraso do líder do partido, Castelo de Castro que, ao adentrar no Palácio Adauto Bezerra, foi logo apresentando uma esfarrapadíssima desculpa sobre a sua demora.

3. Enquanto isso, o partido oficial estava em festa, motivado pela distribuição de lagostas e vinhos pelo deputado Domingos Fontes que fazia um brinde comme il faut, na Assembléia mesmo, à emancipação do Distrito de Cruz que, apenas, em 88 (com as eleições e de acordo com a lei) será, oficialmente, um município.

4. Consolando-se com o convidativo buffet, proporcionado, generosamente, por Fontes, a oposição (também, convidada) esboçava um sorriso, inspirado pela oportunissima extinção do SEI — Serviço Estadual de Informação — pelo governador Gonzaga Mota.

5. Tanto assim que não faltou quem requisitasse o microfone para mimar com um solene elogio este gesto do titular do Abolição que se decidiu, finalmente, 'a adequar o seu discurso político (sempre brilhante e aberto) com a ação administrativa'.

6. E, ainda, para não abrir mão daquele arzinho de eterno colegial em férias, o bloco de avant-garde do PMDB deu sonora nota 10 ao 'Luiz' — com esta intimidade mesmo...

DIÁRIO DO NORDESTE

Emenda garante a realização de plebiscitos em qualquer ano

De autoria do deputado Domingos Fontes, proposta de emenda constitucional foi apresentada ontem à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, após o acolhimento de subscrições necessárias e exigidas por lei, alterando dispositivo constitucional, exatamente o parágrafo segundo do artigo 144 da Constituição Estadual e acresce um artigo ao item "Disposições Transitórias" da Carta Magna. A mudança pretendida pelo parlamentar ensejará a convalidação de todos os atos, referentes à criação de Municípios no Estado do Ceará, praticados a partir da instalação da Vigésima Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa. Ou seja, a atual legislatura iniciada em 1983 quando ocorreu a posse dos 46 atuais deputados estaduais.

Preocupado com o excesso de leis que segundo Domingos Fontes, em sua exposição de motivos "evidencia a situação anárquica a que foi tristemente reduzido o Direito Constitucional Pátrio" e para evitar "controvérsias desnecessárias e até prejudiciais à própria idoneidade dos Poderes do Estado, editores de textos atinômicos" é que apresentamos a presente propositura constitucional. A emenda de Domingos Fontes faz-se necessária uma vez que pela legislação vigente os plebiscitos para auscultar o distrito se deseja emancipar-se somente podem ser realizados um ano antes do pleito para Prefeito e Vereadores dos respectivos municípios.

A mesma proposta de emenda constitucional acrescenta um artigo, o sexto por conseguinte, ao Título VI das Disposições Transitórias, redigido no seguinte teor: "Ficam convalidados todos os atos, referentes à criação de Municípios no Estado do Ceará, praticados a partir da instalação da Vigésima Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado".

Desta forma, caso seja aprovada a emenda constitucional, estão assegurados todos os plebiscitos realizados na atual legislatura, por força do projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa. Quanto a instalação dos respectivos municípios far-se-ão, de acordo ainda com a emenda do próprio deputado Domingos Fontes "coincidentemente com a Primeira Legislatura da Câmara Municipal do município criado". □

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Quinta-feira, 24 de maio de 1984

A criação de municípios pela Assembléia está sendo estudada

Todos os processos referentes à emancipação de distritos estão parados na Assembléia Legislativa por determinação do presidente Aquiles Peres Mota. A decisão foi tomada ontem durante reunião na qual foi criada uma equipe constituída por técnicos que prestam serviços àquela Casa, na assessoria jurídica. O motivo principal para que Aquiles Peres Mota tomasse tal atitude, foi uma série de desentendimentos que estão acontecendo entre os que defendem e os que são contra a emancipação de alguns distritos, como é o caso particular do município de Acaraú que já foi motivo de recurso.

Para resguardar a autoridade da Assembléia que, criando municípios agora, poderá ser desmoralizada depois com a anulação do processo, tendo em vista que o recorrente, no caso de Acaraú, afirma que todos os processos estão sendo apreciados fora do tempo determinado por lei, é que foi criada uma comissão para estudar a matéria e dizer se legalmente podem ou não ser criados municípios no momento, vez que a legislação pertinente ao assunto não é muito clara. Diante disso, somente após o trabalho dessa comissão é que terão prosseguimento normal ou serão arquivados, dependendo do parecer da comissão. Ao todo, mais de 30 processos de emancipação tramitam na Assembléia.

A comissão que trata da reformulação do regimento interno da Assembléia, esteve reunida ontem com o presidente do legislativo, ocasião em que apresentou o resultado do trabalho realizado, que está praticamente concluído. Segundo o presidente dessa comissão, deputado Raimundo Mourão, daqui para frente serão feitos apenas os retoques finais e, por solicitação do presidente do poder, com a maior rapidez possível, já que pretende enviar a matéria para apreciação do plenário no início do próximo mês. □

DIÁRIO
DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 25 de maio de 1984

Continuam os protestos contra emancipação de Cruz e Itarema

A decisão da Assembléia Legislativa do Ceará de suspender a tramitação dos processos de emancipação de distritos, na opinião do prefeito de Acaraú, João Jaime Filho, vem provar que a sua tese tem amparo no que concerne a inconstitucionalidade da criação dos municípios de Cruz e Itarema. Diz ainda que a prova maior disso é a tentativa do deputado Domingos Fontes de emendar a constituição estadual, "tornando legal uma ilegalidade provada anteriormente.

Para João Jaime Filho a emenda do deputado Domingos Fontes é amoral e será "desonesto, desleal e injusta a criação dos municípios de Itarema e Cruz, extinguindo o município de origem (Acaraú), como defende o parlamentar. De acordo com a divisão que consta nos Projetos de Lei de criação desses municípios Acaraú ficará com sua área reduzida a 24,8% da atual, cabendo a Itarema 50,5% e a Cruz 24,6%. Ele diz que é a favor da emancipação, mas não pode concordar com a divisão atual, pois acha que Acaraú deve ficar com cerca de 45% de sua área.

As declarações do prefeito foram prestadas ontem durante visita feita a redação do **Diário do Nordeste**. Ele veio acompanhado do advogado José Guedes de Campos Barros de do deputado Ciro Ferreira Gomes que diz ter entrado na questão como mediador, pois o que pretende é juntar as partes para que seja feito um acordo. Ciro acha que a Assembléia não pode cometer uma ilegalidade dessas, nem ser injusta. Por isso, como deputado se sente na obrigação de fazer com que isto não aconteça, estando disposto a promover o entendimento que é aceito por Orzete Filomeno mas não é por Domingos Fontes, os dois deputados que representam Acaraú na Assembléia. □

Em defesa de Jericoacoara

A deputada Maria Luiza Fontenele, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa disse ontem que a preservação de Jaricoacoara "é uma questão de interesse nacional, tanto assim que o projeto de preservação é da Secretaria Nacional do Meio Ambiente - Sema".

Essa declaração veio em face da tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça um projeto do deputado Domingos Fontes em resposta ao recurso apresentado pelo Prefeito de Acaraú. O deputado quer que seja respeitada a delimitação de área já aprovada por aquela Comissão criando os municípios de Cruz e Itarema, pelo qual Jericoacoara deixaria de ser Acaraú e ficaria anexado ao novo município de Cruz, o que no entender do Prefeito João Jaime é prejudicial para Acaraú que ficaria sem orla marítima e sem o verde de grande área cultivável que ficaria para Itarema.

Adiantou a deputada Maria Luiza Fontenele que vai convocar a Comissão do Meio Ambiente para ouvir as partes interessadas. O tema não foi apreciado ontem por não haver ainda transcorrido o prazo regimental de dez dias após a apresentação do referido documento.

A propósito, o deputado Domingos Fontes informou que "a natureza, em Jericoacoara, somente será preservada em sua totalidade com a criação do município de Cruz, pois existe um interesse comercial altíssimo por traz da campanha que vem sendo promovida através dos meios de comunicação". E explicou que, pelo que está informado, seria preservado apenas uma parte da praia sendo o restante loteado. "E isto que está por tras da campanha de preservação e com isto o povo da localidade de Cruz não concorda, pois a praia deve permanecer como está". E concluiu dizendo que a comunidade está decepcionada "com esses falsos ecologistas que pregam uma coisa quando na realidade o objetivo é outro"

DIÁRIO
DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Sexta-feira, 29 de junho de 1984

POLÍTICA

Edilmar Norões

Eleição este ano

Os novos municípios criados ultimamente no Ceará poderão realizar eleições ainda este ano. Neste sentido foi aprovada emenda pelo Congresso que subiu à sanção presidencial. O deputado Evandro Aires de Moura disse ontem para esta coluna que os interessados devem se movimentar no sentido de conseguir sensibilizar o governo para a sanção dessa matéria. Assim, políticos ligados aos novos municípios devem dirigir apelo ao Planalto.

Inconstitucionalidade

Os distritos que foram emancipados após plebiscito promovido pela Justiça Eleitoral estão ameaçados de voltar à condição anterior caso seja aceita a tese de inconstitucionalidade, levantada pelo prefeito de Acaraú, João Jaime Filho. A questão tem movimentado os políticos diretamente interessados nessa emancipação, notadamente na Assembléia, onde o assunto foi objeto de intensa discussão, terminando por homologar as decisões tomadas democraticamente pelo povo de seus respectivos distritos.

Esta manhã o presidente Aquiles Mota deverá se reunir com a assessoria jurídica do Legislativo para tratar do problema.

Tome nota

Prefeito de Acaraú recorre

O Prefeito de Acaraú, João Jaime Ferreira Gomes Filho, vai recorrer à Justiça contra o desmembramento do seu município, alegando a inconstitucionalidade da medida, que teria sido tomada sem qualquer consulta prévia ou entendimento com o dirigente municipal. Amanhã, O POVO veiculará uma entrevista prestada por ele sobre o assunto, mostrando as falhas do processo de desmembramento, desde a realização da consulta plebiscitária ao de criação dos dois novos municípios desmembrados.

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 02 de julho de 1984

Emancipação volta a ser debatida

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa decide hoje, caso haja quorum, a questão das duas emendas de proposta constitucional tramitando naquele Poder, ambas relacionadas com emancipação política de distritos. Enquanto a emenda do deputado Domingos Fontes (PDS) convalida todos os atos praticados pelo Poder, no que tange a emancipação de distritos, outra emenda do deputado Franzé Moraes (PMDB) restaura a Constituição Estadual, em seu parágrafo 2º do artigo 144, garantindo que a emancipação somente pode ocorrer após a divisão administrativa e territorial do Estado.

Como se sabe, pela Constituição Estadual, somente podem ser emancipados distritos um ano antes da eleição municipal. Acontece, que o Poder Legislativo, premido por pressões de lideranças distritais, viu-se obrigado a votar projeto de lei criando vários municípios no interior, inclusive com a consulta plebiscitária, feita pelo Tribunal Regional Eleitoral, com resultados favoráveis à emancipação, sem observar aquele preceito constitucional. Ademais, exige-se que a cada quadriênio seja reatualizada a carta geográfica do Estado, fato que não acontece desde 1955.

LACUNA

Para preencher tal lacuna, o deputado Franzé Moraes, com apoio do deputado Orzete Ferreira Gomes, (PDS) apresentou proposta de emenda constitucional, nesse sentido, alterando o artigo 144 da Constituição Estadual que em seu parágrafo 2º passaria a ter a seguinte redação: "A criação de Município, observadas as prescrições desta Constituição e das demais legislações pertinentes, somente será permitida após a Promulgação de nova Lei de divisão administrativa e territorial do Estado. A instalação do Município criado coincidirá com a da Primeira Legislatura de sua Câmara Municipal". No artigo 2º. da emenda constitucional do parlamentar peemedebista, inclue-se no Título VI, Disposições Transitórias: "A nova lei de divisão administrativa e territorial do Estado, em substituição a vigente, poderá ser votada durante a presente legislatura, a qualquer época".

PROTESTOS

O deputado adautista Domingos Fontes, ao tomar conhecimento que a Presidência da Assembléia Legislativa, conforme determina o Regimento, anexou a emenda do deputado Franzé Moraes a sua, esta já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, lançou o seu protesto informando que a emenda apenas vem protelar a emancipação de distritos no Ceará. Explicou: "Ora, a Carta Geográfica do Estado nunca foi atualizada desde 1955. Não há porquê fazê-lo agora". Ademais, justificou "a emenda do nobre deputado Orzete Gomes com seu colega peemedebista Franzé Moraes é casuística". Por que? indagou o repórter. "Por beneficiar diretamente os dirigentes do município de Acaraú. Já que o Prefeito é sobrinho do deputado Orzete Gomes, a emancipação dos distritos de Cruz e Itarema, não foi apoiada por ele. Enquanto a esposa do Prefeito é sobrinha do deputado Franzé Moraes. Como se vê trata-se de uma emenda familiar", arrematou Domingos Fontes. □

Evandro: torcendo por Maracanaú

O deputado federal Evandro Ayres de Moura está confiante na sanção do Projeto de Lei 1262/B, de sua autoria, pelo presidente Figueiredo. Este projeto estabelece, para 15 de novembro próximo, eleições diretas para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos municípios criados recentemente. Ainda de acordo com o projeto, os municípios que tiveram eleições em novembro deverão ser instalados no dia primeiro de janeiro de 1985, por ocaisão da posse do prefeito municipal.

Informou ainda o parlamentar pedessista que seu projeto de lei, aprovado semana passada pelo Senado Federal, já se encontra na Presidência da República, aguardando a sanção ou veto do Presidente Figueiredo. Ele está confiante na sanção, principalmente após uma conversa que manteve sobre o assunto com o ministro-chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. Nesta conversa, informou que Leitão de Abreu lhe disse que não acreditava em veto, porque o Presidente é favorável a realização de eleições até nos municípios considerados estâncias hidrominerais.

No Estado do Ceará, somente Maracanaú será beneficiado pelo projeto. Vários municípios de outros Estados também serão beneficiados como é o caso de 13 municípios no Estado de Amazonas. De Maracanaú foram a Brasília obter maiores esclarecimentos os líderes João Travasso e Paulo Alexandre que, por sinal, chegaram atrasados para acompanhar a votação no Senado. Enquanto isso, em Maracanaú já começam a surgir nomes como possíveis candidatos a prefeitura municipal.

Apesar da população de Maracanaú ter conseguido, a duras penas, sua emancipação, ainda existem focos de resistência. As teses levantadas são as de que a emancipação aconteceu fora do tempo estabelecido por lei, bem como de uma emenda ao projeto, estabelecendo eleições 120 dias após a sanção do projeto ensejando o retorno da matéria para a Câmara Federal. Esta última hipótese já está descartada porque o projeto original não sofreu emendas. A questão de eleições 120 após a posse do Presidente foi apresentada pelo próprio deputado Evandro Ayres, através de subemenda a emenda que o Presidente da República enviou ao Congresso e retirou antes de ser votada. A primeira hipótese, no caso de recurso, poderá ser fruto de decisão judicial, embora o caso de Maracanaú seja diferente dos processos que tramitam na Assembléia Legislativa. □

POLÍTICA

Fortaleza, Quinta-feira, 5 de julho de 1984

Maracanaú vai fazer eleições municipais dia 4 de novembro

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) cearense em sua reunião de ontem decidiu marcar para o dia quatro de novembro próximo, o primeiro domingo do mês, eleições em Maracanaú para a escolha do prefeito, vice-prefeito e vereadores. Na ocasião foi constituída uma comissão formada pelo desembargador José Barreto de Carvalho e juiz Orlando Rebouças para elaborar uma resolução contendo as normas do pleito. A comissão será assessorada pelo diretor geral do TRE, Antônio Valder Osterne.

A resolução que deveria ser apreciada pelo colegiado na reunião da próxima sexta-feira, deverá ser apreciada em reunião posterior, tendo em vista que, apreciando uma sugestão do desembargador José Barreto de Carvalho, sobre a questão de alguns prazos que já estão vencidos, decidiu àquela corte fazer uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral, sobre a maneira como proceder diante desse fato, considerado pelo vice-presidente daquele órgão como da mais alta importância, tendo em vista que, na sua opinião, a legislação não pode ser alterada por iniciativa própria do TRE.

De acordo com a resolução 11.321 que estabeleceu o calendário eleitoral das eleições de 1982, já estão ultrapassados os prazos para pedidos de inscrição e transferência, — tarefa que já foi feita por determinação do TRE — para realização de convenções, pedidos e registro dos candidatos, julgamento dos pedidos de registro, publicação dos nomes indicados para a junta eleitoral e proclamação do número de eleitores, dentre outros.

A decisão de ontem foi tomada pelo TRE em função da resposta da Assembléia sobre a criação do município de Maracanaú. O ofício do TRE foi enviado à Assembléia no dia 22 do corrente, objetivando dar cumprimento a Lei 7.206, estabelecendo eleições para novos municípios em alguns estados da Federação. Somente ontem a resposta da Assembléia chegou ao TRE, informando que o município de Maracanaú foi criado pela Lei 10.811 de quatro de agosto de 1983, adiantando que existem na Casa duas emendas à Constituição do Estado, referentes à criação de municípios, mas sobre o caso de Maracanaú até agora não houve impugnação ou contestação, em qualquer instância. Após a leitura do ofício pelo relator do processo, juiz Jesus Xavier de Brito, o juiz Orlando Bezerra informou que esteve estudando a matéria e verificou que não havia a inconstitucionalidade alegada anteriormente. □

Maracanaú terá o seu prefeito

O deputado federal Evandro Ayres de Moura está radiante com a sanção, pelo Presidente da República, na última sexta-feira, da Lei no. 7.007, oriunda de projeto de sua autoria, que determina a realização de eleições nos municípios criados até 31 de dezembro de 1983. No Ceará o benefício atinge apenas Maracanaú, desmembrado de Maranguape nos meados de 1983, enquanto que os outros novos municípios foram criados somente no ano em curso.

Revelou ontem ao O POVO rádio e jornal, o deputado Evandro Ayres de Moura, que a aprovação do seu projeto só foi possível graças a sua amizade com o senador Murilo Badaró (PDS-Minas Gerais) que vinha obstruindo a pauta de votação do Senado, mas que concordou na colocação da Ordem do Dia do projeto no 1.262-B, que, aprovado e votado, assegurou esta vitória do parlamentar cearense.

A Lei Evandro Ayres de Moura beneficia cerca de 40 novos municípios. Para que não obtivesse veto em seu projeto, o deputado bezerrista esteve com o Ministro Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, dele recebendo a certeza do seu sancionamento, o que de fato ocorreu sexta-feira última.

DEMAIS MUNICÍPIOS

Em suas declarações à tarde passada, o deputado Evandro Ayres de Moura, revelou que está tentando aprovar outro projeto de lei de sua autoria, que beneficiará os demais municípios recém-criados. A matéria, aliás, já foi aprovada na Câmara dos Deputados, faltando agora passar apenas pelo Senado.

VISITA AO INTERIOR

Aproveitando o presente recesso parlamentar, o deputado Evandro Ayres de Moura tem ido ao interior do Estado, em visita às suas bases eleitorais. No próximo dia 21, ele estará em Santana do Acaraú - município oposicionista - recebendo o título de Cidadão Santanense, por força de projeto de lei do vereador Caetano Silva Filho. Logo após o recesso, no dia 11 de agosto, irá a Viçosa do Ceará prestigiar inaugurações do prefeito Haroldo Vasconcelos, com a presença do Governador Gonzaga Mota, do vice-governador Adauto Bezerra e do deputado estadual Etevaldo Nogueira. Ainda no recesso, prestigiará inaugurações do prefeito Pedro Alberto, de Mulungo.

DIÁRIO DO NORDESTE

Fortaleza, Ceará — Quinta-feira, 19 de julho de 1984

Fontes vai trabalhar para ver aprovada emenda da emancipação

O deputado Domingos Fontes (PDS) informou, ontem, que vai trabalhar, em agosto próximo, quando as atividades da Assembléia Legislativa se reiniciarão, no sentido de aprovar a emenda, subscrita por ele e por mais 23 deputados de ambos os partidos, que trata de dar garantias ao Poder Legislativo de criar município no Estado em qualquer ano.

O parlamentar explicou que a legislação em vigor que trata desse assunto estabelece que a criação de municípios só pode ser concretizada no ano que precede as eleições municipais. Domingos Fontes, que é um defensor da criação de novos municípios no Ceará, manifestou a sua revolta com essa determinação, ao lembrar que a prorrogação do mandato dos prefeitos e vereadores de 1980 para 1982 foi que impediu o surgimento de novos municípios cearenses.

De acordo com ele, os prefeitos e vereadores eleitos em 1976 teriam de terminar seus mandatos em 1980, conforme previa a lei eleitoral. Mas com a prorrogação, eles permaneceram exercendo o mandato até 1982, quando houve eleições gerais. "Acontece, que se o mandato dos prefeitos e veradores eleitos em 76 tivese sido concluído em 80, todos os distritos cearenses cujo plebiscito ocorreu em 1983, teriam se transformado em municípios, pois, sem a prorrogação, as eleições municipais ocorreriam este ano".

Domingos Fontes observou que a emenda 23/84 tenta corrigir esse problema, que, segundo ele, pode trazer maiores prejuízos para o Ceará. "Se essa legislação não for modificada, o Estado passará quatro anos sem que seja criado qualquer outro município, porque as eleições municipais ocorrerão apenas em 1988".

Por isso é que ele considera importante o apoio de todos os deputados da Assembléia Legislativa na aprovação dessa emenda, "que reflete a preocupação dos seus subscritores no progresso dos seus municípios". De acordo com o parlamentar integrante do grupo do vice-governador Adauto Bezerra, "a criação de novos municípios enseja o surgimento de novos empregos, a injeção de recursos federais no Estado e a ampliação do atendimento e assistência nos setores de educação e saúde".

Informou que a emancipação do distrito de Cruz (Acaraú) está na dependência da Assembléia Legislativa de ser aprovada em redação final, pois já foi aprovado em todas as outras fases. Permanecem ainda na Assembléia, já aprovados pelas comissões técnicas, os processos de emancipação de Itarema (Acaraú), Amontada (Itapipoca), Icapuí (Aracati), Forquilha (Sobral), Paraipaba (Paracuru), Milhã (Sonolopole) e Quixelô (Iguatu). Todos esses processos terão ainda de ser aprovados em primeira discussão, em discussão final e em redação final. □

Aquiles diz: "Maracanaú é município"

A Assembléia Legislativa ainda não recebeu oficialmente a indagação do Tribunal Regional Eleitoral a respeito da situação do município de Maracanaú. O presidente Aquiles Motta disse ontem que "quando eu receber o ofício responderei com uma descrição da situação atual. Maracanaú é município, criado por lei aprovada e sancionada e, somente com uma arguição à Justiça será possível por em dúvida a natureza da lei", explicou.

O deputado Domingos Fonte, autor da emenda constitucional que regulariza a situação de Maracanaú e mais 22 municípios criados no Estado, informou que conforme promessa do presidente da Assembléia a emenda de sua autoria que tramita na casa será apreciada até o final deste mês. E sendo aprovada nenhuma argumentação poderá mais incidir sobre inconstitucionalidade da criação dos municípios, incluído Maracanaú. Domingos afirma ser certa a aprovação de sua emenda.

O deputado Domingos Fontes explicou que são muitos os deputados interessados na aprovação. Isto porque há outros 22 casos de municípios em diversas zonas do interior cearense que estão necessitando desta modificação constitucional, e cujos plebiscitos já foram realizados no decorrer deste ano.

Fortaleza, Ceará - Quarta-feira, 29 de agosto de 1984

DIÁRIO DO NORDESTE

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O deputado Evandro Ayres de Moura informou que está confiante na sanção pelo Presidente da República de sua Emenda Constitucional que institui eleições diretas, para novembro de 1984, com posse em 1o. de janeiro de 1985, nos municípios recém-criados em todo Brasil. Em termos de Ceará apenas Maracanaú será beneficiado, pois os demais novos municípios estão fora do prazo contido na Emenda. O parlamentar, no entanto, a partir de agosto, tentará, em uma Subemenda, englobar todos os municípios que tenham sido emancipados recentemente.

Forquilha, 19 de setembro de 1984

Ilmº Sr. (s) Presidente da Comissão de Emancipação dos distritos de Itarema, Icapuí, Cruz, Amontada, Umirim, Paraipaba, Milhã, Quexelô, Umari, Catunda e Varjota.

Prezado Senhor:

Tendo em vista o Sr. prefeito municipal de Acaraú, João Jaime Ferreira Filho, haver empretado junto ao Tribunal de Justiça do Estado, mandado de segurança visando impedir a tramitação de processo de Emancipação Política dos Distritos de Cruz e Itarema baseado no Art. 144 § 2º da Constituição do Estado e, consequentemente, prejudicando os demais projetos de elevação à categoria de município, no caso dos nossos que ora tramita no Poder Legislativo do Estado, vimos pela presente convidar a V. Sa. para formarmos uma Comissão Distrital composta de membros de cada distrito que se acha prejudicado e, junto constituirmos uma Assembléia Geral para representarmos junto a Assembléia Legislativa do Estado nossas reividicações no sentido de que a Emenda Constitucional do Deputado Domingos Fontes do PDS seja levada ao Plenário para sua votaçao em curto espaço de tempo. Diante do exposto, em nome da Comissão de Emancipação Política do Distrito de Forquilha, solicitamos com urgência o vosso parecer. Só assim juntos de mãos dadas poderemos lutar pela causa do anseio de milhares de habitantes dos novos município que desejam sua Emancipação.

Certo de sermos compreendido por V. Sa. e os demais membros da Comissão de Emancipação desse Distrito gostaríamos de receber pronunciamentos a respeito do assunto em tela.

Atenciosamente

Abelardo Cavalcante de Vasconcelos
-Presidente da Comissão Pro-Emanc.
Forquilha

Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 24 de dezembro de 1984

DIÁRIO DO NORDESTE

CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS

O deputado Domingos Fontes, do PDS adautista, foi um dos que mais batalharam para que a Constituição Estadual fosse adaptada no sentido de permitir criação de municípios em qualquer período legislativo. A lei que regulará a criação de municípios vai permitir a emancipação em qualquer época do legislativo mas somente a sua instalação se processará na mesma data da próxima eleição municipal. Assim vai evitar o caso de Maracanaú que terá a partir do dia 15 de janeiro duplicidade de representação parlamentar com vereadores nas Câmaras Municipais de Maranguape e em Maracanaú. Pela emenda, segundo informou Domingos Fontes, ficam tramitando no legislativo estadual cerca de 22 novos processos de emancipação de distritos que estavam aguardando apenas a aprovação das emendas à Constituição para ser votado os respectivos projetos de lei criando os municípios. Tais processos haviam sido sustados a tramitação pelo deputado Aquiles Peres Mota, por não terem respaldo constitucional.

O deputado Domingos Fontes revelou que há no Ceará cerca de 100 distritos com condições de emanciparem-se dos seus municípios. Citou o caso da Paraíba, com 171 municípios e uma extensão territorial metade do Ceará. Enquanto no Ceará há 516 distritos para 142 municípios a Paraíba dispõe de apenas 319 distritos para 171 municípios. Lembrou que as comunidades distritais são em sua maioria pouco assistidas pelos prefeitos que normalmente se preocupam mais com as sedes. Daí porque a emancipação leva a criar condições de desenvolvimento face obtenção direta de recursos para setores básicos como saúde, educação e saneamento.

Lembrou ainda que em 1964, o Ceará emancipou 150 distritos, todos revogados posteriormente, e hoje cerca de 40 desses mesmos distritos, estão com renda, população, sede urbana e eleitorado, superior a muitos municípios do Ceará.

APELO

Domingos Fontes faz apelo aos prefeitos e lideranças de distritos do interior para comparecer à votação no dia 26 próximo pois reputa de muita importância a aprovação das novas emendas constitucionais para as comunidades.

CARTAS NA MESA

Newton Pedrosa

Encerrado na Assembléia Legislativa o processo de emancipação política de Cruz, o deputado Domingos Fontes será agora alvo de uma série de homenagens, pois foi ele o responsável pela criação do novo município, desmembrado de Acaraú. E não acredita em resultado positivo de qualquer tentativa do Prefeito de Acaraú, João Jaime Ferreira Gomes, contra a comunidade de Cruz.

Fortaleza, Ceará — Quarta-feira, 09 de janeiro de 1985

DIÁRIO DO NORDESTE

Fontes acha que novos Municípios farão eleições ainda este ano

O deputado Domingos Fontes (PDS) acredita que, com a aprovação da emenda constitucional que trata sobre o processo de emancipação de distritos, os distritos cearenses que já realizaram plebiscito e encaminharam seus respectivos processos para a Assembléia Legislativa, terão oportunidade de se tornarem Município ainda este ano, realizando suas respectivas eleições para prefeito e vereadores.

Domingos Fontes explicou que mesmo com a aprovação de vários processos de emancipação, possivelmente durante a sessão de hoje da Assembléia Legislativa, os distritos ainda dependem da aprovação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Jorge Carone, que elimina a exigência feita atualmente pela legislação, segundo a qual a emancipação de distrito só poderá ocorrer num prazo próximo às eleições Municipais.

Segundo o parlamentar a Emenda Carone estabelece que os Municípios criados em qualquer época terão suas eleições marcadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do seu respectivo Estado, 120 dias após a sanção da lei que criou o Município. Domingos Fontes ressaltou que a Emenda Carone será uma das primeiras a serem apreciadas pelo Congresso Nacional, a partir de março, porque ela trata também sobre o restabelecimento de várias prerrogativas do Legislativo.

PROCESSOS

Ele informou que serão apreciados até a próxima sexta-feira pela Assembléia Legislativa 22 processos de emancipação, dos quais oito serão logo votados em plenário, por já terem o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esses processos são dos distritos de Icapuí (Aracati), Paraipaba (Paracuru), Umirim (Uruburetama), Amontada (Itapipoca), Itarema (Acaraú), Forquilha (Sobral), Milhã (Solonópole) e Quixelô (Iguatu).

O deputado adautista disse ainda que os outros 14 processos também serão aprovados, depois de receberem o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. □

Pe. Valdery
É com muito prazer que remeto este D.O. Histórico resultado do Trabalho do Povo de CRUZ, a quem muito Faz e prospeu Dóste.
Fernando Dep. Bonifacio Fonte
18/1/85

CIRO ACERTA ENCONTRO NACIONAL

Recebido pelo Governador do Paraná, José Richa, e pelo Secretário de Comunicação, Luís Alberto Dalcanalle, o Secretário de Comunicação do Ceará, Ciro Saraiva, deixou acertada a realização do II Encontro Nacional de Secretários de Comunicação em Foz do Iguaçu, no período de 24 a 28 de março próximo.

A iniciativa dá segmento ao trabalho pioneiro iniciado neste Estado, em julho de 1984, quando foi realizada a primeira reunião do gênero, da qual resultaram conclusões acerca da ética profissional do relacionamento Governo/Imprensa, da natureza institucional dos órgãos oficiais de comunicação e da necessidade de o Estado desenvolver, sistematicamente, campanhas publicitárias de natureza educativa, dirigidas às comunidades para às quais se volta a

DIÁRIO OFICIAL CEARÁ

GOVERNO GONZAGA MOTA
Participação e bem-estar

Nº 13.996 (Parte I) FORTALEZA, 14 DE JANEIRO DE 1985 ANO LI

Gonzaga Mota em Brasília para acompanhar a eleição

O Governador Gonzaga Mota viajou às 14h30min do dia 11, sexta-feira, com destino a Brasília, a convite do candidato à Presidência da República, Tancredo Neves, com o qual manterá entendimentos. Encontra-se também com o Vice-Presidente Aureliano Chaves. Ontem domingo

JK. Das 12 às 16 horas almoçou e ficou reunido com os Chefes dos Executivos Estaduais.

Hoje segunda-feira, pela manhã, os horários estão livres para encontros políticos e outros compromissos dos candi-

da Mesa proclamará os eleitos, fará pequena oração e encerrará os trabalhos. Os presentes estarão avisados de que, no mesmo local, poucos minutos depois, haverá sessão especial para ouvir a palavra do novo Presidente, que falará à Nação, às

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Governador
LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

Vice-Governador
JOSÉ ADAUTO BEZERRA

Gabinete do Governador
Chefe de Gabinete
Vladimir Spinelli Chagas
Secretário de Justiça
FRANCISCO ERNANDO UCHÔA LIMA
Secretário da Fazenda
FIRMO FERNANDES DE CASTRO
Secretário de Segurança Pública
JOSE FELICIANO DE CARVALHO
Secretário de Agricultura e Abastecimento
ALFREDO LOPES NETO
Secretário de Educação
UBIRATAN DINIZ DE AGUIAR
Secretário de Administração
ANTÔNIO DOS SANTOS SOARES CAVALCANTE
Secretário de Saúde
ELIAS GEOVANI BOUTALA SALOMÃO
Secretário de Obras e Serviços Públicos
LUIZ GONZAGA NOGUEIRA MARQUES
Secretário de Planejamento e Coordenação
OSMUNDO EVANGELISTA REBOUÇAS
Secretário de Indústria e Comércio
JOSÉ DANILO RUBENS PEREIRA
Secretário de Cultura e Desporto
JOAQUIM LOBO DE MACEDO
Secretário para Assuntos da Casa Civil
ARTUR SILVA FILHO
Secretário para Assuntos Municipais
FRANCISCO ERIVANO CRUZ
Secretário do Interior
FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA
Secretário de Comunicação Social
JOÃO CIRO SARAIVA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Estado
GONÇALO CLAUDINO SALES
Procurador-Geral da Justiça
AIRTON CASTELO BRANCO SALES
Coordenador da Assessoria Especial
UIRANDE AUGUSTO BORGES
Coordenador da Assessoria para Assuntos Políticos e do Trabalho
ALDENOR NUNES FREIRE
Chefe da Casa Militar
RAIMUNDO CABRAL RIBEIRO
Comandante da Polícia Militar
HÉLIO LUNA ALENCAR

— Diario da Justiça	85.336	170.672	Diretor-Presidente

PODER EXECUTIVO

LEI N.o 11.002, DE 14 DE JANEIRO DE 1985

Eleva à categoria de município o Distrito de Cruz, desmembrado do Município de Acaraú, neste Estado, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1.o — É elevado à categoria de município o Distrito de Cruz, desmembrado do Município de Acaraú, com sede no distrito de igual nome, o qual fica elevado à categoria de cidade.

Art. 2.o — O Município de Cruz, constituído da totalidade do atual território do distrito de igual nome, com a inclusão do território do Distrito de Jericoacoara, também desmbrado do município de Acaraú, terá a seguinte linha divisória: a) — Ao Norte, com o município de Acaraú: Começando em Porteiras, seguindo em linha reta até as ilhargas da Cruz; daí seguindo até o Córrego do Cedro, e ainda em linha reta, até o Poço Doce, em direção à Lagoa do Mato, de onde vai a nascente do Córrego das Varas e segue pelo mesmo córrego até encontrar as terras de Formosa, pelas quais, vai em linha reta até o oceano Atlântico, continuando pelo litoral até a enseada de Jericoacoara, estremando com o município de Camosim. b) — A Leste, com o Município de Acaraú: Tendo como linha divisória o Rio Acaraú (que em Arrombado, toma o nome de Rio do Mosquito) desde a localidade de Jenipapeiro até o lugarejo denominado Porteiras. c) — Ao Sul, com o Município de Bela Cruz: Partindo da localidade de São Joaquim seguindo pela estrada que vai ao Córrego de Dentro, continuando pelos mesmos limites do município de Bela Cruz, até a localidade de Jenipapeiro, na margem esquerda do Rio Acaraú. d) — A Oeste, com o município de Camocim: Partindo da Enseada de Jericoacoara, em linha reta, passando pela Lagoa das Pedras, terminando na localidade de São Joaquim. Art. 3.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogades as disposições em contrário. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 14 de janeiro de 1985. ADAUTO BEZERRA. Ernando Uchoa Lima.

VIVA A CRUZ

★★★

DECRETO N.o 17.031 DE 10 DE JANEIRO DE 1985.

Dispensa do "ponto" os servidores que comparecerem aos Congressos que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74, item III, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta nos Processos ns. 1379/84, 1380/84, 1381/84, 1382/84, 1362/84, da Secretaria de Administração,

DECRETA:

— XVII — CONGRESSO BRASILEIRO DE CIRURGIA, a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 21 a 26 de julho de 1985.

— XV JORNADA PAULISTA DE RADIOLOGIA, a realizar-se em São Paulo, no período de 03 a 06 de Abril de 1985.

— 27a. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL, a realizar-se no Goiás no período de 16 a 22 de janeiro de 1985.

Art. 2o. — Após anuência do Chefe da Unidade Administrativa respectiva e atendidas as conveniências do serviço, os servidores a quem se refere este Decreto terão suas faltas abonadas durante os dias em que frequentarem aqueles conclaves, devendo comprovar para tanto, com documentação hábil, perante a repartição a quem servem ou em que estiverem lotados, a sua efetiva participação nos mesmos.

Art. 3o. — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 10 de janeiro de 1985. LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA — Antônio dos Santos Soares Cavalcante.

★★★

DECRETO N.o 17.032, DE 11 DE JANEIRO DE 1985

Regulamenta o parágrafo único, do art. 32, da Lei n.o 10.884, de 02 de fevereiro de 1984, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74, item III da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no parágrafo único, do art. 32, da Lei n.o 10.884, de 02 de fevereiro de 1984,

DECRETA:

Art. 1.o — O regime especial de atividade semanal de que trata o art. 32, da Lei n.o 10.884, de 02 de fevereiro de 1984, abrange todo o pessoal do magistério, inclusive os regidos por Lei Especial, nos termos do disposto, respectivamente, no art. 37 do mesmo diploma legal e no art. 32, da Lei n.o 10.472, de 15 de dezembro de 1980.

Art. 2.o — A concessão do regime previsto no art. 1.o deste Decreto será processada sob as seguintes configurações: a. complementação para o regime de 40 (quarenta) horas semanais ou de contrato de 100 (cem) horas/aula mensais ou superior a 100 (cem) e inferior a 200 h/aula mensais para 200 (duzentas) horas mensais; b. complementação para 20 horas semanais ou 100 horas-aula mensais dos contratos com carga horária inferior a, respectivamente 20 horas semanais ou 100 horas/aula mensais; c. unificação de 02 (dois) contratos de 20 (vinte) horas semanais em 01 (um) de 40 (quarenta) horas semanais; ou de 100 (cem) horas/aula semanais; d. unificação de dois cargos de 20 (vinte) horas semanais em 01 (um) de quarenta horas semanais, desde que guardem idêntica denominação de classe e nível.

PARÁGRAFO UNICO — A concessão da complementação de carga horária, nos termos, da alínea "A" deste artigo, dependerá sempre da existência de carência de professor na escola. Art. 3.o — A solicitação do regime especial de atividade semanal será feita pelo interessado em requerimento dirigido ao Secretário de Educação, instruindo o pedido com declaração do Delegado Regional da Educação atestando os motivos da carência, exceto os casos de unificação.

Art. 4.o — A complementação de carga horária e a unificação para o regime especial de que tratam as alíneas "a" e "b" do art. 2.o deste Decreto serão feitos mediante Portaria do Secretário de Educação, com autorização do Governador.

Art. 5.o — Incumbirá ao Governador do Estado, mediante ato, a concessão da unificação prevista no art. 2.o, alínea "c" deste Decreto.

Art. 6.o — Fica revogado o Decreto n.o 16.792, de 11 de outubro de 1984, publicado no D.O. de 25.10.84. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 11 de janeiro de 1985. LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA. Irapuã Diniz.

DECRETO No. 17.033, DE 11 DE JANEIRO DE 1985.

Cria as Escolas de 1o. Grau que indica e dá outras providências. O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, em uso da atribuição que lhe confere o artigo 74, item III, da Constituição do Estado. DECRETA:

Art. 1o. — Ficam criadas as Escolas de 1o. Grau, abaixo, relacionadas:

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIO
Escola de 1o. Grau Prof. Antonio Martins Filho	Maracanaú — Conj. Jereissati
Escola de 1o. Grau Dep. José Martins Rodrigues	Maracanaú — Conj. Jereissati
Escola de 1o. Grau Prof. Clodoaldo Pinto	Maracanaú — Conj. Jereissati

DN INTERIOR

Fortaleza, Ceará - Terça-feira, 15 de janeiro de 1985

Adauto sanciona a lei que cria o 143º Município do Ceará: Cruz

O governador em exercício, Adauto Bezerra, sancionou e promulgou ontem pela manhã, na sala de reuniões do Palácio da Abolição, a lei que cria o município de Cruz, que se desmembrou do município de Acaraú, através de plebiscito realizado no início do ano passado A solenidade contou com a presença do deputado Domingos Fontes e de representantes da área. Ao assinar o diploma legal, Adauto Bezerra lembrou que, de agora em diante, crescem as responsabilidades dos líderes do novo município cearense, já que Cruz precisa da união de todos para ser forte.

A cidade de Cruz limita-se ao norte com o município de Acaraú, começando em Porteiras e indo até a enseada de Jericoacoara, extremando pelo município de Camocim. Ao sul faz limites com Bela Cruz, ao leste com Acaraú e a oeste com Camocim. O distrito de Jericoacoara, anteriormente pertencente a Acaraú, passa a pertencer a Cruz. "A divisão sempre traz enfraquecimento e o município, quando se cria, é como uma criança que nasce. Precisa ter-se muito cuidado com ela, até que ela possa dar os primeiros passos e andar sozinha (...). Daí o município de Cruz necessitar de um padrinho para orientá-lo e dirigir melhor suas ações", disse Adauto, indicando o deputado Domingos Fontes para apadrinhar o novo Município. □

coronel Francisco José de Lima, em substituição ao major PM Joaquim Gomes Pinheiro.

EMANCIPAÇÃO – Com o ato do governador em exercício, Adauto Bezerra, que sancionou e promulgou lei, foi criado o 143o. município cearense. Trata-se de Cruz, até então distrito de Acaraú, desmembrado através de plebiscito. O novo município limita-se com Acaraú, Camocim, Bela Cruz. O distrito de Jericoacoara, anteriormente pertencente a Acaraú, passa a pertencer a Cruz.

SEMANA – Será aberta às 19 horas do próximo dia 19, a II Semana Universitária de Santa Quitéria. Uma vasta programação que inclui atividades culturais e desportiva já foi elaborada para ser cumprida entre 19 e 26 próximo. O governador Gonzga Mota é esperado para fazer o encerramento da semana, quando falará aos universitários e presidirá a inauguração de diversas obras municipais.

APELO – Passageiros de ônibus intermunicipais apelando à Direção do DNER para permitir que os coletivos

Fortaleza, Ceará — Segunda-feira, 08 de abril de 1985

DIÁRIO DO NORDESTE

Deputados acreditam que novos municípios elegerão prefeitos

Deputados com atuação nos novos municípios cearenses estão se preparando para a disputa eleitoral que poderá ser travada ainda este ano. A confiança deles aumentou depois que o deputado Avandro Ayres de Moura garante conseguir incluir no projeto do governo que prevê eleições para prefeito das capitais, municípios área de segurança nacional e instância hidrominerais, emenda nesse sentido.

A emenda do parlamentar cearense prevê eleições para prefeito e vereadores nos municípios criados até 15 de maio deste ano, na mesma data em que houver as eleições para prefeito das capitais. Se a medida for aprovada pelo Congresso Nacional, somente no Ceará 10 municípios serão beneficiados, sendo eles: Milhã, Varjota, Umirim, Paraipaba, Cruz, Itarema, Forquilha, Icapuí, Quixelô e Amontada.

Depois do insucesso de Maracanaú, onde não chegou, sequer a apresentar candidato, o PMDB está tomando as devidas precauções e se organizando para entrar na disputa pela prefeitura dos novos municípios. Nesse sentido, já conta com comissões provisórias nos municípios de Icapuí, Amontada e Quixelô. Garante o secretário-geral do partido, deputado Bianou Andrade, que o trabalho de filiação já está sendo feito em outros municípios, acreditando que o PMDB vai disputar a prefeitura de todos os municípios em que forem marcadas eleições para este ano.

O deputado Domingos Fontes, por outro lado, também está de alerta e já fez comissões provisórias do PDS nos municípios de Cruz e Itarema, ambos criados através de projeto de sua iniciativa. Outros deputados do Partido Democrático Social seguiram o exemplo de Domingos Fontes e estão com comissões formadas nos municípios onde atuam.

Os deputados do grupo do governador Gonzaga Mota, no entanto, ainda não fizeram comissões em seus municípios. O argumento deles se prende ao fato do Partido da Frente Liberal ainda não estar registrado. O deputado Francisco Figueiredo informou que seus amigos de Forquilha e Paraipaba estão de alerta aguardadndo apenas a ordem para fazer as comissões nesses dois municípios. Ele explica que já não foram feitas porque está aguardando a legislação. Já o deputado Pinheiro Landim com atuação em Milhã, Varjota e Umirim disse que nestes três municípios já está tudo pronto, aguardando apenas que a Frente Liberal resolva fazer comissões provisórias nos outros municípios, para ele fazer nestes três. □

Domingos destaca a ação do TRE em Cruz

Em pronunciamento na Assembléia Legislativa, o deputado do PDS, Domingos Fontes agradeceu, e em nome do povo de Cruz, ao Poder Judiciário pelo eficiente trabalho do Tribunal Regional Eleitoral, bem como ao Poder Legislativo pela aprovação pela Assembléia, do Projeto de Lei que cria este novo municipio, e ainda ao Poder Executivo por antecipação, pela sanção que deverá conceber à matéria.

Durante o discurso, o parlamentar disse que a luta democrática e pacífica de toda uma comunidade, baseada no princípio da ordem de respeito ao próximo e no desejo de desenvolvimento, chegou ao fim, com a conquista da independência de Cruz.

Na ocasião, Domingos Fontes citou alguns fatos "deploráveis" que antecederam o processo de emancipação e os que aconteceram no dia do Plebiscito, "desde a coação psicológica até verdadeiros atos de terrorismo praticados por radicais extremados que não desejavam a emancipação".

Contudo, ressaltou, "para o bem da história do municipio, disse o orador - precisamos registrar o comportamento da valente população de Cruz, que não temendo ameaças de quaisquer natureza, manteve uma postura limpa e digna, humilde, porém, em defesa dos seus direitos".

Não dispondo de tempo para enumerar as pessoas que contribuiram para a emancipação de Cruz, o deputado apenas lembrou, "e tenho certeza que o faço com justiça", o nome do Padre Valdery, "representante de Deus na Paróquia de Cruz", disse.

Em aparte ao orador, o deputado peemedebista Manuel Arruda solidarizou-se com Domingos Fontes pelo seu pronunciamento, enaltecendo o povo e o novo municipio de Cruz, como também pela lembrança do nome do Padre Valdery.

Tome nota

●●● Revela-se agora que durante reunião realizada [illegible] semana, virgilistas, adautistas e alguns peemedebistas teriam esboçado uma chapa capaz de uni-los contra a liderança do governador Gonzaga Mota. Essa chapa teria o Sr. Mécio de Barba como candidato a Governador, Aquiles Peres Mota para Vice e Adauto Bezerra e Mauro Benevides para o Senado.

●●● *Senador Virgílio Távora revelou num círculo fechado de políticos que gostaria de ver o governador Gonzaga Mota num Ministério. Acha que Adauto, assumindo o Governo, será fácil de restabelecer a antiga aliança entre virgilistas e adautistas. Por sinal o ex-governador Manoel de Castro, teria-se mostrado arrependido da ação que cometeu, em 82, contra a candidatura de ACM.*

●●● Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra tomará posse no próximo dia 1o. de fevereiro na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado. Tem como metas principais a imediata transferência do Forum Clóvis Bevilaqua para o Centro Administrativo do Cambeba e obter a autonomia financeira do Poder Judiciário estadual.

●●● *Secretário de Educação do Estado, Ubiratan Diniz de Aguiar reuniu-se ontem em Brasília, após proveitosos contatos junto ao Ministério de Educação e Cultura. Conseguiu a liberação de Cr$ 1 bilhão 452 milhões para dar suporte ao Projeto Vencer, principalmente na área de material didático e outras necessidades. Conseguiu ainda recursos para proporcionar estágio remunerado a 600 jornalistas. Ubiratan é um dos mais eficientes Secretários do Governo Gonzaga Mota.*

●●● [illegible] Luís Marques, Secretário de Obras reuniu-se ontem com os arquitetos Neudson Braga e João Carlos Bacelar, com os quais discutiu a viabilidade de elaboração de um projeto para construção do Hospital dos Servidores do Estado. A obra, uma sugestão da diretoria da FUSEC ao governador Gonzaga Mota, será dotada de 150 leitos e ficará localizada no distrito de Messejana, em terreno de propriedade daquela Fundação de Saúde. Oportunamente, isto é, quando o projeto estiver concluído, o Secretário Luís Marques voltará a entrar em contato com o governador Gonzaga Mota para ultimar a construção do novo hospital.

●●● *O prefeito de Acaraú, João Jaime Ferreira Gomes Filho, encontra-se em Fortaleza tentando uma solução política para o problema do desmembramento dos distritos de Cruz e Itarema. Ele afirmou nada ter contra a elevação dos dois distritos à categoria de município, mas entende que Acaraú não pode perder cerca de 75 por cento de sua atual área territorial.*

Diante do impasse ele está propondo às lideranças de Acaraú com assento na Assembléia Legislativa, que reestudem o assunto, de forma a que seja dada uma nova delimitação, para que Acaraú fique com pelo menos 50 por cento da sua área atual. Antes mesmo da aprovação da Emenda Domingos Fontes foi assumido um compromisso a nível de Liderança para que se concretize essa proposição, cujos intermediários são, pelo PDS o sobralense Ciro Ferreira Gomes, e pelo PMDB o Vice-Líder, deputado Franzé Morais.

DIÁRIO
DO NORDESTE

Criação de mais um município na AL

Lideranças políticas de Acaraú estiveram ontem no Gabinete do Presidente da Assembléia Legislativa, deputado AquilesPeres Mota, quando chegaram a um consenso a respeito do processo que tramita na Casa objetivando a emancipação do distrito de Cruz, desmembrando-o do município de Acaraú.

O referido processo teve início quando o deputado Orzete Gomes do PDS, propôs a citada emancipação. Posteriormente o seu colega DomingosFontes incluiu os distritos de Jericoacoara e Aranaú que, juntamente com Cruz formariam um só município.

Como recentemente Acaraú teve aprovado pela Assembleia Legislativa o pedido de emancipação de um outro seu populoso e grande distrito, no caso Itarema, a população acarauense, através de representantes políticos, externou insatisfação pois, como as coisas estavam sendo encaminhadas, iria sobrar apenas o distrito sede.

Do encontro de ontem, do qual participaram os deputados interessados no assunto e os vereadores acarauenses João Altevir Freitas (PDS-1) e Antônio Raimundo Araújo Neto(PDS-2) ficou acertado que Aranaú continuaria pertencendo a Acaraú, enquanto que Cruz teria sua emancipação política incorporando apenas o distrito de Jericoacoara. O decreto legislativo a respeito, que propõe ao TRE a consulta plebiscitária, está sendo elaborado para apreciação pela comissão de Constituição e Justiça da Assembléia e posteriormente pelo plenário, por toda esta semana.

Assembléia faz justiça ao município de Acaraú

ACARAÚ – Muito satisfeito com a sua viagem a Brasília, fazendo parte da comitiva de prefeitos cearenses que foram à capital federal assistir ao vivo a eleição do novo presidente do Brasil - Tancredo Neves e com os resultados finais que a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará deu ao processo da divisão do município de Acaraú, criando novos municípios desmembrando áreas do território acarauense, o prefeito municipal João Jaime Ferreira Gomes Filho, disse ao O POVO o seguinte:

"Reconheço que a Assembléia Legislativa do meu Estado, fez justiça com o município de Acaraú, aprovando a emenda do deputado estadual Ciro Ferreira Gomes que deu nova delimitação na criação do município de Itarema desmembrado do de Acaraú.

Desde que foram iniciados os processos de criação de municípios para emancipação dos distritos da Cruz e Itarema, protestei pela maneira que estava se processando, pois Acaraú iria perder 75 por cento da sua área geográfica e automaticamente, da economia do município, o que seria a decretação da extinção do município de Acaraú.

Com a nova delimitação, Acaraú ficará com cerca de 45 por cento de sua área melhorando sensivelmente a sua economia, pois a zonas incorporadas que é de cerca de 200k2m são grandes produtores de pescado, coco e farinha e têm uma população calculada em 6.000 habitantes. Com a acréscimo desta população Acaraú atingirá mais de 33.000 habitantes e uma superfície de 900Km2,

De acordo com o proposto inicialmente, o município de Acaraú iria perder cerca de 70 por cento da sua principal receita - O FPM, mas com a incorporação da nova área e sua população o município perderá apenas 40 por cento da mesma renda, ficando assim equilibrada a economia de Acaraú, pois com o desmembramento dos dois municípios diminuiu as suas obrigações com as áreas desmembradas e respectivas populações, a partir da posse dos futuros prefeitos dos novos municípios.

Dados estes esclarecimentos sobre os novos municípios criados com áreas do território do município de Acaraú, o prefeito João Jaime disse: agradeço ao Poder Legislativo Estadual na pessoa do seu Presidente, deputado Aquiles Peres Mota que foi sensível ao apelo do gestor municipal, agindo com justiça e lealdade, e, de modo especial agradeço ao Deputado Ciro Gomes - autor da Emenda, que, juntamente com o prefeito, desde o início batalhou no sentido de evitar grande perca para o município mãe nesta partilha.

Prefeito de Acaraú João Jaime

Agradece também ao vice-líder do PMDB Deputado Franzé Moraes que com o seu apoio foi decisivo no acordo das novas delimitações, facilitando a aprovação da Emenda Ciro Gomes. O mesmo agradecimento é extensivo ao municipalista José Guedes de Campos Barros que prestou toda a assistência Jurídica ao município de Acaraú durante a tramitação dos processos.

Continuando o prefeito se dirigiu aos seus, munícipes dizendo: Faço um apelo à população de Acaraú confiando na ajuda de todos, para recuperarmos aquilo que perdemos normalmente e estes quatro anos que me restam do mandato, farei tudo ainda com mais empenho para cumpri com os compromissos assumidos para o melhor desenvolvimento do município.

Com relação à sua viagem a Brasília, o prefeito relatou o seguinte: Estive em Brasília, juntamente com a comitiva de Prefeitos cearenses participando da solenidade de entrega de um Manifesto de Apoio ao Prefeito Tancredo Neves por intermédio da Frente Municipalista Nacional que tem como presidente, o vice-Governador de São Paulo, Orestes Quércia que fez a entrega do referido documento.

Em outra reunião da Frente Liberal, tratamos da institucionalização desta Associação e tivemos o prazer de reconduzir Orestes Quércia ao cargo de presidente e por aclamação o municipalista cearense Dr. José Quedes de Campos Barros indicado e eleito secretário geral da entidade". Finalizou o Prefeito.

DISCURSO PROFERIDO PELO DEP. DOMINGOS FONTES, POR OCASIÃO DA APROVAÇÃO DO PROJETO DA CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRUZ — NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO EST. DO CEARÁ.

SR. PRESIDENTE, SRS. DEPUTADOS,

ESTAMOS NA FASE FINAL DA VOTAÇÃO DO PROJETO QUE CRIA O NOVO MUNICÍPIO DE CRUZ.

NÃO PODERIA EU, COMO REPRESENTANTE DAQUELE POVO, DEIXAR DE OCUPAR ESTA TRIBUNA, PARA QUE OS FATOS CONSTANTES DESTE PRONUNCIAMENTO FICASSEM REGISTRADOS NOS ANAIS DESTA CASA E VIESSEM A COMPOR O INÍCIO DA HISTÓRIA DAQUELE MUNICÍPIO.

CHEGAMOS AO FIM DE UMA GRANDE LUTA. LUTA DEMOCRÁTICA E PACÍFICA DE TODA UMA COMUNIDADE QUE, BASEADA NOS PRINCÍPIOS DA ORDEM, DO RESPEITO AO PRÓXIMO E, NO DESEJO DE DESENVOLVIMENTO, LEVA A CABO UMA ANTIGA ASPIRAÇÃO DO POVO DE CRUZ E JERICOACOARA, A CONQUISTA DE SUA INDEPENDÊNCIA.

OS CAMINHOS FORAM DIFÍCEIS, CHEIOS DE ALTOS E BAIXOS, MARCADOS POR OBSTÁCULOS SUJOS, DESLEAIS, COLOCADOS POR FERRENHOS INIMIGOS DO POVO QUE NÃO DESEJAVAM ESTA EMANCIPAÇÃO.

ENTRETANTO, SR. PRESIDENTE E SRS. DEPUTADOS, MAIS UMA VEZ FICOU COMPROVADO QUE "A VOZ DO POVO É A VOZ DE DEUS", E COMO O POVO DE CRUZ SEMPRE ESTEVE COM DEUS, SEU CLAMOR FOI OUVIDO E TODOS OS OBSTÁCULOS FORAM SUPERADOS.

SERIA MOTIVO DE TRISTEZA E ATITUDE DE REVANCHISMO NOSSO, RELEMBRAR DETALHADAMENTE OS FATOS DEPLORÁVEIS QUE ANTECEDEM O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO, E OS QUE ACONTECERAM NO DIA DO PLEBISCITO. MAS, CONVÉM LEMBRAR QUE HOUVE MUITA PRESSÃO, DESDE A COAÇÃO PSICOLÓGICA ATÉ VERDADEIROS ATOS DE TERRORISMO, PRATICADOS POR OCASIÃO DO PLEBISCITO, POR RADICAIS EXTREMADOS QUE NÃO DESEJAVAM A EMANCIPAÇÃO.

PARA O BEM DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO, PRECISAMOS REGISTRAR O COMPORTAMENTO DA VALENTE POPULAÇÃO DE CRUZ, QUE NÃO TEMENDO AMEAÇAS DE QUAISQUER NATUREZA, MANTEVE UMA POSTURA LIMPA E DIGNA, HUMILDE, PORÉM FIRME, EM DEFESA DOS SEUS DIREITOS.

CHEGAMOS AO FINAL DA LUTA E AO COMEÇO DE UMA NOVA VIDA; A VIDA DE MUNICÍPIO NOVO QUE DARÁ AO POVO DE CRUZ, O DIREITO DE TRAÇAR O SEU PRÓPRIO DESTINO E DE ESCOLHER OS SEUS GOVERNANTES. A RESPONSABILIDADE AUMENTOU, CRESCEU, PORQUE TEMOS PELA FRENTE, A GRANDE TAREFA DE CONSTRUIR UMA CIDADE, DE DAR CONDIÇÕES DE VIDA A UM POVO E DE TRAZER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA A REGIÃO.

MAS, TENHO CERTEZA, CONHECENDO BEM COMO CONHEÇO ESSE BRAVO POVO DA CRUZ, QUE TODA A COMUNIDADE JAMAIS ABANDONARÁ O TRABALHO, A FÉ E A ESPERANÇA.

INFELIZMENTE, NÃO DISPONHO DE TEMPO NEM DE ESPAÇO SUFICIENTE PARA ENUMERAR AQUI AS PESSOAS QUE CONTRIBUIRAM PARA A EMANCIPAÇÃO DE CRUZ, MAS, FAÇO QUESTÃO DE REGISTRAR, E TENHO CERTEZA QUE O FAÇO COM A MAIOR JUSTIÇA, O NOME DAQUELE QUE NO ANONIMATO É O SÍMBOLO DA CRUZ E, CONSEQUENTEMENTE, O GRANDE RESPONSÁVEL POR ESTA DATA HISTÓRICA. PENSO QUE REGISTRANDO ESTE NOME TEREMOS REGISTRADO TODAS AS PESSOAS DE BEM E QUE COLABORARAM PARA O ENGRANDECIMENTO DE CRUZ. REFIRO-ME, NATURALMENTE, A ESTE GRANDE E HUMILDE REPRESENTANTE DE DEUS NA PARÓQUIA DA CRUZ, QUE É O PADRE VALDERY.

AQUELES QUE TRABALHARAM, COMO DISSE, E QUE SÃO MUITOS, TÊM NO PADRE VALDERY O SÍMBOLO DA CRUZ, DA HUMILDADE, DO TRABALHO, DA FIRMEZA E DA PERSEVERANÇA, CARACTERÍSTICAS DO POVO DESSA NOVA CIDADE.

SEGUE, POIS, CRUZ, O TEU CAMINHO, E MOSTRA A TEU ESTADO E A TEU PAÍS QUE REALMENTE ESTÁS PREPARADA PARA O PROGRESSO. QUE TEUS GOVERNANTES PERSIGAM SEMPRE O CAMINHO DO BEM, DO TRABALHO, DA SOLIDARIEDADE, DO RESPEITO MÚTUO, DA CONFRATERNIZAÇÃO E DA JUSTIÇA, PORQUE SOMENTE ASSIM ALCANÇAREMOS O NOSSO OBJETIVO MAIOR QUE É A ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E DO ANALFABETISMO, FLAGELOS MAIORES DO NOSSO MUNDO CONTEMPORÂNEO.

COM ESTAS PALAVRAS SR. PRESIDENTE E SRS. DEPUTADOS, QUERO AGRADECER MAIS UMA VEZ, EM NOME DO POVO DE CRUZ, AO PODER JUDICIÁRIO PELO EFICIENTE TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL E AO PODER LEGISLATIVO PELA APROVAÇÃO POR ESTA ASSEMBLÉIA, DO PROJETO DE LEI Nº 23/84 QUE CRIA ESTE NOVO MUNICÍPIO.

MUITO OBRIGADO!

Cruz festeja novos horizontes

Página 2

«Presente Grego ?». Prefeito de Forquilha recusa oferta do Prefeito de Sobral

Página 3

Sta. Quitéria - Sem. Universitária

Página 3

Concurso da Caixa Econômica

Página 4

Joaquim Barreto Lima, Prefeito de Sobral

CORREIO DA SEMANA

Semanário Diocesano — Ano 68 — Nº 33

Sobral, 18 de janeiro de 1986 — Sábado

EDIÇÃO DE HOJE:

8 Páginas - Cr$ 1.500

Instalado o Município de Cruz

CRUZ (do Correspondente) — Vasto programa de solenidades marcou, nesta cidade, o dia da instalação do município, ocorrido a 1º de janeiro deste ano de 1986. Foram 24 horas de festa com participação total da população daquele novo município cearense. As comemorações começaram às 4 da manhã com salva de 21 tiros e alvorada festiva com a banda de música do município de Bela Cruz, percorrendo as principais ruas da cidade, executando hinos patrióticos. Às 10 horas, deu-se a instalação da Câmara dos Vereadores do Município, sendo, na ocasião, escolhido Presidente da casa, para a primeira legislatura, o vereador José Haroldo Muniz. Terminada a sessão, às 12 horas, grande desfile motorizado com a participação de mais de cem veículos, partindo do Triângulo de Jenipapeiro, a 3 Km da sede, e terminando na Praça da Matriz. Numa velocidade de 10 km/hora, os veículos traziam faróis acesos, bandeiras e fitas verde-amarelas e buzinavam acompanhando o repicar do sino da Matriz e o espoucar de foguetes, ao som da banda de música. O encerramento do desfile, comandado em carro aberto pelo 1º Prefeito e Vice-prefeito, eleitos a 15 de novembro, se deu com o hasteamento, na Praça da Matriz (Praça Mons. Edson Magalhães), das Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, bem como o descerramento de placa de bronze comemorativa, com os seguintes dizeres: "1º de janeiro de 1986 — Nesta data, com grande alegria do povo, foi instalado o Município de Cruz, criado pela Lei nº 11.002, de 14.01.85, sendo primeiro Prefeito João Muniz Sobrinho e Vice-Prefeito Antônio Raimundo de Araújo Neto e Vereadores (nomes)." "As 17 horas, em altar e palanque especialmente armados atrás da igreja paroquial, realizou-se Missa de Ação de graças pela criação e instalação do município, seguindo-se a Sessão Solene da Câmara dos Vereadores para a posse do 1º Prefeito e Vice-Prefeito. A missa foi concelebrada pelo Pároco local, Pe. Manoel Valdery da Rocha e pelos dois outros sacerdotes presentes, Frei Aureliano Vasconcelos e Mons. Raimundo Cleano, Pároco de Groaíras. Na homilia, o Frei Aureliano concitou povo e autoridades a um trabalho em prol da paz, harmonia e defesa dos direitos humanos, desejando ao novo município progresso e bem estar social. Revoada de pombos marcou o encerramento da celebração que contou com a presença e participação ativa de toda a comunidade. Em seguida, no mesmo local, com a presença destacada de convidados especiais das cidades vizinhas tomaram assento à mesa, especialmente preparada, os vereadores do município, aclamados, individualmente, pelos presentes. Iniciando a sessão da Câmara, fez compromisso solene de posse na Prefeitura o sr. João Muniz Sobrinho que foi saudado com festivo espoucar de foguetes e fogos de artifício, acompanhado de vibrante salva de palma dos assistentes. Em seguida, houve o compromisso de posse do Vice-Prefeito. Concluidas as formalidades da posse dos eleitos, houve, em continuidade, uma bem elaborada programação em que se destacou a entrega de diplomas e medalhas de HONRA AO MÉRITO a dez anciãos da comunidade, agraciados com a honraria pelo trabalho e dedicação à terra natal ao longo de suas vidas; houve homenagem especial aos autores da letra e da música do Hino Oficial do Município, respectivamente srs. Nicodemos Araújo e Joca Lopes, este, presente na solenidade, tendo a comunidade cantado, com vibração, pela primeira vez, o hino de seu município após comentário explicativo feito pelo Pe. Valdery da Rocha; em prosseguimento, o mesmo Pe. Valdery da Rocha apresentou, de sua criatividade, a simbologia da bandeira e do brasão do Município de Cruz, tendo sido distribuído aos presentes um bonito impresso em cores dos símbolos municipais; um grupo de 30 jovens apresentou, em organizada coreografia, um Festival de Bandeiras portando símbolos de cada Estado da Federação, bem como algumas das bandeiras históricas; homenagem especial IN MEMORIAM foi prestada aos antepassados da comunidade de Cruz que foram lembrados em tocante cerimônia, quando um facsimile da bandeira do município, carregado em marcha fúnebre, foi queimado, em braseiro, aceso na primeira pia batismal da capela de Cruz, inaugurada a 20 de dezembro de 1884, e ali colocada em alta coluna em frente da assistência; corbelha de flores foi ofereida ao Deputado Domingos Fontes pelo trabalho exercido, com denodo, na Assembléia Legislativa para a aprovação da Lei que criou o Município; no centro do pátio, onde se realizaram estas comemorações, foi lançada a PEDRA FUNDAMENTAL do município, estabelecendo-se ali o MARCO ZERO, onde a 70 cm de profundidade, foi guardado, para a posteridade, um tubo de bronze, com 50 cm de comprimento, contendo todos os documentos alusivos às comemorações da Instalação do Município de Cruz, com assinaturas das autoridades e convidados especiais presentes. No encerramento, usaram da palavra o Deputado Domingos Fontes e, encerrando a sessão, o Prefeito Municipal Jonas Muniz. Houve jantar de confraternização e festa popular de congraçamento. Toda a programação teve como mestre de cerimônias o Professor José Ednardo Silveira, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e recebeu gravação de vídeo pelo cinegrafista Carlos Alberto.

STRM FAZ 1.ª REUNIÃO DE 86

AGRICULTORES RECLAMAM DA FALTA DE SEMENTES PARA PLANTIO

EDILSON SILVA

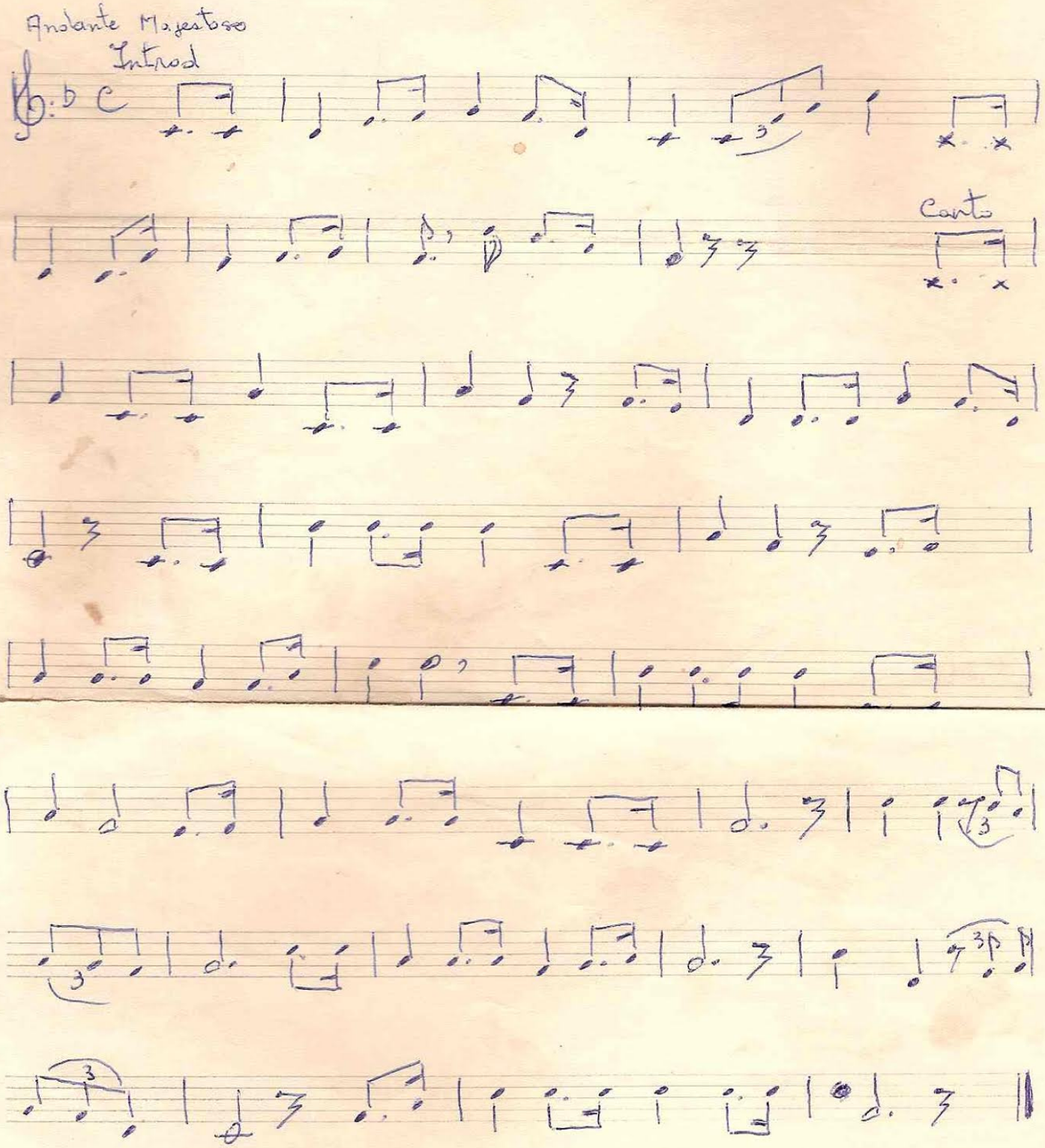
— No último dia 02 de janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massapê promoveu sua primeira reunião do ano. Vários assuntos foram abordados na ocasião, dentre os uais vale destacar a prestação de contas do mês de dezembro/85, admissão de cinco sócios e palestra sobre "sindicalismo, onstituinte e reforma agrária". Com a presença de 75 associados, o presidente Pedro

SOBRAL TERÁ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO

Sobral terá em breve, um Instituto de Desenvolvimento Municipal, que contará inicialmente, com recursos da ordem de 2 bilhões de cruzeiros. Os detalhes finais do projeto estão sendo ultimados entre o prefeito Joaquim Barreto Lima e o Ministro da Desburocratização Paulo Lustosa, que em Brasília, tenta conseguir a aprovação desta importante entidade assistencial, que ficará localizada em Sobral, mas atenderá a todos os municípios da região. A finalidade desta instituição, é lutar pela solução dos problemas da comunidade, valendo ressaltar que a pri-

HINO MUNICIPIO DE CRUZ

MÚSICA: Joca Lopes



Ceará

Município de Cruz

FESTA DA INSTALAÇÃO

1.º de Janeiro de 1986

CONVITE

Tip. Lux - Sobral

A Comissão Executiva da Festa de Instalação do Município de Cruz - Ceará, criado pela Lei Estadual N.º 11.002, de 14 de Janeiro de 1985, tem a honra de convidar V. Sa. e digníssima Família para as solenidades programadas.

PROGRAMA

5 h. — Alvorada Festiva com salva de 21 tiros

10 h. — Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal e posse dos 11 Vereadores eleitos para a 1.ª Legislatura.

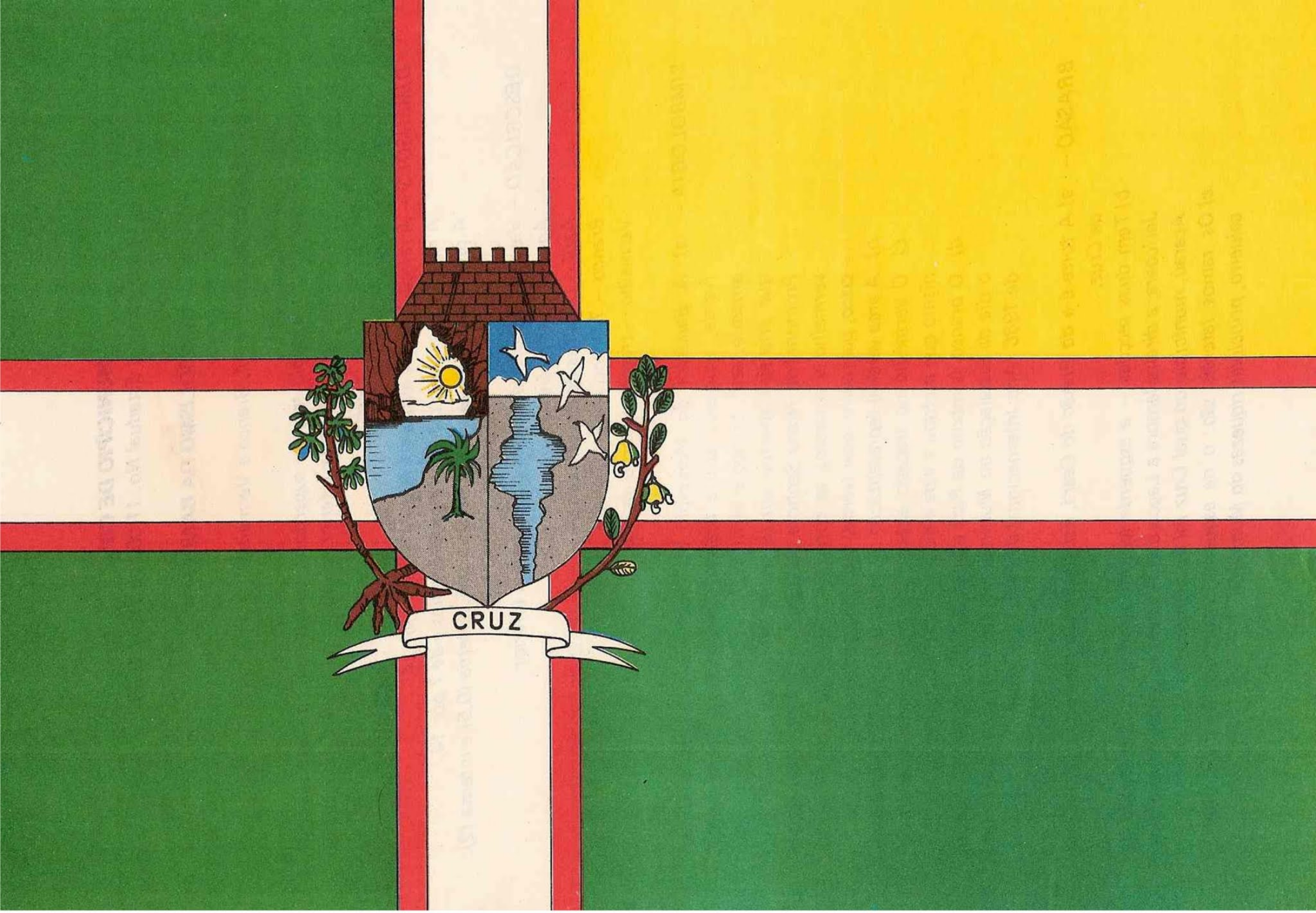
11 h. — Desfile motorizado com toque de buzinas e repicar de sinos festivos. Roteiro: Do Triângulo de Jenipapeiro à Praça da Matriz. Velocidade do Percurso: 10 Km/h.

12 h. — Na Praça da Matriz: Hasteamento das Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal com descerramento da placa comemorativa.

17 h. — Missa de ação de graças pela Instalação do Município.

18 h. — Posse do primeiro Prefeito e do vice-prefeito (eleitos a 15-11-85) Srs. João Muniz Sobrinho e Antonio Raimundo de Araújo Neto, respectivamente.

22 h. — Festa Popular de Confraternização no Copacabana Clube.



Designer - Pe. Manoel Valdery da Rocha

MUNICÍPIO DE CRUZ

Criado pela Lei Estadual No. 11.002 de 14.01.1985

SIMBOLISMO DA BANDEIRA

CORES — Verde, Amarelo, Azul, Branco e Vermelho

LINHAS — Grande Cruz em duplo traçado superposto guarnecida, na parte superior, por dois quadrados e, na parte inferior, por dois retângulos, com brasão localizado no centro da Cruz.

DIMENSÕES — A relação entre a altura e a largura é de 17 por 24.
A relação entre os quadrados e os retângulos é de 7 por 14.
A relação entre os dois traçados de cruz é: externa (0,5) e interna (2).

DESCRIÇÃO — Verde — Os dois quadrados e o retângulo inferior
Amarelo — O retângulo superior
Azul — Detalhes de água do brasão
Branco — Traçado interno da cruz
Vermelho — traçado externo da cruz

SIMBÒLOGIA —

a) A Bandeira do Município de Cruz tem as cores do Brasil (verde, amarelo, azul e branco); as cores do Ceará (verde, amarelo, azul, branco e vermelho); as cores da Espanha — país que primeiro aportou em terras do Município, em 1498, no Promontório Nossa Senhora da Consolação, hoje Jericoacoara vermelho e amarelo); as cores da Itália — terra de São Francisco, padroeiro local (verde, vermelho e branco).

b) A área verde é representação do mapa territorial do Município.

c) O vermelho do traçado externo da cruz representa o cristianismo que moldou a vida e a cultura dos habitantes da região.

d) O branco (símbolo da Paz) do traçado interno da cruz lembra o dia da instalação do Município — 1o. de janeiro (dia da Paz) de 1986 (Ano Internacional da Paz).

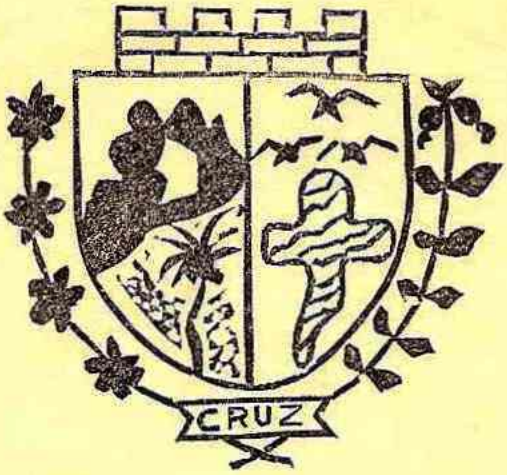
BRASÃO —

a) A torre é a do Brasão do Ceará, Estado de que faz parte o Município de Cruz.

b) Tem duas secções — a esquerda lembra as praias, com o Portão da Jericoara; a direita lembra a Lagoa da Cruz com as garças, símbolo do Acaraú, município do qual Cruz foi desmembrado.

c) Os ramos laterais são: o da esquerda, mandioca e, o da direita, cajueiro, principais riquezas do Município.

Simbologia - Pe. Manoel Valdery da Rocha



HINO OFICIAL
DO
MUNICÍPIO DE CRUZ

Letra: Nicodemos Araújo
Música: Joca Lopes

Junto aos mares bravios plantado
Por teu povo, num feito de glória,
Município de Cruz, és chamado
Neste evento de grata memória
P'ra firmar o teu nome no **Estado**
E elevar teu conceito na História.

Refrão — Salve, Município de Cruz
Força viva da "Terra da Luz". (BIS)

O valor desta tua riqueza
Vem do mar e do chão generoso
A tua sede — cidade princesa
Moradia de um povo bondoso!
A tua praia — sem igual na beleza
Faz de ti município vaidoso.

A indústria, o comércio atuante,
As escolas, a Igreja Matriz,
Os teus jovens no estudo constante
Almejando um Brasil mais feliz
Fazem a terra 'inda mais cativante
No progresso que o povo bendiz.

Deus conserve no povo cruzense
O ideal de crescer e servir
P'ra que esta unidade cearense
Fortaleça no seu progredir
O direito que a todos pertence
De viver, de lutar e sorrir.

O município de Cruz foi criado pela Lei Estadual n.° 11.002 de 14 de Janeiro de 1985 e instalado no dia 1.° de Janeiro de 1986.

Tip. LUX — Sobral

Cruz festeja novos horizontes

Página 2

«Presente Grego ?». Prefeito de Forquilha recusa oferta do Prefeito de Sobral

Página 3

Sta. Quitéria - Sem. Universitária

Página 3

Concurso da Caixa Econômica

Página 4

Joaquim Barreto Lima, Prefeito de Sobral

CORREIO DA SEMANA

Semanário Diocesano — Ano 68 — Nº 33

Sobral, 18 de janeiro de 1986 — Sábado

EDIÇÃO DE HOJE:

8 Páginas - Cr$ 1.500

Instalado o Município de Cruz

CRUZ (do Correspondente) — Vasto programa de solenidades marcou, nesta cidade, o dia da instalação do município, ocorrido a 1º de janeiro deste ano de 1986. Foram 24 horas de festa com participação total da população daquele novo município cearense. As comemorações começaram às 4 da manhã com salva de 21 tiros e alvorada festiva com a banda de música do município de Bela Cruz, percorrendo as principais ruas da cidade, executando hinos patrióticos. Às 10 horas, deu-se a instalação da Câmara dos Vereadores do Município, sendo, na ocasião, escolhido Presidente da casa, para a primeira legislatura, o vereador José Haroldo Muniz. Terminada a sessão, às 12 horas, grande desfile motorizado com a participação de mais de cem veículos, partindo do Triângulo de Jenipapeiro, a 3 Km da sede, e terminando na Praça da Matriz. Numa velocidade de 10 km/hora, os veículos traziam faróis acesos, bandeiras e fitas verde-amarelas e buzinavam acompanhando o repicar do sino da Matriz e o espoucar de foguetes, ao som da banda de música. O encerramento do desfile, comandado em carro aberto pelo 1º Prefeito e Vice-prefeito, eleitos a 15 de novembro, se deu com o hasteamento, na Praça da Matriz (Praça Mons. Edson Magalhães), das Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, bem como o descerramento de placa de bronze comemorativa, com os seguintes dizeres: "1º de janeiro de 1986 — Nesta data, com grande alegria do povo, foi instalado o Município de Cruz, criado pela Lei nº 11.002, de 14.01.85, sendo primeiro Prefeito João Muniz Sobrinho e Vice-Prefeito Antônio Raimundo de Araújo Neto e Vereadores (nomes)." "As 17 horas, em altar e palanque especialmente armados atrás da igreja paroquial, realizou-se Missa de Ação de graças pela criação e instalação do município, seguindo-se a Sessão Solene da Câmara dos Vereadores para a posse do 1º Prefeito e Vice-Prefeito. A missa foi concelebrada pelo Pároco local, Pe. Manoel Valdery da Rocha e pelos dois outros sacerdotes presentes, Frei Aureliano Vasconcelos e Mons. Raimundo Cleano, Pároco de Groaíras. Na homilia, o Frei Aureliano concitou povo e autoridades a um trabalho em prol da paz, harmonia e defesa dos direitos humanos, desejando ao novo município progresso e bem estar social. Revoada de pombos marcou o encerramento da celebração que contou com a presença e participação ativa de toda a comunidade. Em seguida, no mesmo local, com a presença destacada de convidados especiais das cidades vizinhas tomaram assento à mesa, especialmente preparada, os vereadores do município, aclamados, individualmente, pelos presentes. Iniciando a sessão da Câmara, fez compromisso solene de posse na Prefeitura o sr. João Muniz Sobrinho que foi saudado com festivo espoucar de foguetes e fogos de artifício, acompanhado de vibrante salva de palma dos assistentes. Em seguida, houve o compromisso de posse do Vice-Prefeito. Concluidas as formalidades da posse dos eleitos, houve, em continuidade, uma bem elaborada programação em que se destacou a entrega de diplomas e medalhas de HONRA AO MÉRITO a dez anciãos da comunidade, agraciados com a honraria pelo trabalho e dedicação à terra natal ao longo de suas vidas; houve homenagem especial aos autores da letra e da música do Hino Oficial do Município, respectivamente srs. Nicodemos Araújo e Joca Lopes, este, presente na solenidade, tendo a comunidade cantado, com vibração, pela primeira vez, o hino de seu município após comentário explicativo feito pelo Pe. Valdery da Rocha; em prosseguimento, o mesmo Pe. Valdery da Rocha apresentou, de sua criatividade, a simbologia da bandeira e do brasão do Município de Cruz, tendo sido distribuído aos presentes um bonito impresso em cores dos símbolos municipais; um grupo de 30 jovens apresentou, em organizada coreografia, um Festival de Bandeiras portando símbolos de cada Estado da Federação, bem como algumas das bandeiras históricas; homenagem especial IN MEMORIAM foi prestada aos antepassados da comunidade de Cruz que foram lembrados em tocante cerimônia, quando um facsimile da bandeira do município, carregado em marcha fúnebre, foi queimado, em braseiro, aceso na primeira pia batismal da capela de Cruz, inaugurada a 20 de dezembro de 1884, e ali colocada em alta coluna em frente da assistência; corbelha de flores foi ofereida ao Deputado Domingos Fontes pelo trabalho exercido, com denodo, na Assembléia Legislativa para a aprovação da Lei que criou o Município; no centro do pátio, onde se realizaram estas comemorações, foi lançada a PEDRA FUNDAMENTAL do município, estabelecendo-se ali o MARCO ZERO, onde a 70 cm de profundidade, foi guardado, para a posteridade, um tubo de bronze, com 50 cm de comprimento, contendo todos os documentos alusivos às comemorações da Instalação do Município de Cruz, com assinaturas das autoridades e convidados especiais presentes. No encerramento, usaram da palavra o Deputado Domingos Fontes e, encerrando a sessão, o Prefeito Municipal Jonas Muniz. Houve jantar de confraternização e festa popular de congraçamento. Toda a programação teve como mestre de cerimônias o Professor José Ednardo Silveira, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e recebeu gravação de vídeo pelo cinegrafista Carlos Alberto.

STRM FAZ 1.ª REUNIÃO DE 86

AGRICULTORES RECLAMAM DA FALTA DE SEMENTES PARA PLANTIO

EDILSON SILVA

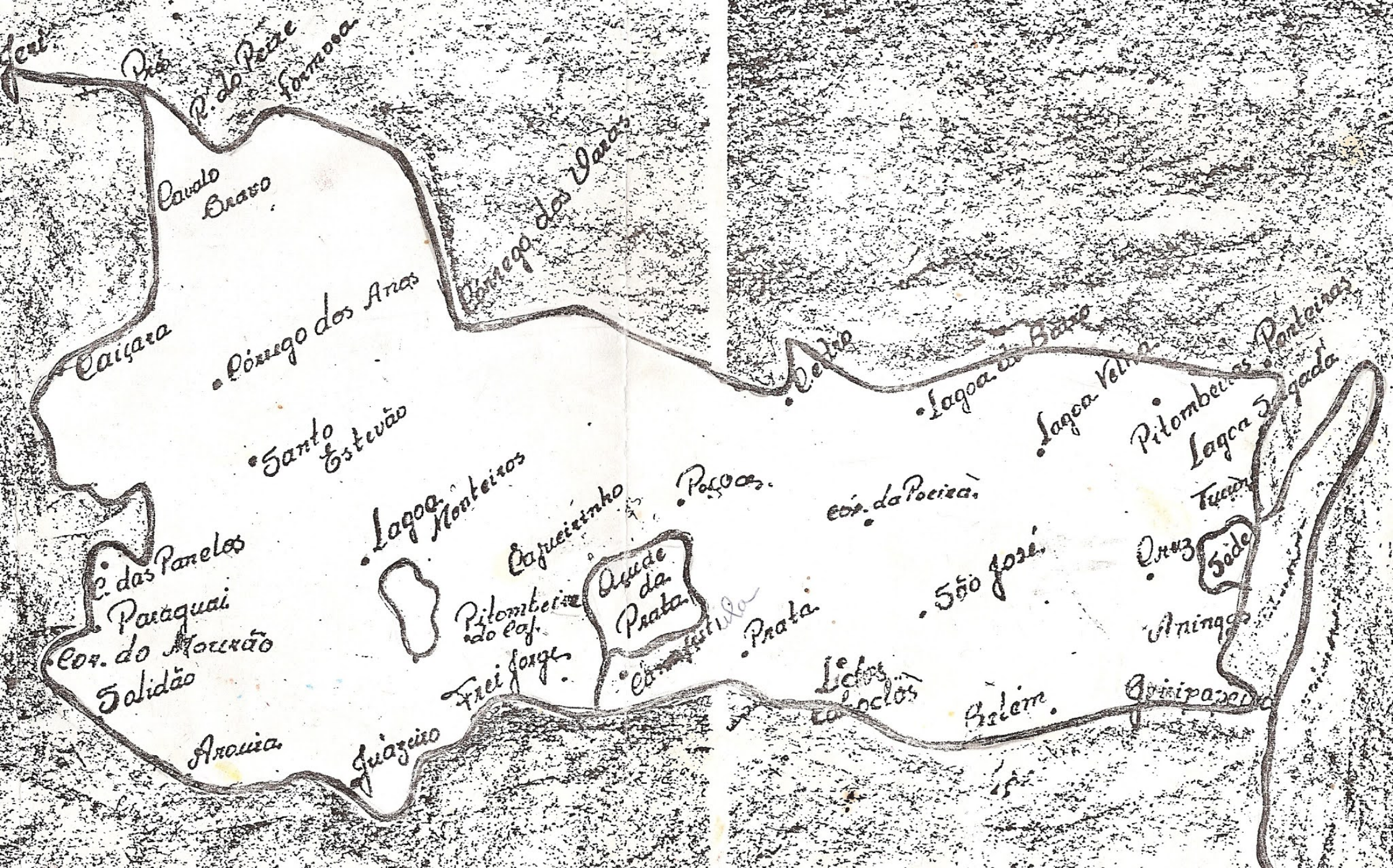
— No último dia 02 de janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massapê promoveu sua primeira reunião do ano. Vários assuntos foram abordados na ocasião, dentre os uais vale destacar a prestação de contas do mês de dezembro/85, admissão de cinco sócios e palestra sobre "sindicalismo, onstituinte e reforma agrária". Com a presença de 75 associados, o presidente Pedro

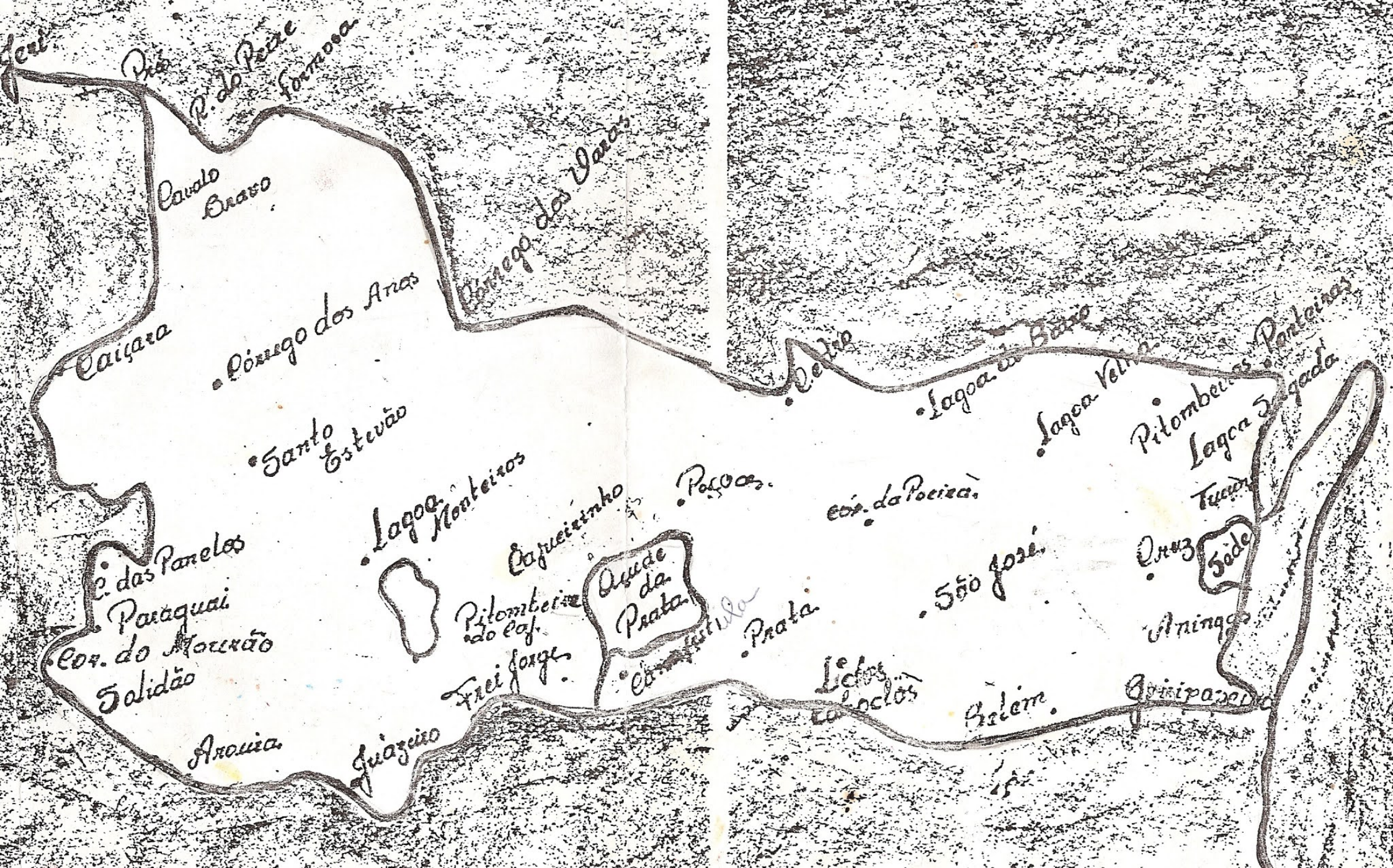
SOBRAL TERÁ INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO

Sobral terá em breve, um Instituto de Desenvolvimento Municipal, que contará inicialmente, com recursos da ordem de 2 bilhões de cruzeiros. Os detalhes finais do projeto estão sendo ultimados entre o prefeito Joaquim Barreto Lima e o Ministro da Desburocratização Paulo Lustosa, que em Brasília, tenta conseguir a aprovação desta importante entidade assistencial, que ficará localizada em Sobral, mas atenderá a todos os municípios da região. A finalidade desta instituição, é lutar pela solução dos problemas da comunidade, valendo ressaltar que a pri-

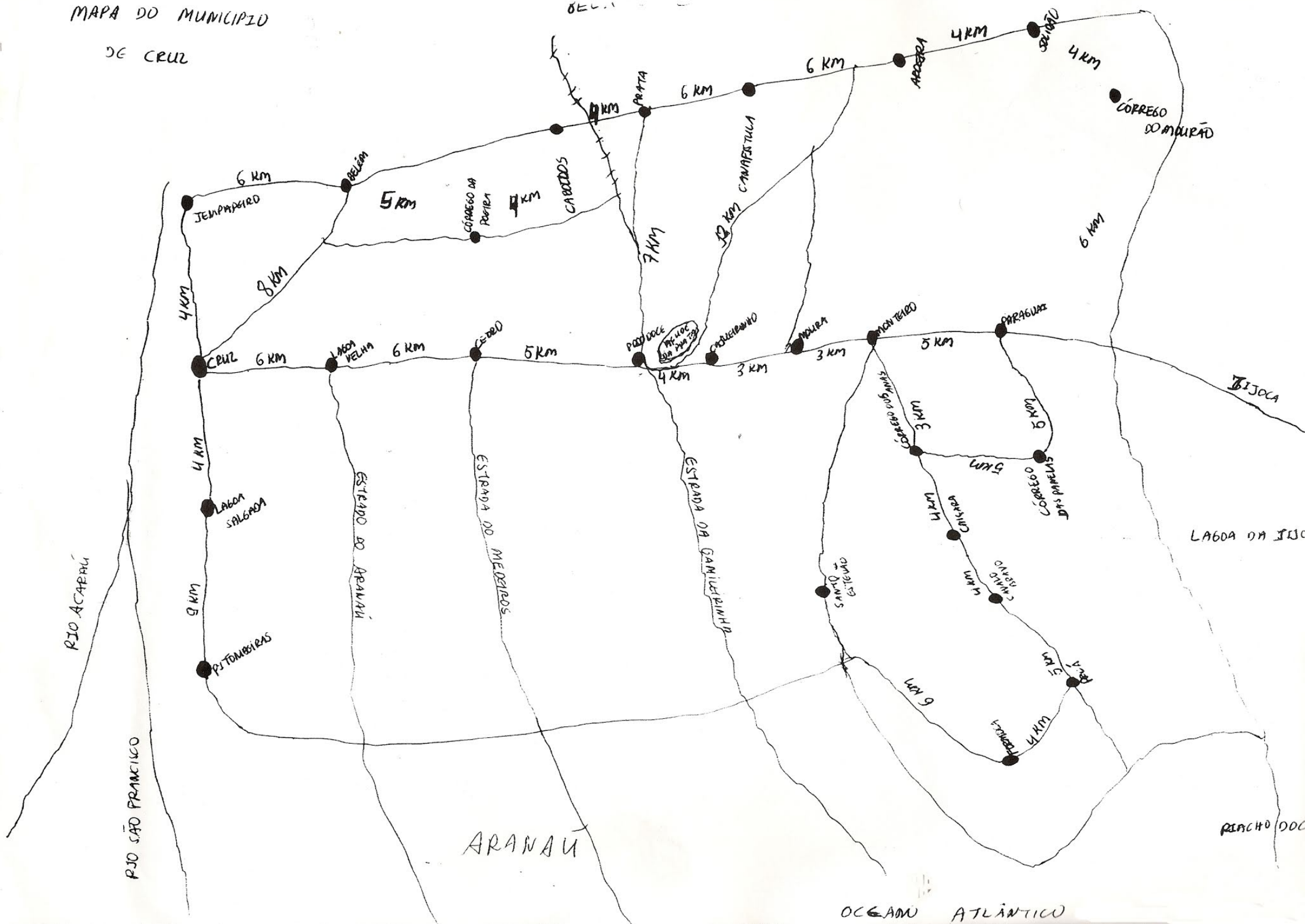
CRUZ

Um bom lugar para conhecer.

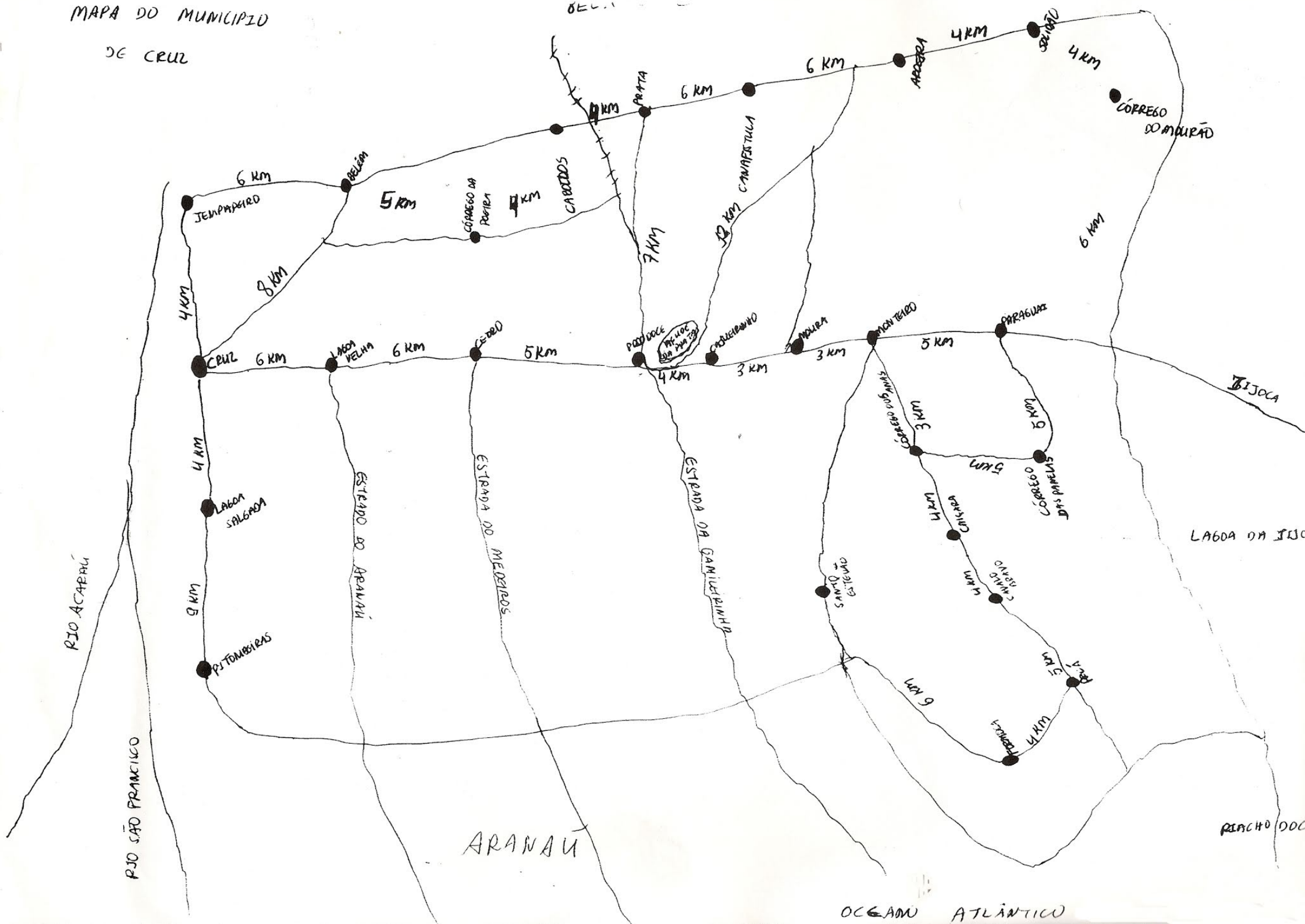

Jeri
Prés
R. do Peixe
Formosa
Cavalo Bravo
Córrego dos Varas
Caiçara
Córrego dos Anos
Santo Estevão
Lagoa Monteiros
Cajueirinho
Poços
Cor. da Poeira
Lagoa Velha
Pitombeiras Porteiras
Lagoa Salgada
Tucum
Cruz
Sede
São José
Aningas
Pitombeira do Caj.
Açude da Prata
Prata
Frei Jorge
Lictos Caboclos
Belém
Cor. das Panelas
Paraguai
Cor. do Mourão
Solidão
Arouira
Juazeiro

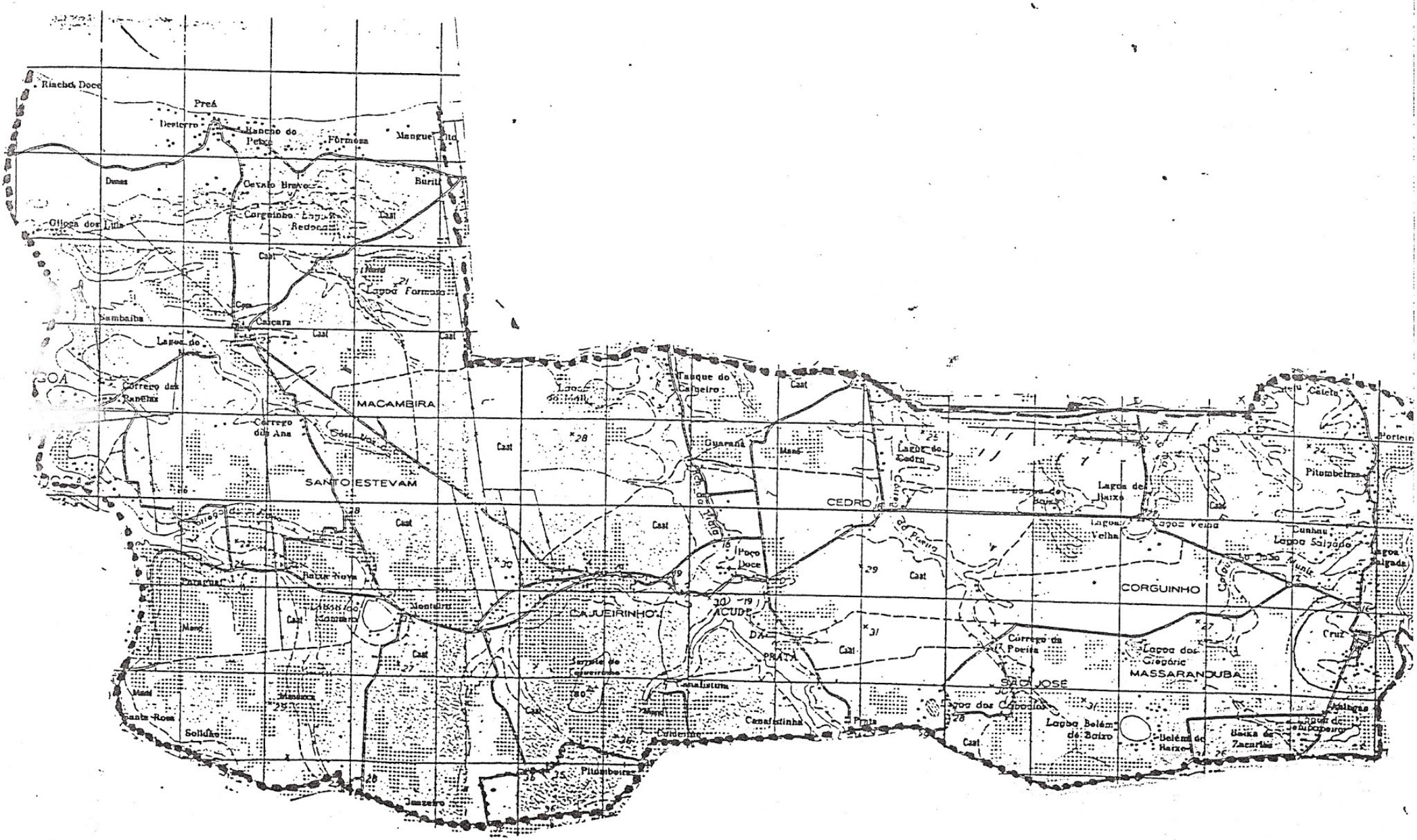

Jeri
Prés
R. do Peixe
Formosa
Cavalo Bravo
Córrego dos Varas
Caiçara
Córrego dos Anos
Santo Estevão
Lagoa Monteiros
Cajueirinho
Poços
Cor. da Poeira
Lagoa Velha
Pitombeiras Porteiras
Lagoa Salgada
Tucum
Cruz
Sede
São José
Aningas
Pitombeira do Caj.
Açude da Prata
Prata
Frei Jorge
Lictos Caboclos
Belém
Cor. das Panelas
Paraguai
Cor. do Mourão
Solidão
Arouira
Juazeiro

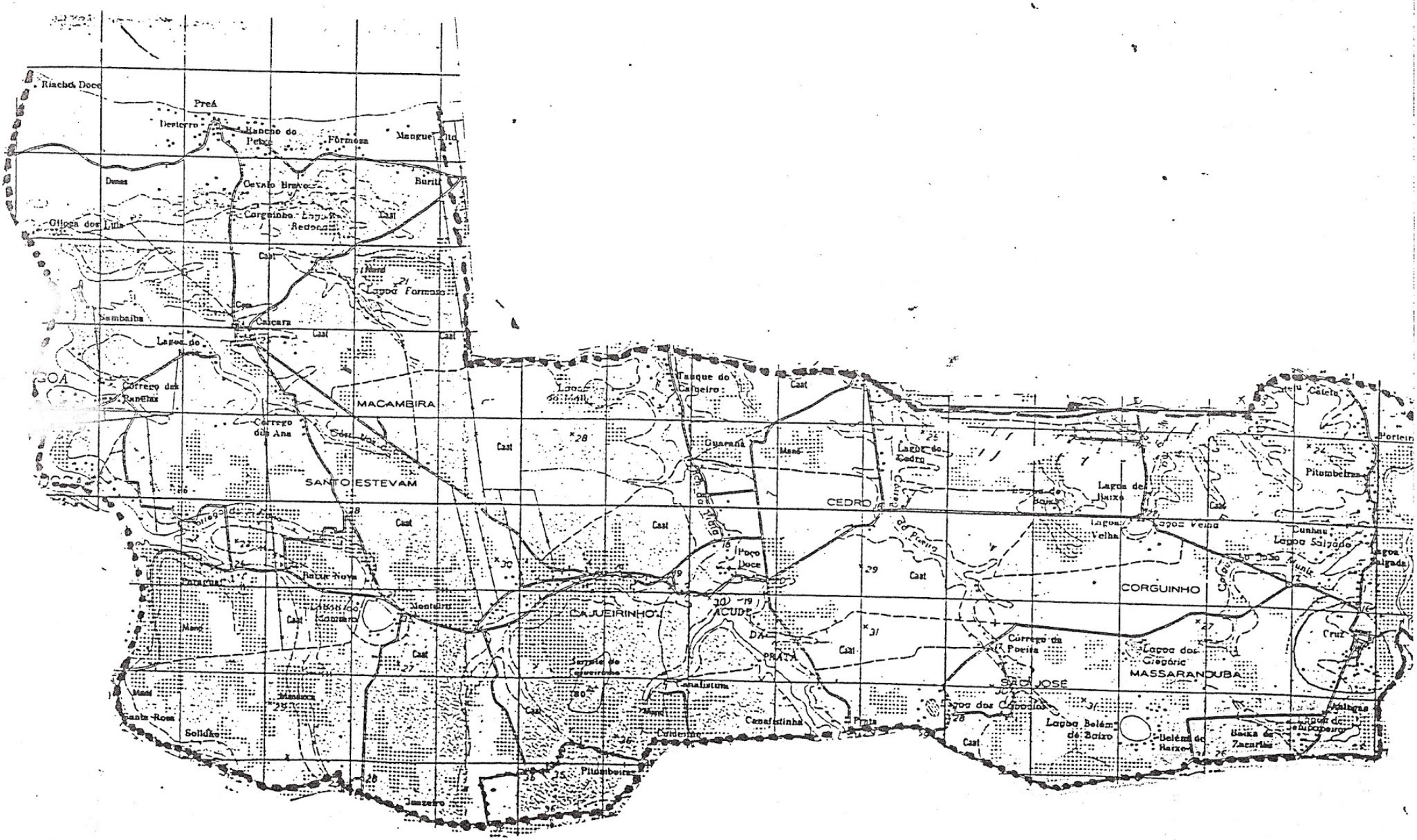
MAPA DO MUNICIPIO DE CRUZ



MAPA DO MUNICIPIO DE CRUZ




Riacho Doce
Preá
Desterro
Rancho do Peixe
Formosa
Mangue Alto
Dunas
Cervo Bravo
Burití
Corgeinho
Lagoa Redonda
Olhos dos Lilás
Lagoa Formosa
Sambaiba
Caicara
Lagoa do
Corrego dos Ranchos
MACAMBIRA
Corrego dos Ana
SANTO ESTEVAM
Tanque do Carneiro
Guaraná
Lagoa do Cedro
CEDRO
Lagoa do Baixo
Lagoa Velha
Pitombeiras
Caleta
Cunhau
Lagoa Salgada
Poço Doce
Rio Poço Doce
Rio do Pontal
CORGUINHO
Rio João Munis
Cruz
Rio Cruz
Rio Caiçara
Rio Mangue
Rio Santa Rosa
Rio Sobrado
Rio Jaguaribe
Rio Jaguaribe-Mirim
Rio Jaguaribe-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó
Rio Jaguaribe-Pataxó-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim


Riacho Doce
Preá
Desterro
Rancho do Peixe
Formosa
Mangue Alto
Dunas
Cervo Bravo
Burití
Corgeinho
Lagoa Redonda
Olhos dos Lilás
Lagoa Formosa
Sambaiba
Caicara
Lagoa do
Corrego dos Ranchos
MACAMBIRA
Corrego dos Ana
SANTO ESTEVAM
Tanque do Carneiro
Guaraná
Lagoa do Cedro
CEDRO
Lagoa do Baixo
Lagoa Velha
Pitombeiras
Caleta
Cunhau
Lagoa Salgada
Poço Doce
Rio Poço Doce
Rio do Pontal
CORGUINHO
Rio João Munis
Cruz
Rio Cruz
Rio Caiçara
Rio Mangue
Rio Santa Rosa
Rio Sobrado
Rio Jaguaribe
Rio Jaguaribe-Mirim
Rio Jaguaribe-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó
Rio Jaguaribe-Pataxó-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim
Rio Jaguaribe-Pataxó-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim-Apodi-Mirim

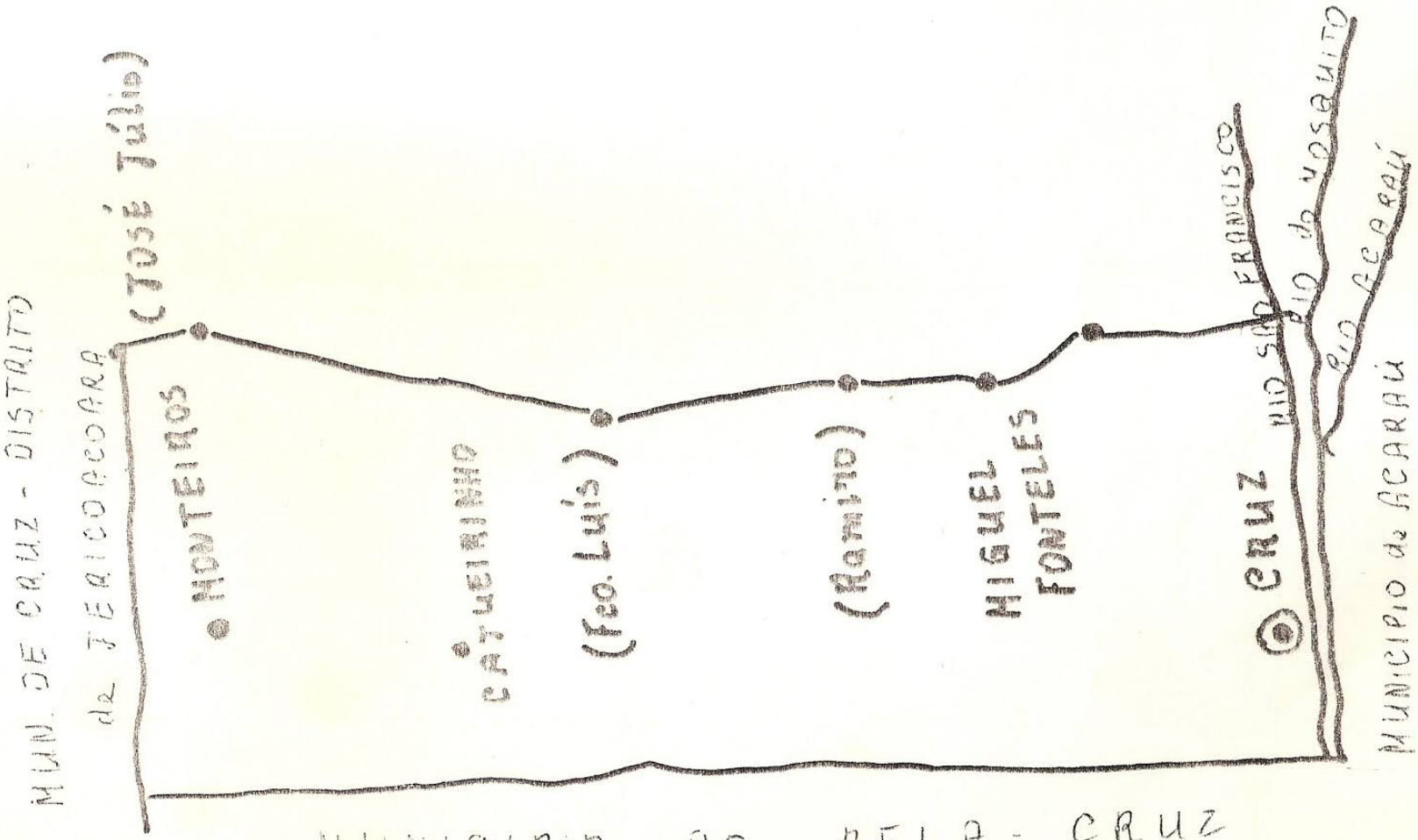
MUNICIPIO de CRUZ - DISTRITO SEDE (CRUZ)

(dados do LIVRO de NICODEMOS ARAÚJO)

N

0 10km

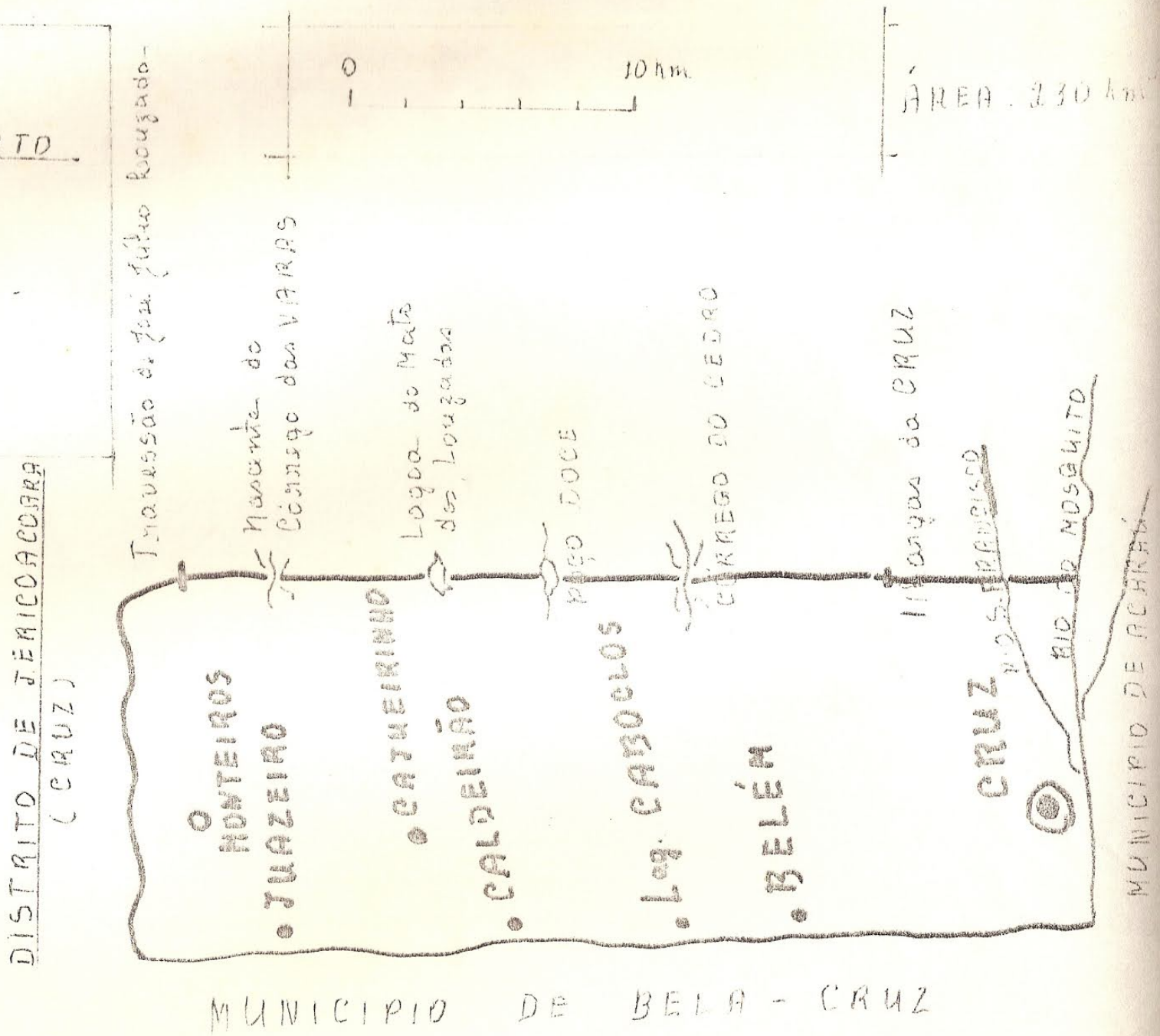
ÁREA : 210 km²



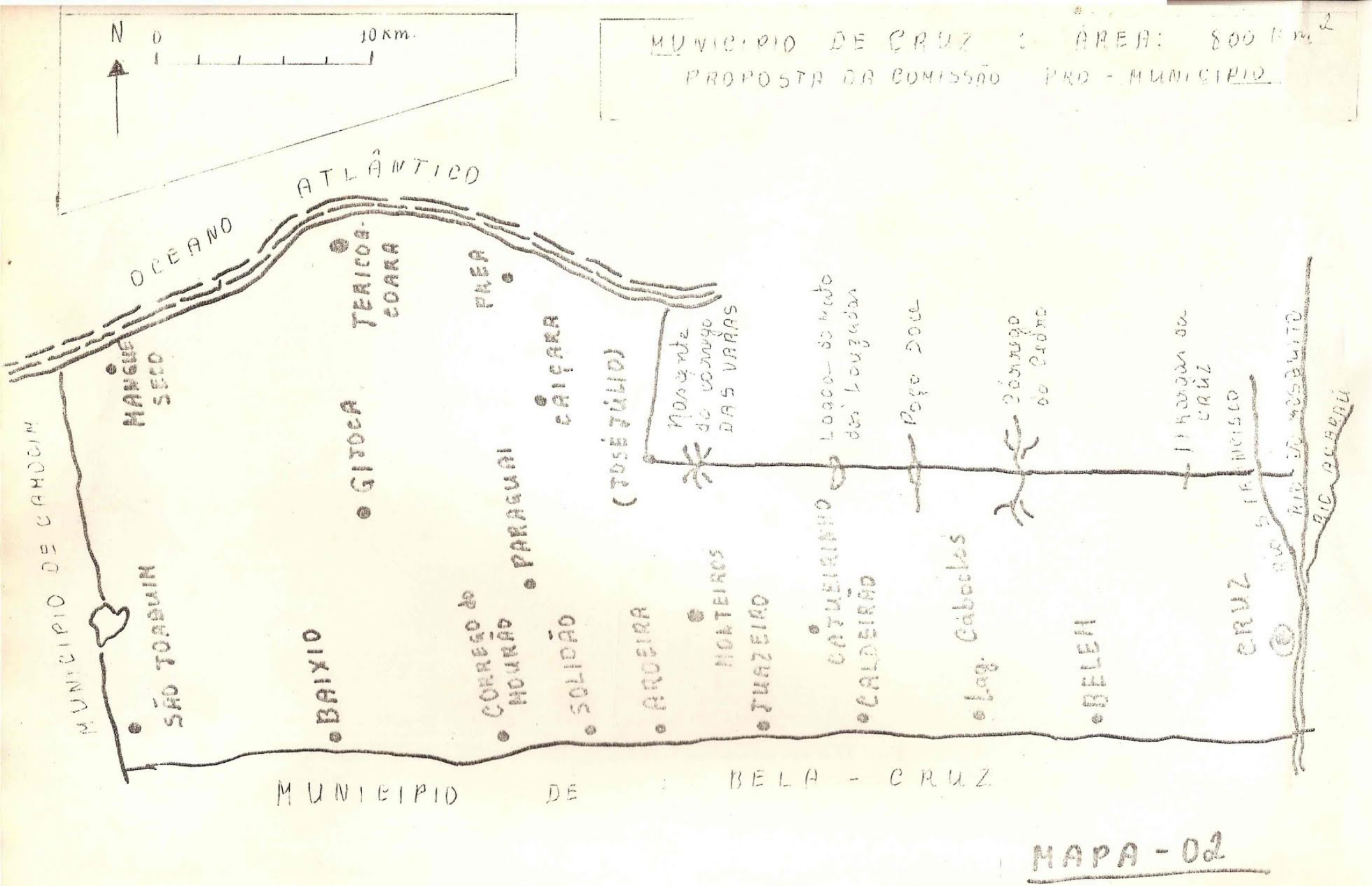
MAPA-05

UNICIPIO DE CRUZ - DISTRITO SEDE (CRUZ)

(Proposta da Comissão pro-MUNICIPIO de CRUZ)



MAPA - 04


MUNICIPIO DE CRUZ : ÁREA: 800 Km²
PROPOSTA DA COMISSÃO PRO - MUNICIPIO
N
0
10 Km.
OCEANO ATLÂNTICO
MUNICIPIO DE CAMOCIM
MUNICIPIO DE BELA - CRUZ
MANGUE SECO
TERICOA-COARA
PREA
CAIÇARA
(TOSÉ JÚLIO)
GITOCA
PARAGUAI
SÃO JOAQUIM
BAIXIO
CORREGO do MOURÃO
SOLIDÃO
ARDEIRA
MONTEIROS
JUAZEIRO
CATUEIRINHO
CALDEIRÃO
Lag. Cáboclos
BELEM
CRUZ
Nascente do corrego DAS VARAS
Logoa do Mato dos Louzadas
Poço Doce
Córrego do Cedro
11 Kargas da CRUZ
RIO DO MOSQUITO
RIO ACARAÚ

MAPA - 02

PA 6027